

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ACADEMIA
ANDRÉ LUIZ ZUCHI DA CONCEIÇÃO**

**O OLHAR OBLÍQUO SOBRE O COMPORTAMENTO HUMANO:
AS CRÔNICAS MACHADIANAS E AS MANIAS ESPECULATIVAS**

Juiz de Fora
2021

ANDRÉ LUIZ ZUCHI DA CONCEIÇÃO

**O OLHAR OBLÍQUO SOBRE O COMPORTAMENTO HUMANO:
AS CRÔNICAS MACHADIANAS E AS MANIAS
ESPECULATIVAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, pelo Centro Universitário Academia, área de concentração: Literatura Brasileira, Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: enfoque transdisciplinares e transmidiáticos.

Orientador: Prof. Dr. Altamir Celio de Andrade

Juiz de Fora
2021

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca - UniAcademia

C744

Conceição, André Luiz Zuchi da,

O olhar oblíquo sobre o comportamento humano: as crônicas machadianas e as manias especulativas/ André Luiz Zuchi da Conceição, orientador Prof. Dr. Altamir Celio de Andrade. – Juiz de Fora : 2021.

148 p.

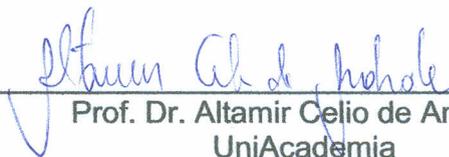
Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura brasileira) – Centro Universitário UniAcademia, 2021.

1. Crônicas. 2. Machado de Assis. 3. Encilhamento. 4. Literatura Brasileira. 5. Manias especulativas. I. Andrade, Altamir Celio de, orient. II. Título.

CDD: B869.3

CONCEIÇÃO, André Luiz Zuchi da. **O olhar oblíquo sobre o comportamento humano**: as crônicas machadianas e as manias especulativas. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro Universitário Academia, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: enfoque transdisciplinares e transmidiáticos.

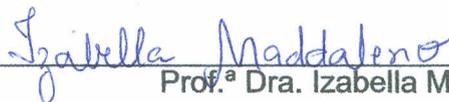
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Altamir Celio de Andrade
UniAcademia



Prof.^a Dra. Juliana Gervason Defilippo
UniAcademia



Prof.^a Dra. Izabella Maddaleno
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho com muito amor, aos mestres, à minha família, e, em especial, a minha irmã querida *in memoriam*, Ana Lúcia Zuchi Conceição Oliveira.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter me abençoado todos os dias dessa caminhada.

Aos meus pais, Pedro e Léa, que lutaram junto comigo ao longo de uma vida para que este sonho tornasse realidade.

A minha esposa Gê, por ter compreendido minhas ausências.

Aos meus filhos Pedro e Matheus, pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos, em especial os Professores Murílio e Lucy Hingel, pelo constante incentivo e leitura dedicada da dissertação.

A amiga Prof.^a Dra. Beth Saccheto, pelos primeiros livros compartilhados.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Altamir Celio de Andrade, pelo comprometimento, generosidade e seriedade com que conduziu a orientação da dissertação.

Aos queridos e queridas Professores Doutores do Programa de Mestrado em Letras, pelos conhecimentos generosamente compartilhados.

Aos dignos membros da banca examinadora, Professoras Prof.^a Dra Izabella Maddaleno e Prof.^a Dra Juliana Gervason Defilippo pelo pronto interesse, sugestões, comprometimento e competência na avaliação da dissertação.

Por mais compacto e implacável que possa parecer à primeira vista, o fato é que o pessimismo machadiano aloja em seu âmago uma singular contradição: ele almeja compartilhar o seu desencanto. A pergunta que não cala é: por que dividir e propagar assim a desesperança? Em nome do quê, immortalizar o legado de sua descrença? O ato desmente a fala. A busca e o sofrimento humanos não deixam Machado indiferente. A vida errada é senha de outra vida, não a que é narrada. Do fundo do desencanto compartilhado, a voz humilde da esperança - fé selvagem que nada explica, mas não há quem não entenda - teima em se fazer ouvir, dizendo que há algo por que existe e por que vale a pena viver. "Todas as coisas boas", observa Nietzsche, "estimulam à vida, mesmo um bom livro escrito contra a vida." O pessimismo machadiano, conluo, não é ponto de chegada, mas travessia. É preciso passar por ele, mas justamente para assimilar a sua força e ir além dele. A casca protege o fruto (GIANNETTI, 2018, p.132-133).

RESUMO

CONCEIÇÃO, André Luiz Zuchi da. **O Olhar oblíquo sobre o comportamento humano**: as crônicas machadianas e as manias especulativas. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras). UniAcademia, Juiz de Fora, 2021.

O trabalho objetiva analisar as crônicas de Machado de Assis publicadas na série **A Semana**, do jornal **Gazeta de Notícias**, no período de 1892 a 1897. Pretende-se investigar o olhar do autor sobre as transformações econômicas, financeiras e sociais do período, em especial o **Encilhamento**, fenômeno caracterizado como uma mania (euforia, bolha) especulativa (financeira), e a forma e atributos estéticos apresentados pelo cronista nos textos literários. A pesquisa terá por base contribuições de teóricos como Antonio Candido, Roberto Schwarz, Alfredo Bosi, John Gledson, Raymundo Faoro, dentre outros. Esses críticos, em especial, percebem a literatura como um todo indissociável, resultado de um tecido formado por características sociais distintas que apontam para elementos complementares, que demonstram a importância da transdisciplinaridade nos estudos literários. Defendem, portanto, a complementariedade entre as diversas áreas do conhecimento, analisando o vínculo entre a obra, o autor e o contexto, sem abandonar a análise estética do relato literário. Machado de Assis, precursor deste gênero narrativo, que se firmou desde meados do século XIX, tece o tempo, a história e a ficção, retratando fatos históricos importantes e contraditórios do seu tempo. Ao analisar as crônicas Machadianas deste período, verifica-se que o escritor não se omitiu na comunicação, através de textos repletos de atributos literários e historiográficos, dos acontecimentos e repercussões no cotidiano das pessoas. Opinou, criticou, refletiu e dialogou com os leitores, utilizando-se da estética literária, formação e do contexto. A transdisciplinaridade, entre literatura, economia, finanças, psicologia, história e sociologia nos permite somar conhecimento à uma determinada época de nossa história, jogando luz sobre os acontecimentos e ampliando a compreensão da formação cultural do país.

Palavras-chave: Crônicas. Machado de Assis. Encilhamento. Literatura Brasileira. Mania Especulativa. Euforia Especulativa. Bolha Financeira.

ABSTRACT

This work aims to analyze the chronicles of Machado de Assis that was published in the series **A Semana**, from **Gazeta de Notícias** newspaper, in the period between 1892 to 1897 years. It is intended to investigate the author's view of the economic, financial and social transformations of the period, especially **Encilhamento**, a phenomenon characterized as a speculative (financial) practice (euphoria, bubble), and the form and aesthetic attributes that were presented by the chronicler in the literary texts. The research will be based on contributions from theorists such as Antonio Candido, Roberto Schwarz, Alfredo Bosi, John Gledson, Raymundo Faoro, among others. These critics, in particular, perceive literature as an inseparable whole, the result of a fabric formed by distinct social characteristics that point to complementary elements, which demonstrate the importance of transdisciplinary in literary studies. Therefore, they defend the complementarity between the different areas of knowledge, analyzing the link between the work, the author and the context, without abandoning the aesthetic analysis of the literary report. Machado de Assis, precursor of this narrative genre, which has been established since the middle of the 19th century, weaves time, history and fiction, portraying important and contradictory historical facts of his time. When analyzing the Machadian chronicles of this period, it appears that the writer did not omit communication, through texts full of literary and historiographic attributes, of the events and repercussions in people's daily lives. He has opined, criticized, reflected and dialogued with readers, using literary aesthetics, training and context. Transdisciplinary, between literature, economics, finance, psychology and sociology, allows us to add knowledge to a certain time in our history, shedding light on events and expanding the understanding of the country's cultural formation.

Keywords: Chronicles. Machado de Assis. Twining. Brazilian literature. Speculative Mania. Speculative euphoria. Financial Bubble.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MACHADO DE ASSIS: LITERATURA E SOCIEDADE	15
2.1	O ESCRITOR E O SEU TEXTO, SEUS OLHARES E PENSAMENTO	16
2.2	O HOMEM E SEU CONTEXTO, SUAS POSIÇÕES E O SEU TEMPO	30
3	A CRÔNICA MACHADIANA: UM RECURSO MUITO PECULIAR	53
3.1	A ESTÉTICA DA CRÔNICA: CARACTERÍSTICAS E SINTONIA COM O COTIDIANO	54
3.2	O TEXTO: FORMA E ATRIBUTOS ESTÉTICOS DA ESCRITA LITERÁRIA DE MACHADO DE ASSIS	66
4	A ECONOMIA SOB O OLHAR E A PENA DE MACHADO DE ASSIS: UMA ANATOMIA DO ENCILHAMENTO	75
4.1	MANIA ESPECULATIVA: O COMPORTAMENTO HUMANO REGISTRADO PELO COTIDIANO	81
4.2	ALIMENTANDO AS CHAMAS: EXPANSÃO DO CRÉDITO E A ABERTURA DA ECONOMIA	87
4.3	EUFORIA: A APARENTE RIQUEZA DE PAPEL	98
4.4	DESESPERO: A BANCARROTA COM O ESTOURO DA BOLHA ESPECULATIVA	106
5	CONCLUSÃO	115
6	REFERÊNCIAS	120
7	ANEXOS	127

1 INTRODUÇÃO

“Quem escapa a um perigo ama a vida com outra intensidade.”

Machado de Assis, Memória Póstumas de Brás Cubas, 1881.

A presente dissertação de Mestrado em Letras do Centro Universitário Academia, área de concentração: Literatura Brasileira, Linha de pesquisa Literatura Brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos, tratará da escrita de Machado de Assis, presente em suas crônicas publicadas na série **A Semana** do jornal Gazeta de Notícias, no período de 1892 a 1897. Trata-se de um período da história brasileira de profundas transformações econômicas, financeiras e sociais, considerado por muitos críticos, como o mais produtivo e criativo do escritor.

Machado de Assis, de origem simples, nasceu em 1839 na cidade do Rio de Janeiro. Com uma história de resiliência, foi um escritor que falava à alma humana, usava fortemente a ironia, com uma visão oblíqua das transformações de seu tempo. Escrevia com ceticismo sobre os acontecimentos e o comportamento humano. Faleceu em 1908, aos 69 anos no Rio de Janeiro, onde sempre viveu.

Apesar de alguns críticos, como o contemporâneo Silvio Romero, o considerarem um escritor que não se posicionava sobre as questões e transformações de seu tempo, seus escritos, com destaque para as crônicas, revelaram que, de forma sutil, com uma escrita elegante e estética, compreendia e opinava sobre o cotidiano e as mudanças de sua época. Pouco explícito, mas irônico, um crítico com olhar agudo.

Sua escrita não narrava os acontecimentos de um único ângulo, não se vinculava a uma determinada ideologia, mas encenava o drama de vários pontos de vista e tendências, propondo aos leitores uma reflexão crítica. Buscava observar e analisar os dois lados da contenda em discussão. Entre o idealismo da juventude e o ceticismo da maturidade Machado de Assis foi, ao longo da vida, leal às convenções sociais e a suas convicções e princípios.

O problema da pesquisa busca verificar a possibilidade de se observar nas crônicas escritas por Machado de Assis, na transição entre o Império e a República, um olhar e uma forma própria de retratar os acontecimentos econômico-financeiros e

sociais, em especial do **Encilhamento**, que permitam compreender as transformações ocorridas e os reflexos sobre o comportamento humano.

O século XVIII inicia-se com um importante debate em torno da literatura e o que teria a nos dizer sobre a sociedade em que está inserida. A literatura passa a ser, também, o resultado do diálogo entre o autor, o público e suas interações sociais. Um produto social, expressando as condições de cada sociedade em que se constitui. Torna-se um todo indissociável, resultado de um tecido formado por características sociais distintas e complementares.

Portanto, o estudo da transdisciplinaridade, entre áreas do conhecimento, torna-se relevante, aqui, em especial, economia, finanças, história, sociologia, psicologia e literatura. Busca-se a relação entre a obra, em especial as crônicas machadianas, e os acontecimentos econômico-financeiros de uma época, conjuntamente com uma análise estética da escrita literária do autor.

Os fatos econômico-financeiros e sociais, que serão discutidos e foram tratados nas crônicas machadianas, dizem respeito às últimas duas décadas do século XIX, com destaque para a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e suas consequências no cotidiano das pessoas, com destaque para os acontecimentos do **Encilhamento**.

As crônicas são uma aproximação literária de um instinto humano, o de comentar o dia a dia, o cotidiano e sua perspectiva, segundo Antonio Candido, não é a “[...] dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão” (CANDIDO, 1992, p.14).

A originalidade da crônica no Brasil e a geração de escritores que a cultivaram, subverteu o tempo e os preconceitos, consolidando-a como um gênero literário, no qual Machado de Assis foi referência e precursor. Em suas crônicas foi capaz de observar em detalhes a vida brasileira, os acontecimentos do cotidiano, as nossas manias, vícios e sentimentos profundos, captando, muitas vezes, a poesia.

O objetivo da dissertação é apresentar à comunidade acadêmica e à crítica especializada a escrita de Machado de Assis presente nas crônicas publicadas na série **A Semana** na Gazeta de Notícias, entre 1892 a 1897, investigando seu olhar sobre as transformações econômico-financeiras e sociais do período, em especial sobre o **Encilhamento** e a forma e os atributos estéticos utilizados no texto literário pelo escritor no diálogo com os leitores.

Especificamente: apresentar as mudanças econômico-financeiras e sociais das últimas duas décadas do século XIX e suas consequências no dia a dia; especular sobre a visão e o olhar do autor sobre os efeitos no cotidiano das pessoas; verificar como a crônica, um gênero literário, foi relevante para a construção do projeto literário do autor e para sua percepção dos acontecimentos que marcaram uma época de transformações; investigar e analisar a transdisciplinaridade e a construção estética do texto na escrita de Machado de Assis, em especial nas crônicas literárias.

Foi um período da história brasileira marcado por mudanças econômicas-financeiras e sociais, resultantes da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República e suas consequências. Observa-se que Machado de Assis não se omitiu na comunicação, através de textos com forma e atributos literários e historiográficos, dos acontecimentos e suas repercussões no cotidiano. Nossa hipótese de pesquisa, portanto, é a de que é possível analisar as crônicas machadianas deste período como elemento norteador para melhor compreender a visão e o olhar do escritor e crítico sobre sua época.

No Brasil do século XIX, com destaque para a segunda metade, o periódico (jornal), foi o principal meio de comunicação de fatos, opiniões e ideias. Époça em que ocorreu a publicação e circulação de uma grande quantidade de periódicos, apesar de uma pequena parcela da população ser alfabetizada. Eram compostos de uma parte noticiosa com muito texto e poucas fotos, e de outra com folhetins de obras de ficção, os romances. Também se reservava um espaço, normalmente aos domingos no rodapé do jornal, em que se comentavam os fatos da semana, do cotidiano.

A crônica, tem sua história construída no Brasil e sob determinados aspectos é um gênero brasileiro, por ter se aclimatado naturalmente e pela originalidade com que aqui se desenvolveu. O cronista pode ser apresentado como um artista neste espaço e seu talento não está propriamente submetido à capacidade de informar, mas de construir um universo de significados na interpretação dos fatos cotidianos.

Este gênero literário é um híbrido de jornalismo e literatura e uma boa leitura e entendimento das crônicas é influenciado por um saber histórico, pois grande parte dos fatos desapareciam rapidamente do cenário cotidiano. Uma análise precisa deste gênero literário, depende, portanto, de um trabalho de filologia e história para a reconstrução do tecido social com que o cronista trabalhou o texto literário.

As crônicas machadianas foram beneficiadas pelo texto transicional, utilizado

pelo autor para as experimentações dos limites do narrar. Do historiador o autor procurou assimilar os procedimentos do conteúdo da informação, sem abandonar as possibilidades apresentadas por um texto ficcional. E em função dos atributos do texto e de seus ritmos, tanto a oralidade nas conversas de confeitarias quanto os assuntos nobres como política, economia, finanças, foram democratizados por Machado de Assis, que os relaciona sem preocupação com as hierarquias sociais.

Um tema recorrente e muito debatido durante a transição Império-República foi o aprofundamento das medidas econômico-financeiras adotadas pelo governo, agora republicano, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento industrial do país e a abertura da economia nacional aos investimentos externos. Estas medidas produziram resultados distintos, ora positivos, ora negativos, no cotidiano das pessoas.

Uma das consequências, identificada nos estudos sobre os fatos econômico-financeiros do período, foi o **Encilhamento**. Tratava-se de um fenômeno conhecido como uma mania (euforia, bolha) especulativa (financeira), semelhante as que ocorrem em países e períodos distintos ao longo da história econômica mundial, motivadas por ações muitas vezes assertivas, mas também equivocadas e desastradas por parte dos governantes.

Não houve termo à época que melhor definiu esta mania especulativa. Surgiu do ato de “encilhar”, de colocar e ajustar os arreios dos cavalos antes do início das corridas de cavalos, as provas do turfe. O **Encilhamento** acontecia próximo do início das provas e as apostas eram realizadas em ritmo frenético, neste momento a especulação e a agitação atingiam seu ápice. Fortunas eram construídas e destruídas em minutos, em função da sorte e do risco que os apostadores estavam dispostos a bancar. O turfe foi um esporte muito popular nas grandes cidades brasileiras no final do século XIX.

A literatura, aqui representada pelas crônicas machadianas, tem muito a desvendar sobre o olhar do escritor, suas reflexões, interpretações e visões da realidade vivenciada. O objeto principal do cronista é o comportamento humano e, segundo Alfredo Bosi (2007), os “[...] objetos do olhar narrativo são descontínuos, e [...] a intencionalidade do autor desloca-se, e é preciso acompanhar cada uma das suas visadas” (BOSI, 2007, p 11-12).

Os textos escritos por Machado de Assis, com seus atributos estéticos, sua formação de escritor e o seu contexto social, possibilitam especular e refletir sobre os

fatos econômico-financeiros e sociais de uma época, considerando sempre seu olhar oblíquo, lateral, arrevesado e muitas vezes enganoso. O olhar machadiano é móvel, não um ponto de vista, “[...] ora abrangente, ora incisivo; o olhar é ora cognitivo e, no limite, definidor, ora é emotivo ou passional. [...] Um olhar que morde e assopra. [...] Negação e atenuação” (BOSI, 2007, p. 10-11).

Ao estudar as crônicas machadianas do período, nosso *corpus* literário, pretende-se com apoio na transdisciplinaridade entre literatura, economia, finanças, história, psicologia e sociologia, agregar conhecimento aos fatos ocorridos neste período de nossa história. Colocar luz sobre os acontecimentos, que de uma forma ou de outra afetaram o dia a dia das pessoas, buscando ampliar a compreensão da formação cultural do Brasil.

2. MACHADO DE ASSIS: LITERATURA E SOCIEDADE

“Se eu houvesse que definir a alma humana, [...] diria que ela é uma casa de pensão. Cada quarto abriga um vício ou uma virtude. Os bons são aqueles em que os vícios dormem sempre e as virtudes velam, e os maus ...”

Machado de Assis, A Semana, 13 de outubro de 1895

Dissertar sobre a sua obra: o escritor e o seu texto, e sobre sua vida: o homem e o seu contexto, são tarefas muito desafiadoras. Detentor da maior fortuna crítica da Literatura Brasileira produzida por vários críticos, em função da dimensão e do significado de seu extenso projeto literário e de suas contribuições literárias. Ainda hoje, cento e doze anos de seu falecimento, é objeto e fonte de uma gama muito diversa de estudos biográficos e críticos no Brasil e em outros países.

Os textos machadianos se estruturaram de forma a provocar nos leitores as mais distintas, divergentes e enganosas interpretações. Sua obra é sedutora e exige, quase sempre, a colaboração de intérpretes e críticos. Machado de Assis ao longo destes mais de cento e quarenta anos de fortuna crítica, vem instigando questionamentos os mais diversos possíveis, aos quais seu texto fornece respostas precisas, porém provisórias (GUIMARÃES, 2017).

Pretende-se, nesta seção, realizar um apanhado da fortuna crítica da obra de Machado de Assis, suas análises, pensamentos, posições, com ênfase na relação entre Literatura e Sociedade na escrita do autor, em especial suas crônicas escritas para a série **A Semana** da Gazeta de Notícias.

Alguns dos principais críticos, como Antonio Candido, Daniel Piza, Lúcia Miguel Pereira, Roberto Schwarz, John Gledson, Raymundo Faoro, Alfredo Bosi, Hélio de Seixas Guimarães, Ivete Helou da Silva, Jorge de Sá, Lúcia Granja, Massaud Moisés, Wellington Pereira, Gabriela Kvacek Betella, Gustavo H. B. Franco, dentre outros serão visitados.

Seus escritos, ensaios, artigos e teses são imprescindíveis para um amplo entendimento da vida e obra de Machado de Assis. Podemos enumerar alguns dos estudos, que servirão de sustentação teórica à pesquisa: **Literatura e Sociedade**

(2006); **Machado de Assis: Um gênio Brasileiro** (2006); **Machado de Assis: Estudo Crítico e Biográfico** (2019); **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis** (2000); **Ao vencedor as batatas: Machado de Assis** (1977); **Por um novo Machado de Assis: Ensaio** (2006); **Machado de Assis: Ficção e História** (2003); **Machado de Assis: Impostura e Realismo** (1991); **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio** (2001); **Machado de Assis: O enigma do olhar** (2007); **Machado de Assis, o escritor que nos Lê** (2017); **A Criação Literária** (1975); **Machado de Assis: Vida e Obra** (2008); **Machado de Assis: Antes do livro, o jornal** (2018); **A Fortuna Crítica de machado de Assis** (1994); **Machado de Assis: O Cronista Míope** (2002); **Crônica: Arte do útil ou do fútil?** (1994); **A crônica** (2000); **Narradores de Machado de Assis** (2007); **A Economia em Machado de Assis: O olhar oblíquo do acionista** (2008); dentre outros.

2.1 O ESCRITOR E O SEU TEXTO, SEUS OLHARES E PENSAMENTOS

*“Mas há neste mundo que se possa dizer
verdadeiramente verdadeiro?
Tudo é conjectural.”*

Machado de Assis, A Semana, 03 março de 1895.

Machado de Assis ocupou o centro da vida cultural brasileira, despertando o interesse e mobilizando a crítica literária no Brasil, que há mais de um século busca interpretar seus olhares e pensamentos. Muitos são os intelectuais do passado e do presente que estudam Machado de Assis sua obra e sua escrita, que a partir de meados do século XX ganhou projeção internacional. No livro **Machado de Assis, o escritor que nos lê**, Hélio de Seixas Guimarães (2017) indica que são,

[...] mais de 3.200 itens – entre livros, capítulos de livros, artigos, resenhas, reportagens, notas – produzidos sobre o escritor entre 1857 e 2003 foram catalogados por José Galante de Sousa, Jean-Michel Massa, e Ubiratan Machado. Ao longo do século XX, alguns estudos procuraram organizar esse conjunto numeroso e diversificado que compõe a fortuna crítica mais extensa, longa, variada e complexa da literatura brasileira (GUIMARÃES, 2017, p. 12).

Machado de Assis torna-se um problema crítico, cultural, social e político, na medida em que sobre ele e sua obra surgem discussões, disputas, debates e

polêmicas, reafirmando o papel da literatura e do escritor no processo cultural brasileiro. Contribuíram para este fenômeno não só os críticos e biógrafos, mas também as instituições públicas e privadas que promovem estudos e pesquisas sobre o escritor e sua obra. Colocaram sua obra em destaque no Brasil e no mundo, sendo objeto de estudo e da aplicação das teorias críticas, que chegavam ao país, como afirma Hélio de Seixas Guimarães (2017),

[...] desde a célebre revoada das novas ideias científicas do final da década de 1860, início da de 1870, mencionada por Sílvio Romero, até as teorias pós-modernas do final do século XX e início do XXI, passando pelo biografismo, pela psicopatologia, pelo *New Criticism*, pela estilística, pelo estruturalismo, pelo marxismo e, mais recentemente, pelos estudos pós-coloniais e pelas questões de raça e gênero (GUIMARÃES, 2017, p. 15).

A recepção primeira da obra foi realizada por críticos que eram contemporâneos do escritor, com destaque para três críticos da época: Sílvio Romero (1851-1914), Araripe Júnior (1848-1911) e José Veríssimo (1857-1916), que de forma sistematizada e consistente formularam críticas à obra machadiana, com diferentes interpretações das relações do escritor com a tradição literária e a vida brasileira, entendiam como um deslocamento de Machado de Assis das questões nacionais. Haveria uma discordância em relação aos preceitos vigentes, no qual escritor e obra deveriam ser representativos da paisagem local. Portanto, o escritor não se enquadraria à série histórica e às expectativas com respeito dos gêneros literários.

Sílvio Romero, comprometido com a doutrina científica, analisa a obra machadiana com base em critérios evolucionistas. O crítico entendia que o artista seria o resultado do seu meio, portanto deveria refletir a sociedade a que pertencia. O escritor, mesmo passível de evolução, seria o resultado de sua origem fisiológica, social e nacional. Desta forma, definia Machado de Assis como pobre, mulato, gago, tímido e pouco escolarizado e sua obra desprovida de engajamento patriótico, pouco descritiva e com ausência da natureza local. Compreendia que o autor não rompeu com os modelos clássicos e românticos do seu tempo. Observa-se que o crítico foca, também, o lado pessoal do escritor, demonstrando uma falta de empatia, não o perdendo por sua indefinição sobre as grandes correntes filosóficas do século, como o positivismo, o materialismo e o evolucionismo.

Araripe Junior, também comprometido com a doutrina científica, analisa a obra de Machado de Assis, inicialmente, com base em preceitos romântico-naturalistas. O crítico também entendia que o escritor e sua obra deveriam representar o país. Porém, enxergava na obra machadiana uma resistência aos hábitos e valores que o

cercavam. O talento individual do escritor conduziu à necessidade de uma ampliação da crítica, absorvendo outros parâmetros individuais e psicológicos, que corroborariam no deslocamento da obra machadiana, além das influências e imposições do meio que prevaleciam até então, em acordo com o ideário determinista da época. Machado de Assis era a exceção que confirmava a regra.

José Veríssimo promove a separação entre o valor da obra e o esforço do escritor em assumir a cor local na construção de uma literatura nacional, pois percebia a insuficiência dos parâmetros de análise por critérios evolucionistas e romântico-naturalistas. Apesar do critério nacionalista que predominou na crítica até a década de 1880, retirou da crítica machadiana o foco da ausência de paisagem local, portanto se distanciando dos modelos positivistas e naturalistas de critérios etnográficos e geográficos, dando ênfase aos aspectos psicológicos e estéticos da obra de Machado de Assis. No artigo, **Um novo livro do Sr. Machado de Assis**, publicado no Jornal do Brasil em 1892, escreve que “[...] o Sr. Machado de Assis não é nem um romântico, nem um naturalista, nem um nacionalista, nem um realista, nem entra em qualquer dessas classificações em *ismo* ou *ista*. É, aliás, um humorista” (VERÍSSIMO, 1892, apud GUIMARÃES, 2017, p. 45, grifo do autor).

Para Veríssimo, Machado de Assis era especial e singular, associado à categoria do humorismo. Desta forma retira o escritor da condição de local e o coloca na de autor universal, sem que representasse uma excentricidade. Como bem colocado por Hélio de Seixas Guimarães (2017), “[...] inaugurava outra vertente para a crítica machadiana, que buscava na obra de Machado pulsações filosóficas e existenciais, válidas não só no Brasil, mas em todos os quadrantes” (GUIMARÃES, 2017, p. 50).

As críticas sistematizadas levaram Machado de Assis a reagir, ora firmemente, ora com um silêncio eloquente. Porém, incorporou aos romances algumas questões apresentadas por estes leitores críticos, colocando em prática a dialética entre produção literária e atividade crítica, que fora defendida por ele nos ensaios críticos: **O ideal crítico** publicado originalmente no Diário do Rio de Janeiro, em 08 de outubro de 1865 e **Notícia da atual literatura brasileira - Instinto de nacionalidade**, publicado originalmente em O Novo Mundo, em 24 de março de 1873. No ensaio o escritor argumenta que o que liga um escritor a uma nação é “[...] certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 2015, v. III, p. 1178). Afirma que o orgulho nacionalista e a submissão internacionalista na literatura precisam ser

superados e a crítica tem um papel importante neste movimento, pois auxilia a educar e apurar o gosto. E escreve sobre o desejo de uma literatura mais independente que,

[...] reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente (ASSIS, 2015, v. III, p. 1178).

No ensaio o escritor propõe um deslocamento das referências estrangeiras na literatura brasileira, em especial a grande influência da língua francesa. Nota-se, no curso de suas obras, uma crescente presença de referências anglófonas, que demonstram uma inflexão. Já em suas crônicas e contos do livro **Histórias da meia-noite** (1873), o tom satírico se mostra presente e se aprofunda em textos literários posteriores. O escritor produziu um deslocamento dos parâmetros literários baseados em autores franceses, mas pagou um preço elevado por suas referências inglesas e inabituais. Silvio Romero o chamou de “macaqueador de *Sterne*” e Mario de Andrade disse que com a admiração pela Inglaterra e pelos ingleses Machado de Assis se “mulatizara”.

Augusto Meyer posteriormente observaria que Machado de Assis era um mestre na manipulação das referências literárias e extraliterárias, a intertextualidade e Hélio de Seixas Guimarães (2017) corrobora, afirmando que,

[...] parte da complexidade e da tensão da composição do seu texto – bem como da desorientação que produziu e ainda produz em seus leitores – deve-se à proliferação das citações e referências, incluindo-se aí as múltiplas referências “nacionais”, como atesta a história da recepção de sua obra, sempre embaraçada em questões relativas ao alcance e ao domínio de sua literatura (GUIMARÃES, 2017, p. 62).

O reconhecimento de Machado de Assis como um escritor que apresentava em seus textos características e atributos literários próprios, se iniciou na década de 1910 e se acelerou a partir da década de 1930, quando foi alçado à condição de mito nacional pelo Estado Novo. O livro **Machado de Assis: algumas notas sobre o humour** (1912) do crítico Alcides Maya, pode ser considerado referência e o ponto inicial da crítica machadiana após sua morte, que conduziria a uma efetiva integração do escritor à vida e à literatura nacional. Alcides Maya estrutura sua crítica no sentido de refutar as ideias de Silvio Romero, dizendo que a singularidade de Machado de Assis, associada ao seu talento, não tornam o humor incompatível, nem seus textos superficiais e indiferentes à realidade brasileira. Destaca sua posição filosófica e a

excelente escrita, mas marcada por um pessimismo profundo. Alcides Maya e Alfredo Pujol em suas conferências entre 1915 e 1917, introduzem as características psicopatológicas na composição da crítica e da figura machadiana, que influenciarão e trarão desdobramentos futuros importantes na construção crítica da obra do escritor.

Na década de 1920, não são numerosos os registros da recepção da obra de Machado de Assis. O academicismo do escritor, sua proximidade com o humorismo de filiação inglesa, o lusitanismo da dicção, afastam os novos escritores, preocupados com a reavaliação e releitura do nacionalismo oitocentista e da relação da cultura brasileira com as matrizes europeias. Os modernistas entendiam Machado de Assis como um escritor singular e sua obra como um desvio no curso da tradição que se deveria constituir no país, muito em função dos aspectos refinados e aristocráticos de sua escrita.

Oswald de Andrade foi uma voz isolada no reconhecimento de Machado de Assis, admitindo o esforço localista do escritor, porém não identificou em sua obra um alcance nacional. Mario de Andrade procurou distinguir o homem, um ser aburguesado que teria renegado sua origem pobre e negra e a obra, que define de muito valor artístico. Entendia ser um escritor técnico, que dominava fortemente a forma e a estética, mas sem uma base lírica de inspiração. Os modernistas com suas colocações e posições contribuíram para a construção da figura de um escritor “[...] comedido, meticuloso, protestante, pouco generoso, que não sentiu o Rio de Janeiro nem deu ao leitor o sentimento da cidade, [...] não por acaso inventaram o epíteto ‘o *bruxo do Cosme Velho*’ para se referir a Machado de Assis” (GUIMARÃES, 2017, p. 91-92, grifo nosso).

O período compreendido entre meados da década de 1930 e o final da década de 1950 se apresentou como um momento extraordinário da crítica machadiana. Marcado pela busca de uma compreensão mais sistemática da obra de Machado de Assis, conectada à trajetória do autor, aqui entendido ora como homem civil, Joaquim Maria, ora como autor, Machado de Assis. Estudos ancorados na psicologia e nos campos de conhecimento afins, buscaram definir a relação entre o caráter, a organização psíquica, e a obra e vice-versa. Oscilou entre integrar Machado de Assis ao contexto nacional brasileiro, seu ambiente local, e entendê-lo como um representante importante da literatura universal. Podemos destacar críticos, obras e ensaios que impulsionaram as interpretações modernas da obra machadiana: Astrojildo Pereira, com **Romancista do Segundo Reinado** (1939); Lúcia Miguel

Pereira com **Machado de Assis: Estudo Crítico e Biográfico** (1936); Augusto Meyer com **Machado de Assis: uma coletânea de ensaios** (1935).

Astrojildo Pereira escreveu, também, inúmeros ensaios dedicados à inserção de Machado de Assis e sua obra na vida social brasileira, refutando a ideia de indiferença do autor à vida e ambiente local. Estabeleceu uma ligação entre o escritor e o homem, o texto literário e a vida social, encarando a obra como um reflexo desta relação. Foi o primeiro a afirmar o realismo de Machado de Assis não no sentido da teoria literária, mas como seus personagens descreviam a sociedade. Foi o primeiro a destacar a importância das crônicas escritas para os jornais, fundamentais para o entendimento das ideias do escritor, delineando muitas vezes relações diretas entre o texto e a realidade. Os estudos desenvolvidos pelo crítico, que procuravam demonstrar as ligações entre a realidade social brasileira e a obra de Machado de Assis, foram explorados e estudados nos projetos críticos de Raymundo Faoro, Roberto Schwarz e John Gledson.

Lúcia Miguel Pereira, por sua vez, propunha em sua crítica que os gêneros literários, em especial os romances da primeira fase, dita romântica, do escritor seguiam a ascensão social do homem, Joaquim Maria Machado de Assis. Nestes romances a ambição foi uma característica das personagens heroínas, que, em virtude da origem modesta, o sonho de ascensão social só seria possível pelo casamento e renúncia aos valores individuais em um ambiente marcado pelo patriarcalismo, escravidão e ideais liberais.

Portanto, para Lúcia Miguel Pereira, após os quarenta anos, com sua ascensão burguesa mediante emprego público conquistado e casamento sacramentado, Machado de Assis sentiu-se à vontade para criticar a vida política e social das classes dominantes de sua época. Sua crítica foi influenciada pelas teorias psicológicas sobre a personalidade epiléptica do escritor, que seriam determinantes da personalidade do homem e do escritor. Buscou, portanto, compreender o homem e o artista a partir de sua neuropatia e da condição de mestiço. O escritor no seu entendimento se mostrou por meio de suas personagens e da sua obra.

Em seu novo livro **História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção (1870 a 1920)** (1950), busca identificar nos textos literários do escritor reflexões sobre o ambiente social, afirmando o seu realismo. Uma relação entre a obra e a realidade brasileira, que as gerações de contemporâneos de Machado de Assis não reconheciam. Lúcia Miguel Pereira avança da crítica biográfica e psicopatológica para

a crítica psicossocial, caminha no sentido de conciliar o analista do indivíduo com o analista da sociedade. Entende Machado de Assis como realista, que observa a realidade visível e invisível, e que

[...] tirou as suas figuras quase sempre da sociedade escravocrata e burguesa, da qual, precisamente por não lhe pertencer pelo nascimento e por tê-la mirado como um ideal, desvendaria com mais nitidez as fraquezas. Mesmo quando essencialmente criador, e, portanto, livre, o artista se deixa sulcar pelas experiências que vive, pelos encontros que o impressionam (PEREIRA apud GUIMARÃES, 2017 p. 219).

Astrojido Pereira e Lúcia Miguel Pereira procuram não vincular o termo realista às conotações político-partidárias, identificam como um realismo articulado a extraordinária capacidade do escritor de observar e se comprometer com o real em sentido mais amplo, com uma dimensão exterior social e uma interior psicológica. Este será um dos atributos dos textos machadianos que figurarão no centro dos debates sobre o escritor e o realismo de sua obra, sendo fonte e inspiração para as novas gerações de críticos como: Antonio Candido; Roberto Schwarz; John Gledson; Alfredo Bosi e para o enriquecimento da fortuna crítica de Machado de Assis.

Augusto Meyer, por outro lado, direciona os estudos críticos do escritor à psicologia do criador e da criação e não à do homem. Desconsiderou o nacionalismo dos contemporâneos do escritor e o biografismo de boa parte da produção após a sua morte, principalmente os elaborados pelos críticos Astrojildo Pereira, Lúcia Miguel Pereira, Alfredo Pujol, Mário de Alencar dentre outros. Estudou Machado de Assis como autor e homem universal, abandonando sua origem histórico-social com seu perfil psicológico. Realizou estudos comparativos, que relacionavam os textos de Machado de Assis com o de outros autores, a intertextualidade. Buscou desvincular as razões do escritor das razões do homem.

Antonio Candido, autor de diversos ensaios e livros, dentre eles **Literatura e Sociedade** (1965), tornou-se uma importante referência para os novos estudos e interpretações sobre o olhar de Machado de Assis. Trata-se de uma interpretação com objetivos mais sociológicos do que estéticos. Entendendo que a criação literária é uma relação entre os grupos criadores, os autores, e os grupos receptores, os leitores. Neste sentido a literatura passa a ser, também, um produto social, expressando as condições de cada povo em que se constitui. Torna-se um todo indissociável, resultado de um tecido formado por características sociais distintas, mas complementares. Nas palavras de Antonio Candido (2014) a literatura,

[...] é um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os

leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito (CANDIDO, 2014, p. 84).

Destacou, porém, que apesar do estudo sociológico da arte aqui representado pela literatura, não explicar a essência do fenômeno artístico, nos fornece instrumentos para a compreensão da formação e do destino das obras literárias. Considerar numa obra literária somente os fatores internos, como algo que simplesmente existe em função de força própria e que dispensa explicação, mostra-se incompleto (CANDIDO, 2014).

Os fatores internos são, sim, percebidos como os mais significativos e tangenciam as zonas indefiníveis da criação do artista. Mas os fatores externos, secundários, que, para Candido, dependem de um ponto de vista mais sociológico do que estético, são necessários para entender as obras e seus autores, as correntes e os períodos. Destaca o papel social do autor, cuja materialidade da obra dependerá dessa tensão entre a sua subjetividade e a resposta ao meio, procurando explicitar as relações entre a tríade autor-obra-público (CANDIDO, 2014). Ressalta que,

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e o especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores (CANDIDO, 2014, p. 84).

Procura explicitar, como crítico e sociólogo, as relações entre autor-obra-público, na qual a obra deve ser estudada inicialmente com referência à posição do escritor e à formação do público, pois auxilia no entendimento da formação e o destino das obras e a própria criação. Adverte, entretanto, que entender a obra somente com a realidade exterior é uma arriscada simplificação. É importante considerar os fatores sociais no seu papel de formadores da estrutura e observar conjuntamente os psíquicos, pois os dois são decisivos para a análise literária. Torna-se uma tarefa quase impossível definir a integridade estética da obra sem estes fatores.

Eloisa Alves Nogueira, em sua dissertação **O Eu e o Outro: o legado de dois pais contado por Machado de Assis e Godofredo Rangel**, apresentada no Programa de Mestrado em Letras do Centro Universitário Academia em 2017, destaca a questão argumentando que,

[...] na análise de uma obra literária, serão considerados, sim, aspectos sociais, mas eles não necessariamente são tomados como referência histórica social de uma determinada época e, sim, deverá ser analisada pelo conteúdo explicativo que sua construção textual poderá fornecer

(NOGUEIRA, 2017, p. 47).

Com as contribuições de Antonio Candido e de outros críticos e em reação aos estudos formalistas e estruturalistas dos anos de 1970, muitos estudiosos com formação diversa identificaram na escrita machadiana sinais da organização da vida social e da história brasileira. Construíram uma convergência no entendimento sobre a ênfase realista dos textos machadianos, que era observada até o momento como insatisfatória e secundária. A partir desta nova forma de interpretar, a obra machadiana torna-se canônica e o escritor considerado precursor do realismo no Brasil.

A ideia de um escritor indiferente aos temas de seu tempo e de seu país muito, debatida e criticada até 1930, ficou comprometida após a publicação dos estudos de Raymundo Faoro (1974), que procurou demonstrar, de forma inédita, a presença ampla e frequente da sociedade brasileira em todos os gêneros literários praticados por Machado de Assis, inclusive nas crônicas. Por um caminho diverso de Astrojido Pereira, de formação marxista, que associava o realismo à capacidade de representar caracteres e circunstâncias típicas, que lhe permitiriam afirmar que a obra machadiana conteria relatos e depoimentos da sociedade brasileira, Raymundo Faoro, de formação weberiana, se contrapõe a teoria do reflexo, defendendo que nos textos literários machadianos o olhar sobre a realidade está filtrada pela imaginação artística, pelo processo de criação que transforma o real.

Raymundo Faoro aponta, em seu livro **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio** (2001), escrito originalmente em 1974, que além de possuir uma visão crítica do processo histórico e de ser um profundo observador dos costumes da sociedade, Machado de Assis em seus textos apresentava um olhar pessimista e nostálgico em relação ao passado, mas sempre mediado por sua arte. Com um ponto de vista diferenciado, seus escritos nos diversos gêneros literários eram carregados de muito ceticismo em relação as rápidas transformações sociais, econômicas e políticas que presenciava.

Os estudos de Raymundo Faoro tornaram-se referência às leituras críticas de Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi, que a partir da década de 1980, aglutinaram as discussões e as interpretações, muitas vezes discordantes, da obra machadiana, reorientando fortemente o debate sobre o autor e sua obra. Hélio de Seixas Guimarães (2017) observa que para os críticos mencionados,

[...] não parece haver dúvida das conexões entre a obra e o contexto social

brasileiro, nem das referências dela a esse contexto, as divergências recaem sobre a natureza do realismo machadiano, o peso que as ligações com o contexto têm no conjunto da obra e quanto são decisivas para sua interpretação (GUIMARÃES, 2017, p. 218).

Roberto Schwarz e John Gledson, reforçam em seus estudos as ligações entre a obra machadiana e os processos sociais e históricos do Brasil, reforçando as características realistas do escritor. O primeiro analisou os romances, o segundo, além dos romances e contos, dedicou-se também aos estudos das crônicas e da biografia do autor. Alfredo Bossi em outra linha crítica, mas mantendo a percepção realista, buscou observar as questões psicológicas, filosóficas e existenciais da obra, com o interesse direcionado ao comportamento humano dos personagens machadianos, que ora criticava e julgava, ora demonstrava afinidade.

Roberto Schwarz estruturou sua crítica na direção da especificação do realismo machadiano a partir das publicações dos livros: **Ao vencedor as batatas** (1977), sobre os primeiros romances de Machado de Assis e **Um mestre na periferia do capitalismo** (1990), sobre o romance **Memórias póstumas de Brás Cubas** (1881). Para o crítico, segundo Hélio de Seixas Guimarães 2017), todo o projeto literário machadiano,

[...] é lido a partir do pressuposto de que seu vetor implícito, ou subterrâneo, é o realismo. [...] buscava o romance realista à brasileira, e um dos principais problemas literários que enfrentou (Machado de Assis) desde os primeiros livros foi encontrar uma forma literária que desse conta do processo social brasileiro, ou seja, que fosse capaz de imitar em profundidade as peculiaridades da organização do país (GUIMARÃES, 2017, p. 222-223).

Para o crítico Machado de Assis em seus primeiros livros, tratou de questões locais, ajustando-se aos interesses do romance brasileiro e às características da sociabilidade local. A partir do livro **Memórias póstumas de Brás Cubas** (1881), promoveu uma mudança de direção ideológica e artística. Criou um narrador defunto, cujo comportamento claramente volúvel compunha o princípio formal e a estilização do comportamento de um tipo social. Para Roberto Schwarz um homem característico da elite brasileira, que em acordo com a situação e os interesses momentâneos alternava os princípios e a conduta. O narrador do romance revela a maneira de agir da elite brasileira escravocrata e os aspectos marcantes da vida burguesa local, como a figura de “Cotrim” cunhado de Brás Cubas, comerciante, contrabandista de escravos, pai de família extremoso, membro de inúmeras irmandades, patriota, com negócios promissores com o arsenal da Marinha arranjos pelo parente deputado. Como Roberto Schwarz (2000) bem diz,

[...] a ficção machadiana dá forma clara à degradação causada à vista pelo funcionamento incompleto do padrão burguês no país e torna palpável, no mesmo passo, a folga e plenitude possibilitadas por essa insuficiência. [...] digamos que o aburguesamento incompleto dos costumes brasileiros permitia a Machado estudar o dinamismo despolicado do desejo em termos semelhantes àqueles – revolucionários – ocasionados na Europa pela emancipação da sexualidade como esfera autônoma de vida (SCHWARZ, 2000, p. 144).

A construção e sustentação de Machado de Assis realista por Roberto Schwarz, se baseia na intuição de que a ironia machadiana é alimentada por uma visão crítica da sociedade brasileira e pela vontade política do escritor. Esta possuiria um alcance internacional e não se encerra na denúncia de tipos e vícios locais, pois estaria denunciando e expondo questões ideológicas do mundo liberal e burguês.

John Gledson, vincula o realismo machadiano à intenção por parte do escritor de uma crítica social, neste sentido acompanha Roberto Schwarz, porém sem ênfase na dinâmica entre classes sociais. O crítico em seu projeto trabalha na caracterização do autor realista, mas um realismo oblíquo e enganoso, que comportaria a dimensão social, psicológica e satírica. Recompõe a figura machadiana descartando os esboços de escapista, de timidez, de apolítico, de ausência e aversão às questões sociais. No livro **Impostura e Realismos** (1991), o crítico afirma que,

[...] se entendermos por realismo a intenção do romancista de revelar, através da ficção, a verdadeira natureza da sociedade que está retratando, *Dom Casmurro* é romance realista, não apenas em termos genéricos, mas em seus detalhes, tanto na forma como no conteúdo. Revela a verdade (do romancista) em mais de um nível, creio, e isso é o que o torna um momento tão privilegiado e fascinante da ficção de Machado. Não só mostra uma ordem social conservadora empenhada numa tentativa dolorosa e, sob muitas formas, fracassada e autodestrutiva de conservar seu poder e sua autoconfiança: o microcosmos familiar, visto como uma metáfora de toda a classe dominante [...] (GLEDSON, 1991, p. 13).

O crítico trabalha com a perspectiva de que existe um distanciamento entre os valores e as posições de Machado de Assis, homem e autor, e seus personagens, o que facilitaria ao escritor escrever criticamente sobre comportamentos e valores da sociedade, cabendo a responsabilidade da interpretação dos textos aos leitores. Identificava no escritor um pensamento histórico com ideias próprias sobre a história brasileira, mas com ceticismo sobre o futuro.

Para o crítico o escritor demonstrava uma intencionalidade em seus textos literários. Ao promover uma leitura “transversal” da obra machadiana, passando por todos os gêneros literários, destaca que o conhecimento das crônicas machadianas serão base para o estudo das intenções do autor na obra ficcional. Para o crítico a crônica será o lugar em que se encontrará uma maior aproximação do pensamento e

convicções de Machado de Assis, escritor e homem político, apesar da enorme variação de tons e opiniões colocadas nos textos.

John Gledson entende que, mesmo em textos marcados pela efemeridade do jornal, o escritor indicou suas posições e opiniões políticas, porém essas alusões e referências são construídas de forma engenhosa e com recursos estilísticos próprios de sua escrita. O crítico segue afirmando que nos textos do jornal o acesso ao pensamento do escritor se torna mais direto do que nos contos e romances, lugar em que a narração vem alterada por narradores tendenciosos enganosos e não confiáveis. Nas crônicas, afeita aos assuntos do cotidiano, percebe-se que Machado de Assis acompanhou com muita atenção as questões de seu tempo, mesmo que seus comentários tenham sido escritos de forma oblíqua, lateral como dos personagens nos romances.

Seus estudos sustentam que o autor realizou em suas crônicas um corpo a corpo com as instituições, os costumes e principalmente com as questões políticas e sociais do seu tempo e mostrou preocupação pelas coisas grandes e miúdas do seu tempo e contexto. Para o crítico, a produção ficcional machadiana é realista e segundo Hélio Seixas Guimarães (2017), entende o realismo como,

[...] o peculiar, não pautado pelo ilusionismo nem pelo objetivismo, mas um realismo alegórico, dissimulado, enganoso, que contém, de maneira às vezes bastante cifrada e abrangente do processo histórico-social brasileiro intencionalmente inscrita por Machado em sua ficção (GUIMARÃES, 2017, p. 236).

Um exemplo da maneira cifrada e abrangente que Machado de Assis escreve sobre assuntos do cotidiano e os relaciona, provocando reflexões, pode ser observado na crônica de 23 de outubro de 1892, publicada na Gazeta de Notícias, cujo assunto é o progresso que muitos acreditavam ser inevitável. Especificamente o progresso financeiro, de natureza institucional como a moeda fiduciária, da qual John Law foi o precursor. Apesar de revolucionária não o impressiona positivamente quando diz “[...] posso ir até antes do meu nascimento, até Law”. Grande Law! Também tu tiveste um dia de celebridade; depois, viraste embromador e caíste na casinha da história, o lugar dos lava-pratos” (ASSIS, 2015, v. IV, p. 867).

Importante destacar que nas leituras críticas de John Gledson e Roberto Schwarz o realismo é observado de maneira mais sistemática, porém as relações entre o texto literário e o ambiente histórico-social jamais são explicitamente apresentados pelo escritor. O realismo de Machado de Assis é resultado de

interpretação e depende da visão e percepção dos leitores, apesar das evidências mostradas entre os textos literários e o contexto. Roberto Schwarz escreve em seu livro **Um mestre na periferia do capitalismo** (1990), que

[...] em nenhum momento a correspondência entre o comportamento narrativo e o quadro social está afirmada. A relação é virtual, e depende exclusivamente da percepção do leitor, e mesmo de seu ânimo de contrapor o próprio juízo ao do narrador. Mais ainda, veremos que ela é obscurecida por alguns traços da composição, que lhe escondem a presença, sem lhe diminuir a eficácia (SCHWARZ, 2000, p. 173).

Alfredo Bosi no livro **A máscara e a fenda** (2000), busca outro caminho no entendimento do realismo em Machado de Assis, colocando um contraponto às interpretações de Roberto Schwarz e John Gledson. Propõe a relativização das interpretações sociais que tipificam e trabalham com a noção de um realismo aberto. Não se deve excluir qualquer aspecto do real, da organização da sociedade em classes e do olhar coerente do escritor sobre o processo político e social brasileiro, mas que considere outras dimensões do real relacionadas ao olhar do autor, dos narradores e personagens sem achatá-los. Entende que Machado de Assis não teria uma visão apriorística a respeito das coisas, sendo impossível imputar ao escritor uma posição ideológica com exatidão. Neste caminho estudado pelo crítico, o social seria uma das dimensões do realismo machadiano. Alfredo Bosi (2007) afirma que,

[...] o romance é o lugar da interseção dos dois modelos narrativos, o realista convencional e o realista resistente ou estoico. A interseção adensa até o limite do enigma o sentido do olhar o autor, que é um problema e requer uma interpretação. [...] o fato de os primeiros interagirem com os últimos na mesma sociedade e até no mesmo círculo familiar dá ao realismo de Machado uma amplitude e uma diversidade de modulações que tornam problemática qualquer definição unitária e cortante de sua perspectiva (BOSI, 2007, p.59).

O crítico, sem desconsiderar o contexto histórico-social e o realismo do escritor, destaca a importância das implicações psicológicas, filosóficas e existenciais dos textos machadianos. Enfatiza em Machado de Assis o lado moralista do comportamento humano de seus personagens, ora se mostrando simpático a eles, ora criticando-os, em discordância das leituras de Roberto Schwarz e John Gledson, com foco no julgamento e na crítica. Hélio de Seixas Guimarães (2017) afirma que Alfredo Bossi,

[...] delinea um Machado de Assis compreensivo e compassivo, observador agudo do seu entorno, ao qual dá representação sem nenhum tipo de julgamento peremptório, o que confere à obra do escritor uma rara capacidade de apreensão da realidade em seus mais diferentes aspectos e dimensões, sem *parti pris* político ou ideológico definível (GUIMARÃES, 2017, p. 243).

Observa-se que os estudos dos escritos de Machado de Assis, sua fortuna crítica, passaram por momentos distintos ao longo de mais de um século. Com interpretações múltiplas e qualificadas, o que possibilita uma abrangente e crescente compressão deste cânone, mas persiste a indagação sobre a pertença principal da obra machadiana, se primordialmente nacional, local, internacional ou universal.

Inicialmente seus contemporâneos o criticavam pela ausência de elementos nacionais e locais, mas leituras mais atentas levam a reconhecer o razoável grau de incerteza de toda e qualquer interpretação neste sentido de seus escritos. Por outro lado, a multiplicação das referências pela incorporação à sua ficção de autores e fontes estrangeiras, um atributo forte e constitutivo de seus textos e a ausência de uma referência única ao romance nacional, indicam também elementos internacionais e universais em sua obra. Hélio de Seixas Guimarães (2017) coloca que,

[...] no recurso à diversidade de referências e modelos, Machado de Assis desestabilizou os paradigmas fixos ou estáveis. Assim, o recurso à profusão de fontes – da antiguidade clássica, francesa, inglesa, alemã, portuguesa, espanholas, italianas – faz parte dos efeitos diversionistas do texto. [...] o que faz supor que o texto machadiano se estrutura de maneira a incitar o leitor a leituras variadas, divergentes e equívocas. (GUIMARÃES, 2017, P. 280).

Neste longo caminho alguns críticos o consideravam um escritor que não se posicionava sobre as questões e transformações de seu tempo. Outros observavam que seus escritos, com destaque para as crônicas, revelavam que, de forma delicada e com uma escrita elegante e estética, compreendia, opinava e criticava as mudanças do seu tempo, observadas no cotidiano. Expressava-se de uma maneira enganosa pouco explícita, mas carregada de ironia, com olhar oblíquo sobre as transformações de seu tempo. Escrevia sobre comportamento humano e falava à alma.

2.2 O HOMEM E SEU CONTEXTO, SUAS POSIÇÕES E O SEU TEMPO

“Em nosso país a vulgaridade é um título, a mediocridade um brasão; para os que têm a fortuna de não se alarem além de uma esfera comum é que nos fornos do Estado se coze e tosta o apetitoso pão-de-ló, que é depois repartido por eles, para glória de Deus e da pátria.”

Machado de Assis, Diário do Rio de Janeiro, 01 novembro de 1861.

O ano de 1808 foi marcado pela chegada da família real ao Rio de Janeiro, fugindo ao cerco de Napoleão Bonaparte e com apoio da poderosa Inglaterra. A cidade presenciou avanços significativos, recebeu infraestrutura básica e vida cultural, passando da condição de capital da Colônia para da Monarquia. O Brasil é alçado por Dom João VI à condição de Reino Unido. A corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro, os portos abertos ao comércio internacional, o Banco do Brasil, Imprensa Régia, Teatro São Pedro de Alcântara, Biblioteca Nacional são fundados, o que proporcionou à corte aproximadamente 15 mil aristocratas, familiares, serviçais, um padrão de vida social e cultural similar ao de Portugal. Daniel Piza (2006) confirma as mudanças e diz que nesta época,

[...] os jornais – quase sempre mantidos pelos Tesouro Público – se multiplicam, assim como os teatros. No ano que Machado de Assis nasceu, outra febre cultural se iniciava: os folhetins, tabloides de variedade que traziam romances em capítulos, crônicas teatrais e musicais, poemas e uma variedade de outros gêneros e informes – e as primeiras vocações de um país que começava a se tornar nação (PIZA, 2006, p. 50).

O Rio de Janeiro em 1839, com pouco mais de 200 mil habitantes crescia rapidamente, assim como os problemas econômicos, políticos, sociais e de infraestrutura. A cidade era fétida sem saneamento, com ruas estreitas, característica herdada do período colonial, em que os escravos, conhecidos como “tigres”, carregavam os dejetos humanos em vasilhames de madeira colocados sobre a cabeça para o descarte no mar e rios. A iluminação em geral era fraca, produzida por lampiões de azeite de peixe. O transporte era realizado por carroças de oito a dez lugares puxada por tração animal. Não existia telégrafo e a quantidade de jornais estrangeiros ainda era pífia. Os surtos de doenças como sarampo, varíola, peste bubônica e tuberculose eram recorrentes.

Neste contexto se conheceram e casaram Maria Leopoldina da Câmara Machado, portuguesa dos Açores, que imigrou para o Brasil indo trabalhar na chácara do Livramento, na qual aprendeu a ler e escrever e Francisco José de Assis, filho de escravos foros, que se ocupava das obras na chácara e do ofício de pintor e dourador de paredes e móveis. Foram apadrinhados por d. Maria José de Mendonça Barroso Pereira viúva do senador Bento Barroso Pereira e proprietária da chácara. Depois do casamento foram morar em uma pequena casa na alameda da chácara ao pé da ladeira, como era de costume aos agregados.

Em 21 de junho de 1839, nascia o primeiro filho do casal, Joaquim Maria Machado de Assis, em 1841 nascia sua irmã Maria Machado de Assis, que viria a falecer aos quatro anos de idade vítima do sarampo. Os prenomes Joaquim e Maria foram uma homenagem dos pais aos padrinhos, d. Maria José e o viador (funcionário da corte), Joaquim Alberto de Sousa Silveira, genro e responsável pelos assuntos de d. Maria José, o contador da propriedade. Foi uma demonstração de reconhecimento dos pais de Joaquim Maria ao tratamento respeitoso que recebiam na chácara, e que seria estendido ao filho. Ao longo da vida de funcionário público, jornalista e escritor, este foi o primeiro de muitos e importantes apadrinhamentos conquistados, possibilitando uma ascensão social que os pais jamais sonharam em ter.

Machado de Assis em uma de suas novelas **Casa Velha** (1885), retratou uma propriedade, que para estudiosos assemelha-se muito à chácara do livramento na qual passou sua infância:

[...] A casa, cujo lugar e direção não é preciso dizer, tinha entre o povo o nome de Casa Velha, e era-o realmente: datava dos fins do outro século. Era uma edificação sólida e vasta, gosto severo, nua de adornos. Eu, desde criança conhecia-lhe a parte exterior, a grande varanda da frente, os dous portões enormes, um especial às pessoas da família e às visitas, e outro destinado ao serviço, às cargas que iam e vinham, às seges, ao gado que saía a pastar. Além dessas duas entradas, havia, do lado oposto, onde ficava a capela, um caminho que dava acesso às pessoas da vizinhança, que ali iam ouvir missa aos domingos, ou rezar a ladainha aos sábados (ASSIS, 1885, apud PIZA, 2006, p. 54).

Mesmo com as dificuldades impostas pelas condições de poucos recursos, Joaquim Maria Machado de Assis obteve uma educação não usual. Seus pais, apesar de pobres, sabiam ler e escrever, coisa incomum à época e muito provavelmente lhe ensinaram o português. No **Conto de Escola** (1840), Machado de Assis nos apresenta pistas, quando descreve uma escola, que poderia ter frequentado, na região central do Rio de Janeiro, na qual viveu sua infância, entre o morro do

Livramento e a praia da Cambua:

[...] A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia — uma segunda-feira, do mês de maio — deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Sant'Ana, que não era então esse parque atual, construção de gentleman, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão (ASSIS, 1840, apud GLEDSON, 2007, p. 326).

Mas permanecem questões não elucidadas sobre a educação de Machado de Assis: se frequentou a escola, não se sabe ao certo qual; se o pai, que constava na lista de assinantes do Almanaque Laemmeert, uma publicação da corte, foi um facilitador no interesse pelas letras; se o padre Silveira Sarmiento, da Paróquia João Batista na Quinta da Boa Vista, teria ensinado o menino; se teria frequentado a Igreja Lampadosa como coroinha; se teria aprendido francês, idioma em que demonstrava excelente domínio, com o forneiro da padaria da viúva Gallot a pedido de sua madrasta Maria Inês da Silva. Importante destacar que o domínio da língua francesa foi extremamente importante para o jovem Joaquim Maria, possibilitando acesso a obras de autores franceses renomados, o que provavelmente despertou e aprofundou o gosto pela literatura. Machado de Assis foi um leitor voraz.

Pouco tempo depois da morte de sua mãe, Maria Leopoldina Machado de Assis, seu pai casa-se com d. Maria Inês da Silva e Joaquim Maria Machado de Assis, com aproximadamente 15 anos, deixou o morro do Livramento para se aventurar em busca de seu sustento no centro do Rio de Janeiro. O ano era 1850, início de uma década transformadora: o telégrafo (1852) e o trem de ferro (1858), seriam os maiores representantes desta mudança.

Mudanças significativas ocorreram também na economia do país e com a aprovação do novo Código Comercial muitas indústrias estrangeiras foram autorizadas a investir no Brasil na construção de estradas, na navegação e em seguros. O mercado financeiro também se estruturou com a criação dos **bancos de depósitos e descontos**. O Rio de Janeiro tornou-se o centro desta rápida transformação, sendo retratado ora com ironia ora com ceticismo por Joaquim Maria Machado de Assis em textos literários ao longo da vida (PIZA, 2006).

Uma dessas inovações presenciada pelo jovem Joaquim Maria foi a inauguração da iluminação a gás (1854), em substituição da iluminação a lamparina de azeite de peixe, na rua do Ouvidor e seus arredores, cujo concessionário do serviço era o

Senhor Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, maior empresário do império que, por motivos diversos, acabaria por falir em 1878. O registro pitoresco desta inauguração foi que o sistema de iluminação não funcionou a contento, cunhando entre as pessoas uma “[...] expressão sarcástica ‘O gás virou lamparina’ aplicado no Rio de Janeiro da época aos amores expirantes, às belezas murchas, a todas as coisas decaídas” (PIZA, 2006, p. 56). O escritor lembrou esta passagem de sua vida em uma crônica de 21 de maio de 1893:

[...] A própria ciência parece não saber a quantas anda. Tempo há de vir em que o xarope de Cambará não cure, e talvez mate. Já agora são os bondes que empurram as bestas; esperemos que os passageiros os não puxem um dia. Quando éramos alegres, — o que dá no mesmo, quando eu era alegre, — aconteceu que o gás afrouxou enormemente. Como se despicou o povo da calamidade? Com um mote: *O gás virou lamparina*. Ouvia-se isto por toda a parte, lia-se no meio de grande riso público. Lá vão trinta anos. Agora nem já sabemos pagar-nos com palavras. Quando, há tempos, o gás teve um pequeno eclipse, levantamos as mãos ao céu, clamando por misericórdia (ASSIS, 2015, v. IV, p. 919).

Foi um período de muita efervescência cultural na cidade do Rio de Janeiro. Os periódicos (jornais) apresentavam um período de forte crescimento no número de publicações em todo o Brasil e em especial na capital. Destacam-se os folhetins, que já eram moda desde os anos de 1830, com as histórias ficcionais publicadas em capítulos, e as “[...] seções de rodapé em geral, nas quais, em vez de notícias e ‘informes’, resulta uma miscelânea de crônicas de teatro, música e literatura, poemas, anedotas, frases e até receitas, tudo em corpo tipográfico maior” (PIZA, 2006, p. 62). Na década de 1840 os periódicos continuaram a se multiplicar, mas foi na década de 1850 que os jornais alcançam mais independência na elaboração da crítica cultural moderna. Nesta época escritores em ascensão como José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida dividiriam as atenções com Joaquim Manuel de Macedo no jornal *Correio Mercantil*.

Em 1854 Joaquim Maria Machado de Assis conheceu a Tipografia **Dois de Dezembro**, no Largo do Rocio de Paula Brito, jornalista, impressor da casa, mulato e de origem humilde. Por sua ação direta o jovem Joaquim Maria teve a oportunidade de conviver com intelectuais e escritores já consagrados ou em ascensão. Tornou-se um padrinho importante na caminhada do jovem jornalista e escritor, cuja proximidade e amizade marcaram Machado de Assis, que frequentemente em seus textos literários referia-se ao endereço, **loja Paula Brito**, como no conto **Singular Ocorrência** (1883):

[...] A primeira vez que ele a encontrou, foi à porta da loja Paula Brito, no Rocio. Estava ali, viu a distância uma mulher bonita, e esperou, já alvoroçado, porque ele tinha em alto grau a paixão das mulheres. Marocas vinha andando,

parando e olhando como quem procura alguma casa. Defronte da loja deteve-se um instante; depois, envergonhada e a medo, estendeu um pedacinho de papel ao Andrade, e perguntou-lhe onde ficava o número ali escrito. Andrade disse-lhe que do outro lado do Rocio, e ensinou-lhe a altura provável da casa (ASSIS, 1883, apud GLEDSON, 2007, p. 205).

Não se sabe muito sobre os primeiros anos de Joaquim Maria Machado de Assis, após deixar a casa de sua madrasta. Em 1856, porém, passou a exercer a função de aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, muito certamente com o apoio de Paula Brito que já nesta época enxergava seu potencial e o apadrinhava. Com o emprego, o jovem inicia a estruturação de suas carreiras: de funcionário público e de jornalista ou cronista de mesmo significado à época. Em 1858 deixou a função de tipógrafo na Imprensa Nacional, tornando-se revisor de provas na loja Paula Brito. Como bem disse Lúcia Miguel Pereira “[...] o novo ofício tirava-o de vez da condição operária para lançá-lo na imprensa” (PEREIRA, 2019, p. 82).

Na Imprensa Nacional conheceu o diretor Manuel Antônio de Almeida, seu mais recente padrinho, que surpreendido com a qualidade de suas primeiras produções literárias e a par das dificuldades financeiras que enfrentava, incentivou-o na carreira literária. Apresentou-o a escritores como Francisco Otaviano e Quintino Bocaiúva, então diretor do jornal *Correio Mercantil*, no qual Joaquim Maria Machado de Assis obteve um emprego de revisor. Bocaiúva como presidente da Academia Imperial de Ópera abriu as portas do Teatro Lírico, uma oportunidade para que Machado de Assis mostrasse seus atributos de cronista, tradutor, dramaturgo e ficcionista, possibilitando ao escritor em formação o desenvolvimento e amadurecimentos de seu talento.

O jovem Machado de Assis manifestou um forte espírito crítico quando da publicação de dois de seus primeiros textos: **O Jornal e o Livro** no jornal *Correio Mercantil* e **A Reforma pelo jornal** no jornal *O Espelho*, ambos dedicados ao padrinho Manoel Antônio de Almeida. Artigos que mostraram o entusiasmo do escritor na discussão da importância do jornal e do livro e do papel da imprensa, do jornalismo e jornalista.

Observa-se nos artigos posições e opiniões do jovem Joaquim Maria Machado de Assis contrárias à aristocracia e ao regime, em uma sociedade monárquica e escravocrata, demonstrando um ímpeto questionador próprio da juventude. Como apontou Lúcia Granja no artigo **Machado de Assis, Jornalista: o homem, o texto, o tempo** (2009) que,

[...] escrevendo semanalmente para os jornais, Machado de Assis estreitou o foco da observação e análise crítica de seu tempo, conforme exigia a

natureza das crônicas da semana que ele publicou nos periódicos cariocas, com breves períodos de interrupção, entre o início da década de 1860 e meados da década de 1890 (GRANJA, 2009, p.76).

Em **O Jornal e o Livro**, de 12 de janeiro de 1859, Machado promove uma defesa explícita e veemente do jornal, para ele se tratava de uma revolução literária, econômica e social. Com o entusiasmo da juventude questiona “O jornal matará o Livro?” “O livro absorverá o jornal?” e diz, “[...] o jornal é a liberdade, é o povo, é a consciência, é a esperança, é o trabalho, é a civilização. Tudo se liberta: só o talento ficaria servo?” (ASSIS, 2015, v. III, p. 995). E reforça que o jornal,

[...] é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções. [...] trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social (ASSIS, 2015, v. III, p. 993).

Observa-se neste texto uma compreensão do escritor sobre os aspectos da evolução do sistema financeiro na sociedade, quando diz que a indústria e o comércio “são os elos que prendem as nações” as “fontes de riqueza dos povos”; que o comércio “estabelece a troca do gênero pelo dinheiro”; que o “dinheiro é um resultado da civilização, uma aristocracia não bastarda, mas legitimada pelo trabalho ou pelo suor vazado nas lucubrações industriais” e que, portanto “o crédito assenta a sua base sobre esta engenhosa produção do espírito humano” (ASSIS, 2015, v. III, p. 995). Machado de Assis descreve a revolução econômica do jornal através de uma comparação das noções de indústria, comércio e dinheiro com o conceito de crédito, colocado como confiança e fé e não como uma relação solvível, de credor e devedor (LOPES, 2017). Escreve que,

[...] o jornal, operando uma lenta revolução no globo, desenvolve esta indústria monetária, que é a confiança, a riqueza e os melhoramentos. O crédito tem também a sua parte no jornalismo, onde se discutem todas as questões, todos os problemas da época, debaixo da ação da ideia sempre nova, sempre palpitante. O desenvolvimento do crédito quer o desenvolvimento do jornalismo, porque o jornalismo não é senão um grande banco intelectual, grande monetização da ideia, como diz um escritor moderno (ASSIS, 2015, v. III, p. 995).

Em **A Reforma pelo Jornal** de 23 de outubro de 1859, Machado de Assis prossegue na discussão do papel social do jornal. Não trabalha mais o potencial do jornal, mas a forma, a importância do verbo, da palavra. Neste ponto deixa claro que o jornal representava a discussão, e o livro, diferentemente, a pedra e a cátedra. O

jornal prometia uma dose diária de conhecimento (LOPES, 2017). A discussão para o escritor dá uma vantagem ao jornal e pergunta:

[...] E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o status quo, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda. Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade. (ASSIS, 2015, v. III, p. 1018).

A impetuosidade e vontade dos seus vinte e poucos anos, não o impede de se posicionar e provocar discussões, preceito importante de um jornal, diferentemente das crônicas escritas posteriormente, em especial as publicadas na Gazeta de Notícias, que mostraram um cronista maduro, sutil e com mais e melhores recursos literários. Para o escritor o jornal deveria ser capaz de revolucionar, sempre em perfeita sintonia com o que a sociedade julgasse necessário mudar, deixando clara a importância que atribuiu ao jornal desde o início de sua trajetória literária, fundamental na construção de seu projeto literário. Machado de Assis inicia o texto de forma direta:

[...] Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. Devia ser curioso vê-las quando um século despertou ao clarão deste fiat humano; era a cúpula de seu edifício que se desmoronava. Com o jornal eram incompatíveis esses parasitas da humanidade, essas fofas individualidades de pergaminho alçado e leitos de brasões. O jornal que tende à unidade humana, ao abraço comum, não era um inimigo vulgar, era uma barreira... de papel, não, mas de inteligências, de aspirações (ASSIS, 2015, v. III, p. 1017-1018).

Nesta crônica um ponto importante pela relevância e atualidade, foi o posicionamento consciente de Machado de Assis sobre a possibilidade de censura na imprensa, no que diz “[...] e se quisessem suprimi-lo? Não seria mau para eles; o fechamento da imprensa, e a supressão da sua liberdade [...]” (ASSIS, 2015, v. III, p. 1019). Descartou a ingenuidade, reconhecendo possíveis e reais manipulações nos jornais quando diz “[...] é verdade que o jornal aqui não está à altura da sua missão; pesa-lhe ainda o último elo. Às vezes leva a exigência até à letra maiúscula de um título de fidalgo. Cortesia fina, em abono da verdade!” (ASSIS, 2015, v. III, p. 1019).

Escreve:

[...] Mas como! cortar as asas de águia que se lança no infinito, seria uma tarefa absurda, e, desculpem a expressão, um cometimento parvo. Os pergaminhos já não são asas de Ícaro. Mudaram as cenas; o talento tem asas próprias para voar; senso bastante para aquilatar as culpas aristocráticas e as probidades cívicas. (ASSIS, 2015, v. III, p. 1019).

Foi no periódico **A Marmota Fluminense**, que apoiava o Império e suas realizações como: a primeira ferrovia brasileira a Estrada de Ferro Dom Pedro II, a

iluminação a gás, a Estrada de Ferro Mauá, a transformação do carnaval, a construção e reformas dos teatros, que Machado de Assis publicou em 05 de janeiro de 1858, seu primeiro conto **Três tesouros perdidos**, dos mais de 200 contos escritos ao longo de sua carreira literária. Publicou, também, em 23 de abril de 1858 o ensaio **O passado, o presente e o futuro da literatura**, considerado seu primeiro trabalho de crítica literária, no qual segundo Daniel Piza, “[...] defende a valorização dos talentos literários, protesta contra a ‘escravidão’ da literatura brasileira aos cânones portugueses e, ao mesmo tempo condena o ‘indianismo’ de escritores que respeitava [...]” (PIZA, 2006, p. 84).

Em 1860 por solicitação de Quintino Bocaiúva Machado Assis exerceu a função de cronista parlamentar, ocupando-se dos assuntos da política e encarregando-se das resenhas dos debates que ocorriam no Senado Federal. Em uma crônica memorialística **O Velho Senado** de junho de 1898, Machado de Assis se recordaria com ironia desse tempo de jornalista político e de certas figuras como o Marquês de Itanhaém de 80 anos (PIZA, 2006). Escreve:

[...] A figura de Itanhaém era uma razão visível contra a vitaliciedade do Senado, mas é também certo que a vitaliciedade dava àquela casa uma consciência de duração perpétua, que parecia ler-se no rosto e no trato de seus membros. Tinham um ar de família, que se dispersava durante a estação calmosa, para ir às águas e outras diversões e que se reunia depois, em prazo certo, anos e anos. Alguns não tornavam mais, e outros novos apareciam; mas também nas famílias se morre e nasce. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar; parece até que é a melhor prova de estar dentro da humanidade (ASSIS, 2015, v. II, p. 582).

O cenário político era representado pelo Partido Conservador dominante e pelo Partido Liberal, que em muitas situações não se diferenciava do Partido Conservador, como na defesa da descentralização das decisões políticas e administrativas de fachada, “para inglês ver”. Os interesses políticos que se colocavam acima dos ideais e do espírito público marcaram os textos irônicos e céticos do cronista e ficcionista de Machado de Assis. O crescimento das cidades e da classe média a partir da década de 1860 fortaleceram o Partido Liberal, que ganhou representatividade principalmente em São Paulo, com o florescimento da cultura do café, da construção de ferrovias e do aumento dos profissionais liberais urbano, aumentando a participação no Legislativo. Nascia o movimento republicano, do qual Machado de Assis foi testemunha (PIZA, 2006).

Machado de Assis sempre se mostrou incansável para o trabalho, além do jornal Diário do Rio de Janeiro, dirigido pelo amigo Quintino Bocaiúva, iniciou uma

colaboração regular de quinze anos com a **Semana Ilustrada**. Se não bastasse iniciou outra colaboração com o quinzenário luso-brasileiro **O Futuro**, cujo diretor era Faustino Xavier de Novais, que se tornou grande amigo e futuro cunhado. Nesta época como bem diz Daniel Piza, “[...] nasce o Machado de Assis crítico literário, que analisa sistematicamente os romances e os estudos lançados no Brasil, sem deixar de abandonar a crítica das peças, concertos e óperas” (PIZA, 2006, p. 98).

Em 1862 foi admitido como membro do Conservatório Dramático Brasileiro no cargo de censor, examinando e aprovando ou não para montagem as peças teatrais, com base em critérios estéticos e morais e propondo, se necessárias, mudanças no enredo. Apesar de todo o seu envolvimento com o teatro, Daniel Piza destaca que Machado de Assis “[...] não era um dramaturgo por excelência, no sentido de que suas peças são mais para serem lidas, do que encenadas, já que não há desenvolvimento dramático e o riso não passa de um efêmero levantar dos cantos da boca” (PIZA, 2006, p. 99).

Em 1864 Brasil e Paraguai declararam guerra, as ideias republicanas e o positivismo avançavam entre os militares e na sociedade brasileira. Machado de Assis desistia do teatro para se dedicar aos contos e crônicas. Aos 25 anos, se torna um cronista combativo, por vezes duro e mordaz nas críticas às coisas e às pessoas, principalmente políticos, que não raramente as rebatiam na tribuna. Um cronista político, com posições firmes a favor da ciência, da rápida separação entre Igreja e Estado, ainda incipiente, que questionava o imperialismo de alguns países, que acreditava na monarquia constitucional, apesar de afirmar ser liberal e abolicionista. Publica **Crisálidas**, sua primeira coletânea de poemas que apresentou uma recepção mediana entre os críticos (PIZA, 2006).

Machado de Assis em continuidade ao trabalho de crítico literário, publica no jornal Diário do Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1865 **O ideal do crítico**, com críticas aos críticos brasileiros, pela ausência de independência, imparcialidade, intolerância, limitada a impressões e dominada por vaidades próprias. Para o escritor a crítica é análise,

[...] e a crítica que não analisa é a mais cômoda, mas não pode pretender a ser fecunda. [...] Estabelecei a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada, — será esse o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreantes, corrigir os talentos feitos; condenai o ódio, a camaradagem e a indiferença, — essas três chagas da crítica de hoje, — ponde em lugar deles, a sinceridade, a solicitude e a justiça, — é só assim

que teremos uma grande literatura (ASSIS, 2015, v. III, p. 1081).

O trabalho intenso não o esmorecia, simultaneamente ao trabalho literário realizado em diversos periódicos do Rio de Janeiro, assumiria o comando editorial do *Jornal Diário do Rio*, com o afastamento do amigo Quintino Bocaiúva para tratar de negócios outros. Apesar desta nova responsabilidade, a maior parte da renda do escritor provinha da publicação de seus contos e das traduções de peças e romances franceses. As dificuldades impostas, vivendo com pouca renda e de aluguel, não foram impeditivos para Machado de Assis se destacar no meio cultural da Corte Imperial e conquistar a pretendida ascensão social.

Neste ínterim, conheceu uma pessoa que se tornaria muito importante com notável influência em sua vida, Carolina Augusta Xavier de Novais, irmã de Faustino Xavier de Novais, poeta e amigo. Foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa por determinação do imperador Dom Pedro II, um gesto de reconhecimento muito apreciado pelo escritor, sempre atento a sua imagem pública. Tornou-se funcionário público do *Diário Oficial*, por apadrinhamento, em ato assinado pelo Presidente de Gabinete e Ministro da Fazenda, o senador Zacarias de Góis, ocupando a função de ajudante de diretor, o que possibilitou a construção de uma sólida carreira no serviço público. Daniel Piza (2006) coloca que o ano 1867, “[...] marca a passagem do fervor juvenil para o início da estabilidade, para uma certa segurança afetiva e econômica que há muito ansiava – e, por uma ironia que poderia observar, da qual precisava mais do que nunca” (PIZA, 2006, p. 120).

A Guerra do Paraguai aproximava-se do seu desfecho, em janeiro de 1869 a capital paraguaia se rendeu. Duque de Caxias, próximo ao final do conflito, passou o comando para o Conde D’Eu, casado com a princesa Dona Isabel, e sob seu comando o Exército brasileiro massacrou aproximadamente dois terços dos homens, meninos e velhos que lutavam, inclusive o Presidente do Paraguai Francisco Solano López, em 1 de março de 1870. Os gastos crescentes com a manutenção da guerra, forçaram o governo brasileiro a contrair empréstimos no exterior para fazer face às despesas crescentes, principalmente no campo de batalha. Soma-se ao agravamento da crise financeira um processo crescente de instabilidade institucional com o fortalecimento do Exército, como instituição, após a vitória na Guerra do Paraguai, com seus líderes educados no positivismo da escola francesa. Um passo decisivo que levaria ao fim do Império e ao surgimento da República.

O momento era de propagação do ideário republicano na Escola Militar da Praia

Vermelha, sob o Comando de Benjamin Constant e de profunda crise econômica, com origem no forte declínio do sistema escravocrata. A crise do segundo reinado estava instalada, foram duas décadas de conflitos e crises, um processo lento com graves consequências sociais até a Abolição da Escravatura (1888) e Proclamação da República (1889). Daniel Piza (2006) aponta também transformações no campo literário,

[...] com a cisão na elite intelectual, que embutia não só a questão monarquia *versus* república, mas também o acirramento do romantismo *versus* realismo e nacionalismo *versus* internacionalismo, [...] isso seria definitivo para o amadurecimento de Machado de Assis (PIZA, 2006, p.139).

Três anos após conhecer Carolina Augusta, em 12 de novembro de 1869, casaram-se e apesar das dificuldades financeiras iniciais estavam felizes e ele empregado. A primeira residência do casal foi na rua dos Andradas, no centro do Rio de Janeiro. O ano de 1871 foi marcado por uma questão grave de saúde para Machado de Assis, as crises epiléticas, que o acompanhariam por toda a vida, causando muito constrangimento principalmente quando ocorriam em público, em função do preconceito à época em torno da doença, o que levou muita preocupação à esposa e aos amigos. Lúcia Miguel Pereira, no livro **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico** (2019), analisa o livro **Memorial de Aires**, publicado originalmente em 1908, como um romance autobiográfico do escritor, em que o Conselheiro Aires, narrador em primeira pessoa, relembra comovido o começo de vida de dificuldades dos personagens D. Carmo e Aguiar, supostamente Machado de Assis e Carolina Augusta. Aires descreve cuidadosamente o lar em que o casal dividia as alegrias e preocupações. Escreve:

[...] A pobreza foi o lote dos primeiros tempos de casados. Aguiar dava-se a trabalhos diversos para acudir com suprimentos à escassez dos vencimentos. D. Carmo guiava o serviço doméstico, ajudando o pessoal deste e dando aos arranjos da casa o conforto que não poderia vir por dinheiro. Sabia conservar o bastante e o simples; mas tão ordenadas as coisas, tão completadas pelo trabalho das mãos da dona que captavam os olhos ao marido e às visitas. Todas elas traziam uma alma, e esta era nada menos que a mesma, repartida sem quebra e com alinhamento raro, unindo o gracioso ao preciso. Tapetes de mesa e de pés, cortinas de janelas e outros mais trabalhos que vieram com os anos, tudo trazia a marca da sua fábrica, a nota íntima da sua pessoa. Teria inventado, se fosse preciso, a pobreza elegante (ASSIS, 2013, p.31).

Machado de Assis foi promovido em 1873 para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas como amanuense (escrevente) e, passados alguns meses, nomeado primeiro-oficial da Secretaria de Estado e posteriormente a chefe de seção com um salário de cinco contos e quatrocentos mil-réis. Com o novo vencimento

muda-se com Carolina Augusta para a rua da Lapa, uma melhora substancial no padrão de vida do casal. Machado de Assis adquiriu estabilidade financeira e bem ao seu estilo desenvolveu uma rotina de vida tranquila, só interrompida pelas crises convulsivas ocasionadas pela epilepsia e pelos encontros com os poucos amigos. Acordava cedo; cuidava das flores; escrevia crônicas, contos e romances; à tarde como “Seu Machado” se dirigia para a repartição pública; no final da tarde trocava ideias na livraria Garnier; retornava ao lar; jantava, conversava com a esposa na varanda e consumia muitos livros (PIZA, 2016).

Foi um período muito produtivo para Machado de Assis. Ainda em 1870 publicou **Falenas**, livro que incluía poemas para Carol, apelido carinhoso à esposa pelo marido e **Contos Fluminenses**, considerado pela crítica como realista pelo ceticismo e a forma analítica que desenvolvia os personagens. Em 1872, publicou seu primeiro romance, uma realização pessoal, **Ressurreição**, dando início ao que alguns críticos denominam como a primeira fase de sua ficção. Em 1873 uma nova coletânea de contos, **História da meia-noite**. Em sequência, mais três romances: **A mão e a luva** (1874), **Helena** (1876) e **Iaiá Garcia** (1878). Daniel Piza (2006) identifica nestes romances,

[...] um pouco do toque machadiano: o conceito do romance como ideia em ação; a dúvida que leva ao autoengano e à desilusão; [...] a recusa parcial do romance de costume em favor do estudo de um contraste, da oposição entre dois personagens (PIZA, 2006, p. 147).

A segunda metade da década de 1870 é marcada pelo avanço de novas tecnologias de impressão e o maior alcance dos telégrafos, impulsionando fortemente a imprensa. Jornais genéricos como Gazeta de Notícias e o *Bond*, que satiriza a monarquia, surgem e se destacam. Movimento que ultrapassou os limites da capital do Brasil e em São Paulo se sobressaiu o jornal **A província de São Paulo**, fundado em 1875. Machado de Assis colaborava com vários jornais, mas de forma contínua no **Jornal da Família**, no qual publicou diversos contos e na Revista **Ilustração Brasileira**, com a publicação das séries de crônicas **Histórias de Quinze Dias** e **Histórias de Trinta Dias**, com o pseudônimo de Manassés.

As discussões sobre a monarquia constitucional e suas possíveis vantagens em relação aos regimes republicanos dos países vizinhos se acirravam. No tema escravidão o jogo entre liberais e conservadores no parlamento provocou discussões acaloradas: sobre a necessidade de reformas estruturais anteriores a abolição, evitando riscos de convulsão social; sobre os direitos civis de propriedade; sobre as

oportunidades de emprego para os libertos, o que protelou em demasia o fim da escravidão no Brasil.

Machado de Assis acompanhou e participou destas discussões como jornalista, escritor e funcionário público, pois com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, assumiu a responsabilidade de elaborar os pareceres sobre a legalização das alforrias e a indenização dos proprietários em acordo com a lei. Esta nova função proporcionou ao escritor acesso a informações sobre a escravidão e seus métodos, que foram retratados em vários textos, como no conto **Pai contra Mãe**, escrito dezoito anos após a abolição da escravatura e publicado no livro **Relíquias da Casa Velha** (1906).

À medida que a realidade neste último quarto de século se impunha e os temas relevantes para a sociedade mostravam-se urgentes, Machado de Assis cronista adquiria estatura e maturidade, discorrendo em seus textos assuntos da política, da moda, da religião, do progresso, das finanças, refletindo sobre o comportamento humano com humor e uma ironia muito peculiar. Destaca-se uma preocupação do escritor com o poder do dinheiro nas relações humanas retratada nos contos: **Um ambicioso** (1877); **A herança** (1878); **A conversão de um avaro** (1878); **A dívida extinta**, (1878), publicados no Jornal da Família. Uma mudança de comportamento do jovem idealista, que confiava no poder transformador do teatro, do jornal e no Imperador, tornando-se mais tolerante e cético com o passar dos anos (PIZA, 2016).

No final de 1878, sob recomendação médica por causa de uma retinite crônica, refugiou-se por três meses em Nova Friburgo com Carolina Augusta, para uma melhor e tranquila convalescência. Um grande imprevisto, mas a estadia na cidade serrana salvou sua vida e o transformou como escritor. Machado de Assis iniciou seu romance **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, com o auxílio da esposa no papel de secretária dedicada. Para muitos críticos o início da segunda fase do escritor, agora em um tom mais realista. O livro foi um divisor na carreira do escritor, um ponto de inflexão, que pode ser observado na caracterização de seus personagens, como apontou Daniel Piza (2006),

[...] os temas (ciúme, ambição etc.) e os tipos (herdeiros, agregados, viúvas etc.) continuarão no Machado posterior, mas o que vai mudar é a caracterização desses personagens, o que significa maior rede de implicações aos assuntos, tanto sociais e econômicos como morais e filosóficas (PIZA, 2006, p. 181).

O livro **Memórias Póstumas de Brás Cubas** foi lançado em 1881, mas publicado em 1880 como folhetim, em capítulos, na **Revista Brasileira**. A primeira

recepção do livro foi modesta, elogiado por alguns e incompreendido por muitos, talvez pelo carácter inovador e crítico da obra. Um livro narrado em primeira pessoa por um defunto autor em tom humorístico, misturando sutilmente a cor local e a influência estrangeira. A infância do escritor “[...] de agregado social e sua juventude de apadrinhado literário, sempre no lusco-fusco entre as classes, permitiram que agora satirizasse o que conhece” (PIZA, 2016, p. 210). Para os críticos, o início de uma virada para o escritor, uma fase realista em que os contos e as crônicas exerceram papel relevante na construção do seu projeto literário.

Foi um período produtivo para Machado de Assis com o lançamento do livro de contos **Papéis Avulsos** (1882), publicados originalmente na Gazeta de Notícias. Se destacaram: **O alienista**, considerado por muitos uma novela, que discute a loucura e a sanidade; **Teoria do Medalhão**, que demonstra a maneira de se obter sucesso com pouco esforço; **O espelho**, que discute a alma interior e exterior e a nossa identidade; **D. Benedita**, a veleidade e a mudança de opinião das mulheres; **Sereníssima República**, contra a corrupção, os conchavos e o “jeitinho”; **O empréstimo** e **O anel de Polícrates**, que tratam de pessoas sem sucesso naquilo que fazem, azaradas.

A crise do Império brasileiro se aprofundava e a troca dos Gabinetes do Império eram frequentes, um novo Gabinete a cada ano. Machado de Assis criticava duramente o momento por não entender com clareza a real distinção entre conservadores e liberais, que a fundação da República não mudaria esta realidade política, demonstrando um profundo ceticismo com os homens responsáveis por conduzir os destinos do país.

Neste intervalo a luta dos abolicionistas ganhava impulso com a fundação da Conferência Abolicionista comandada por José do Patrocínio, com a presença de Machado de Assis, que aplaudia o movimento e participava de suas reuniões, mas de forma discreta e secundária. Os acontecimentos foram se sucedendo, em 1884 o partido liberal adere à campanha pela abolição, em 1885 a Lei Saraiva Cotegipe promove a liberdade dos escravos sexagenários, com pagamento de indenização aos proprietários pelos libertos. As crises e as trocas de Gabinetes provocaram o enfraquecimento do Regime Monárquico, o que facilitou as ações republicanas (PIZA, 2006).

Neste momento conturbado, Machado de Assis encontrou, enfim, o recanto que desejava para residir com Carolina Augusta. No início de 1884, foram morar na rua do

Cosme Velho, número 18, nas Laranjeiras, um bairro afastado do centro da cidade, arborizado, com mansões aristocráticas, em que viveriam o resto de suas vidas. Neste ano, lançou um novo livro de contos **Histórias sem data** (1884), com dezoito contos, todos escritos no ano anterior e publicados em parte na Gazeta de Notícia.

Os contos destacados são: **A Igreja e o Diabo; Singular ocorrência; Capítulo dos chapéus; Cantiga de esponsais; Noite de almirante**. Demonstravam a preocupação com questões filosóficas: deus e o diabo; o amor e a morte; o conflito sociedade e indivíduo. Neste livro Machado de Assis se apresenta como um autor,

[...] que escreve sobre seu tempo e lugar, de olho no que está além dele, [...] refletia tanto, na crônica como na ficção, sobre o quanto as coisas mudavam e, ao mesmo tempo, não mudavam. O que era também uma questão do seu tempo e lugar (PIZA, 2016, p. 237).

Em fins de 1876 nosso escritor, que publicava seus textos em diversos periódicos, foi convidado a atuar como cronista no jornal Gazeta de Notícias fundada em 1875. Problemas de saúde, excesso de trabalho e novos projetos literários o fizeram declinar do convite. Cinco anos mais tarde, passou a publicar, inicialmente de forma esporádica, seus contos, depois, com frequência, algumas séries de crônicas, por insistência do seu fundador e amigo, José Ferreira Araújo, que transformou o jornal em uma referência à época. Como afirma John Gledson,

[...] a Gazeta de Notícias era uma novidade na imprensa brasileira, e teria uma importância enorme para Machado. Quando em 1883, começou a escrever para o jornal com certa regularidade, achou sua “casa” espiritual. Todas as 480 crônicas, muito mais que a metade do total, que escreveu entre 1883 e 1900 foram publicadas na Gazeta. [...] foi o primeiro jornal a ser vendido avulso (e barato), na rua, e não por subscrição – um avanço democrático que Machado certamente aprovaria, e que o teria atraído a colaborar nela (GLEDSON, 2013, p.18).

Iniciou suas colaborações na Gazeta de Notícias na série **Balas de Estalo**, de 02 de julho de 1883 a 22 de março de 1886, assinava com o pseudônimo de Lélío e retratava a credulidade das pessoas e a transitoriedade das coisas. Tratava de assuntos diversos: críticas à corrupção; remédios milagrosos; desprezo ao conhecimento e ao mérito; espiritismo; loterias; troca-troca político; impostos inconstitucionais, sempre com um olhar oblíquo e irônico. Na série própria, **A+B**, de 12 de agosto de 1886 a 24 de outubro de 1886, assinava com o pseudônimo de João das Regras e retratava os últimos escândalos políticos e financeiros na forma de diálogo entre duas pessoas A e B. Em outra série própria, **Gazeta de Holanda**, de 01 de novembro de 1886 a 24 de fevereiro de 1888, assinava com o pseudônimo de Malvólio e a forma escolhida era peculiar, crônicas em versos, cômicas,

despreocupadas e fúteis.

Em 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel, que exercia a regência em nome de seu pai, o imperador Dom Pedro II, em viagem ao exterior e diante de uma disputa política entre os partidários da abolição e da liberdade e os defensores da escravidão e da propriedade, sancionou a Lei Áurea, um ato muito esperado por parte da sociedade, que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão no Brasil, um dos últimos países a libertar os escravos.

Pouco antes Machado de Assis iniciou uma nova série própria de crônicas intitulada **Bons Dias**, de 05 de abril de 1888 a 29 de agosto de 1889, que terminava com 'Boas Noites' e sempre iniciava com 'Bons Dias". Essas séries semanais do cronista eram abertamente políticas e vivenciaram um momento ímpar na história do país, com discussões acaloradas sobre monarquia e república, liberdade e escravidão. Com olhar oblíquo, lateral sobre estas questões, as observava de vários ângulos, cético em desarmonia com a euforia que prevalecia por todo o país. Outros assuntos do cotidiano também foram tratados nesta série: os xaropes salvadores; o espiritismo; os políticos que pouco contribuiriam para mudar o regime, preocupados com as benesses do poder; as questões financeiras como os bancos de emissão, os acionistas, a moeda e o câmbio.

O cronista tinha a liberdade como bem precioso a se comemorar e bem guardar. Participou dos festejos pela libertação dos escravos, mas reconhecia não menos legítimo o princípio da propriedade, por isso muitas vezes incompreendido. Por outro lado, não alimentava ilusões, principalmente em relação aos donos da terra. Entendia que os monarquistas que apoiavam a abolição o faziam pelo lucro a auferir, já os republicanos pelo poder. Firme em suas posições dizia que a monarquia constitucional de fato não existia, pois o poder era efetivamente exercido pela oligarquia com foco em seus próprios interesses e favores a conquistar (PIZA, 2006).

Entendeu que a abolição foi a mudança de um regime de escravidão para outro, que interessava mais aos brancos que aos negros. O emprego dos libertos lhe causava certa inquietação naquele momento (GLEDSON, 2006). Em crônica do dia 19 de maio de 1888 o escritor reflete com ceticismo sobre o destino dos libertos em um diálogo do senhor com Pancrácio, seu escravo alforriado. Escreve:

[...] No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:
 -- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...
 -- Oh! meu senhô! fico.
 [...] -- **Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce**

neste mundo; tu cresceste imensamente [...]

[...] Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos (ASSIS, 2015, v. IV, p. 758, grifo nosso).

Em 11 de novembro de 1889, a Corte Imperial realizou na Ilha Fiscal o que seria seu último baile, oficialmente para homenagear a Marinha Chilena e quatro dias depois a República foi proclamada. Marechal Deodoro da Fonseca assume o Governo Provisório e a família real embarca no dia 17 de novembro de 1889 para o exílio em Portugal.

Monarquista constitucional convicto e liberal, portanto, nem republicano nem conservador, sonhou ver a monarquia, especificamente no Segundo Reinado, evoluir para um sistema mais liberal, sem escravidão. Quinze anos depois, no livro **Esau e Jacó** (1904), o autor descreve a transição da Monarquia para a República com uma alegoria irônica no capítulo XLIX – “Tabuleta Velha” e no capítulo LXIII – “Tabuleta Nova”. O confeitiro “Custódio” andava em dúvida sobre a mudança das tabuletas de sua confeitaria. Trocar o nome de Confeitaria do Império lhe causava receio à vista de possíveis reviravoltas na política. A sugestão foi trocar para Confeitaria do Governo, que atenderia a ambos os regimes, porém, segundo “Custódio”, não atenderia as oposições. Então, depois de idas e vindas, a sugestão foi trocar para “Confeitaria do Custódio”, pois estaria desprovida de significados políticos. Machado de Assis sempre atento ao seu tempo observou, com ironia, que a transição provocou indefinições e incertezas nos cidadãos (PIZA, 2006). No livro também menciona o Baile da Ilha Fiscal. Escreveu:

[...] a esquisitona (Flora) foi ao baile da Ilha Fiscal com a mãe e o pai. Assim também Natividade, o marido e Pedro, assim Aires, assim a demais gente convidada para a grande festa. Foi uma bela ideia do governo, leitor. Dentro e fora, do mar e da terra, era como um sonho veneziano; toda aquela sociedade viveu algumas horas suntuosas, nova para uns, saudosas para outros e de futuro para todos – ou, quando menos, para a nossa amiga Natividade – e para o conservador Batista (ASSIS, 1904 apud PIZA, 2006, p. 255-259).

Em 1891 Machado de Assis publica o livro **Quincas Borba**, escrito em terceira pessoa, cujo texto foi revisto após o término de sua publicação em capítulos na revista **A Estação**, um jornal ilustrado para a família e direcionado ao público feminino. Podemos destacar o famoso dito do romance “ao vencedor as Batatas”, uma crítica irônica, pois nem sempre os vencedores materiais são também vencedores

espirituais, de forma que às vezes não há vantagem, salvo ficar com as batatas. As críticas ao romance foram positivas, destacamos a de José Veríssimo (1892) que diz,

[...] o Sr. Machado de Assis não é nem um romântico, nem um naturalista, nem um nacionalista, nem um realista, nem entra em qualquer dessas classificações em ismo ou ista. “[...] Não obstante a forma fantasiosa e velada, irônica e humorística do seu romance, fez nele um quadro excelente da nossa vida e dos nossos costumes (VERÍSSIMO, 1892 apud PIZA, 2016, p.267).

Machado de Assis escreveu crônicas e as publicou ao longo de sua carreira literária, apenas em dois momentos ocorreram interrupções por razões distintas. A primeira entre 1878 e 1883, a segunda entre agosto de 1889 e abril de 1892, porém por motivos diferentes. Retorna às crônicas semanais em 1892, numa série própria **A Semana** na Gazeta de Notícias de 24 de abril 1892 a 28 de fevereiro de 1897, com uma remuneração de cento e cinquenta mil-réis mensais. Não assinava as crônicas nem usava pseudônimo, mas uma análise cuidadosa dos atributos estéticos destes textos permite afirmar que a autoria é indiscutível. O cotidiano de mudanças rápidas, fizeram desta série a mais importante, fascinante e longa do cronista. Daniel Piza (2016) escreveu sobre esta série de crônicas de Machado de Assis dizendo,

[...] ser seu máximo de qualidade no gênero, o máximo de qualidade que um escritor brasileiro chegou no gênero. Adota sempre um tom oblíquo, enganoso de “cronista das cousas miúdas” que afastam o tom solene; mas sempre lamentando a violência dos conflitos e a corrupção dos políticos, constatando a força do destino. [...] Machado fingia estar falando de amenidades, mas seus temas eram os grandes (PIZA, 2016, p. 273).

Os assuntos tratados foram variados. Escreveu sobre política e parlamento, religião e espiritismo, artes e costumes, saneamento e saúde pública e sobre finanças, como a febre das ações no **Encilhamento**, debêntures, títulos públicos, bancos de emissão, câmbio e suas oscilações diárias. Em determinada época, quando as questões sobre finanças dominaram os assuntos cotidianos, causando estranheza e perplexidade, Machado de Assis com ironia iniciou uma de suas crônicas dizendo que “A semana e finanças são hoje a mesma coisa”, uma crítica a toda ingenuidade depositada nas finanças do **Encilhamento**.

Publica seu quinto livro de contos, **Várias Histórias** (1895), escritos entre 1884 e 1888, portanto antes da Proclamação da República. A coletânea apresenta a mesma qualidade das duas anteriores: **Papéis Avulsos** (1882) e **Histórias sem data** (1884), com contos como: **Um homem célebre**; **A cartomante**; **A causa secreta**; **Conto de escola**; **Um apólogo**, que trataram dos conflitos da alma humana, como insegurança, ambição, vaidade, virtude, culpa, sempre com um olhar oblíquo sobre o

comportamento humano.

Machado de Assis participou ao longo de sua vida de inúmeras tentativas de criação de uma sociedade de escritores. Todas naufragaram, exceto uma, liderada pelo amigo Lúcio Mendonça da Revista Brasileira, a fundação da Academia Brasileira de Letras, nos moldes da francesa. Machado de Assis não só abraçou a ideia, tomou parte ativamente e presenciou com alegria a sua fundação. Sete meses depois em 20 de julho de 1897, com a presença dos fundadores ocorreu a primeira sessão oficial da Academia Brasileira de Letras.

Machado de Assis por um consenso natural foi o primeiro presidente, apoiado em seu prestígio literário e por estar distante da política partidária. Nos anos iniciais de funcionamento sem sede própria e recursos, o comprometimento e dedicação de Machado de Assis foram fundamentais para que a Academia se torna-se uma realidade. Neste período Machado de Assis e Joaquim Nabuco comandavam o seu destino com a defesa “[...] do caráter suprapartidário da instituição e diziam que uma de suas funções seria, por exemplo, desempenhar o papel de “guardião da língua”, produzindo dicionários, estudos ortográficos e trabalhos desse gênero” (PIZA, 2006, p. 298).

Em 1899 foi publicado o livro **Páginas recolhidas** (1899), uma coletânea diversa com oito contos, cinco crônicas e outras peças. No conto **O caso da vara**, Machado de Assis reforça sua postura crítica da sociedade e de seu tempo, caracterizada pela troca de favores e gentilezas, a sociedade do favor que camuflava a gigantesca injustiça social. Já a crônica, **O sermão do Diabo**, publicado na Gazeta de Notícias, em 04 de setembro de 1892, é uma paródia satírica do Sermão da Montanha e faz referências ao *money market*, reforçando o oportunismo e a ingenuidade em finanças dos brasileiros. Em artigo **O sermão do Diabo: uma irreverência machadiana**, Altamir Celio de Andrade e Terezinha V. Zimbrão da Silva (2016) reforçam que,

[...] o contexto machadiano também está marcado por uma crise profunda: a modernização capitalista do Brasil de fins dos oitocentos. Daí o seu personagem Diabo ter sido atualizado para os novos tempos como um malicioso homem de negócios, dando sermões do alto do monte Corcovado, utilizando palavras do vocabulário financeiro inglês e ensinando seu povo como se dar bem em uma sociedade cada vez mais capitalista (ANDRADE E SILVA, 2016 p. 67).

No livro **Esau e Jacó** (1904) Machado de Assis também provoca uma reflexão sobre as mudanças sociais, o comportamento humano e a ascensão do dinheiro no **Encilhamento**, através do personagem Nóbrega, descrito por Raymundo Faoro

(2001):

[...] o autêntico Nóbrega, não se extravai na imitação da elegância cultivada, nem no refinamento ocioso, não cobiça a baronia e não quer a cadeira de parlamentar. [...] Nóbrega entra no *encilhamento*, que lhe multiplica os capitais, depois que a desonesta esperteza lhe anima o primeiro passo. Nóbrega “irmão das almas” recebe de Natividade, para as almas do purgatório, em regozijo pela grandeza futura de seus filhos ainda não nascidos, uma nota de dois mil-réis, nova em folha. [...] Passaram muitos anos; o sujeito que antes não se chamava nada, ganhou nome. “Com pouco deixou a cidade, e não se sabe se também o país. Quanto tornou, trazia alguns pares de contos de réis, que fortuna dobrou, redobrou e tresdobrou. Enfim, alvoreceu a famosa quadra do *encilhamento*. Esta foi a grande opa, a grande bacia, a grande esmola, o grande purgatório. [...] Ele era outro; as feições não eram as mesmas, senão as que o tempo veio compondo e melhorando (FAORO, 2001, p. 265-266).

Em fevereiro de 1890 chega às livrarias o livro **Dom Casmurro** (1890), um romance cujo enredo para alguns críticos está mais relacionado com seus livros da primeira fase, do romantismo. Machado de Assis também reúne nesta obra os temas universais com os locais e causa impressão de estar a sugerir “[...] que todos somos uma mistura entre o que herdamos e o que vivemos, entre o destino e circunstância, que nunca se vai encontrar uma separação nítida entre tais forças” (PIZA, 2016, p. 330).

Após 37 anos de dedicação ao gênero crônica, em 11 de novembro de 1900, publica sua última crônica na seção **A Semana** na Gazeta de Notícias, substituindo Olavo Bilac em viagem à Argentina. Em todos esses anos de escrita “[...] se a ironia foi um recurso para evitar opiniões incisivas, não deixou em nenhum momento de discutir os acontecimentos dessa transição histórica e se posicionar em relação a eles [...]” (PIZA, 2016, p. 333). Machado de Assis surpreendeu ao iniciar o texto escrevendo:

[...] Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. Daí vem que, enquanto o telégrafo nos dava notícia tão graves como a taxa francesa sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe de polícia paraguaio, coisas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver coisas miúdas, coisas que escapam ao maior número, coisas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam (ASSIS, 2015, v. III, p. 1300).

No início do século XX a cidade do Rio de Janeiro, com mais de 700 mil habitantes, convivia com frequentes crises sanitárias; pela ausência de saneamento básico as epidemias eram frequentes. Foi surpreendida pela revolta da vacina, em que populares protestavam quanto à obrigatoriedade da vacina contra a varíola, uma campanha do cientista Oswaldo Cruz com vasto apoio do Prefeito Pereira Passos e

do Presidente Rodrigues Alves. No ano 1904 chegava às livrarias o oitavo livro de Machado de Assis, **Esau e Jacó** (1904), narrado pelo Conselheiro Aires conta a história de dois irmãos gêmeos, Pedro e Paulo, que viviam em uma intensa disputa, discordando em quase tudo, desde questões políticas, econômicas, sociais até sentimentais. O Rio de Janeiro descrito pelo autor no romance é o do **Encilhamento**, uma euforia especulativa que causou incompreensão e perplexidade e foi muito bem retratado no capítulo LXXIII com título sugestivo: **Um Eldorado**. Escreve:

[...] A capital oferecia ainda aos recém-chegados um espetáculo magnífico. Vivia-se dos restos daquele deslumbramento e agitação, epopeia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo. Certo, não lhe esqueceste o nome, encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie.

[...] Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos do prelo.

[...] Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram.

[...] Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. Letras grandes enchiam as folhas públicas, os títulos sucediam-se, sem que se repetissem, raro morria, e só morria o que era frouxo, mas a princípio nada era frouxo.

[...] Cada ação trazia a vida intensa e liberal, alguma vez imortal, que se multiplicava daquela outra vida com que a alma acolhe as religiões novas. Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos (ASSIS, 2012, p. 162-163).

Neste mesmo ano morre Carolina Augusta em 20 de outubro de 1904 com setenta anos e trinta e cinco anos de um casamento harmonioso, apesar de todo o esforço e comprometimento do casal na luta contra a doença que a acometia. Machado de Assis em carta de 20 de novembro de 1904 a Joaquim Nabuco, um grande amigo, conta em tom de desabafo e tristeza que foi um “golpe”, a sua “grande desgraça”, que se foi a “melhor parte de minha vida”, que se sentia “só no mundo”.

Em 1907 angustiado e triste pela ausência da companheira de uma vida e pelo agravamento da frágil saúde, em função da epilepsia e dos tratamentos mitigatórios, ainda encontrou forças e escreveu seu último livro: **Memorial de Aires** (1908). Para Lúcia Miguel Pereira este livro,

[...] não é um romance, [...] é mesmo um memorial, um diário íntimo, anotações de fatos e caracteres sem preocupação de enredo. [...] A verdadeira trama do livro está nas reflexões do conselheiro Aires. [...] O Memorial nos dá a melhor prova de que o Aires foi mesmo uma projeção de Machado (PEREIRA, 2019, p. 253-257).

Faleceu em 29 de setembro de 1908 em casa no Cosme Velho aos sessenta e nove anos de idade, às vezes incompreendido, mas consagrado. A Academia Brasileira de Literatura prestou todas as merecidas honras antes do enterro e Rui Barbosa prestou a homenagem dos intelectuais. Disse sem exageros que, “[...] era sua alma um vaso de amenidade melancólica. Mas a missão de sua existência, repartida entre o ideal e a rotina, não lhe cumpriu sem rudeza e sem fel” (BARBOSA apud PEREIRA, 2019, p.264). Hoje, cento e doze anos depois, “[...] sua obra continua a ser interpretada de todas as maneiras, nenhuma delas o suficiente. É a marca do gênio” (PIZA, 2006, p. 364).

Constatamos que Machado de Assis construiu uma sólida carreira na área pública. Primeiro na Imprensa Nacional, depois no Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas, ocupando diversas funções, algumas de muita relevância e responsabilidade. A estabilidade financeira adquirida, segundo biógrafos e críticos, tornou-se um facilitador para sua criação literária. Uma obra completa escrita em vários gêneros literários: dez romances, duzentos contos, dez peças teatrais, cinco coletâneas de poemas e sonetos e mais de seiscentas crônicas. Na juventude conquistou notoriedade nos periódicos (jornais) da época, no qual publicou suas primeiras poesias e crônicas. Consagrado na maturidade e velhice como a referência literária brasileira pelos críticos, participou com amigos da fundação da Academia Brasileira de Letras (1897), nomeado por aclamação o primeiro presidente, permanecendo no cargo até 1908, ano de sua morte.

É importante destacar, também, opiniões divergentes sobre a vida de Machado de Assis. Diferentemente de alguns críticos, apontam que as dificuldades enfrentadas pelo escritor, excetuando-se as questões graves de saúde, não excederam ao de toda a gente, nem foi particularmente difícil. Alguns pontos para reflexão são colocados por Antonio Candido (1995),

[...] quanto a relativa facilidade da sua vida pública. Tipógrafo, repórter, funcionário modesto, finalmente alto funcionário, a sua carreira foi plácida. A cor parece não ter sido motivo de desprestígio, e talvez só tenha servido de contratempo num momento brevemente superado, quando causou com uma senhora portuguesa. E a sua condição social nunca impediu que fosse íntimo desde moço dos filhos do Conselheiro Nabuco, Sizenando e Joaquim, rapazes finos e cheios de talento (CANDIDO, 1995, p. 15).

Olhando para a carreira intelectual de Machado de Assis, observamos admiração, reconhecimento e apoio desde cedo, com exceção de alguns, como do crítico Sílvio Romero. Aos cinquenta anos já era considerado o maior escritor do Brasil.

Sendo apegado a formalismos e aos padrões convencionais na vida de relação. Antonio Candido (1995) afirma,

[...] parecer não haver dúvida que a sua vida foi não apenas sem aventuras, mas relativamente plácida, embora marcada pelo raro privilégio de ser reconhecido e glorificado como escritor, com muito carinho e um preito que foram crescendo até fazer dele um símbolo do que se considera mais lato na inteligência criadora (CANDIDO, 1995, p. 16).

Observou o cotidiano de uma sociedade em transformação, da Abolição da Escravatura à Proclamação da República, da iluminação a lampiões de azeite de peixe à iluminação a gás, dos meios de transporte com tração animal aos bondes elétricos, das epidemias ao saneamento e reurbanização da cidade, das novidades do mundo das finanças. Encontrou no jornalismo, em especial nas crônicas, as condições e os atributos que auxiliariam na criação de toda a sua obra literária, de fundamental relevância para a literatura brasileira nos séculos XIX e XX, com uma imensa fortuna crítica. Manteve relacionamento fraterno com muitos dos intelectuais de seu tempo, uma geração brilhante, como Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, José de Alencar, Mário de Alencar, José Veríssimo, Graça Aranha, Coelho Neto, Rodrigo Otávio, Raimundo Correia, Astrojildo Pereira, dentre outros.

3 A CRÔNICA MACHADIANA: UM RECURSO MUITO PECULIAR

“Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto.”

Machado de Assis, A Semana, 11 de novembro 1900.

Nesta seção trataremos do gênero literário crônica: suas origens, atributos, características, sintonia com o cotidiano e importância para a literatura, em especial a brasileira. Eram textos que inicialmente tratavam de um relato histórico dos acontecimentos, com o passar dos anos transformaram-se em textos ficcionais e filosóficos, que tem por inspiração qualquer fato econômico, social, comportamental.

Discutiremos a forma e os atributos estéticos da escrita literária nas crônicas de Machado de Assis, um dos precursores e referência para os cronistas modernos. As crônicas machadianas falavam sobre o cotidiano e os acontecimentos do dia a dia na sociedade carioca, publicados nos jornais da época. Abrangem uma diversidade de assuntos, que vão dos costumes à política, passando pelas finanças e os negócios.

Machado de Assis se dedicou à crônica nos mais variados formatos ao longo de 40 anos. Homem e jornalista, escreveu semanalmente - do final dos anos 1850 até o início do século XX - para diversos periódicos cariocas, como eram conhecidos os jornais da época. Nestas quatro décadas o cronista acompanhou de perto a vida social, econômica, política, cultural e suas transformações. Foi um observador privilegiado do seu tempo, com um olhar oblíquo sobre os acontecimentos do cotidiano e do comportamento humano. No projeto literário do escritor, as crônicas foram extremamente importantes para sua criação ficcional, em especial os contos e romances.

O escritor observa os acontecimentos da sociedade local, como um crítico de suas ações, crenças e descrenças, utilizando o humor que por vezes transborda para a ironia. Como observa Gustavo Franco (2008) o cronista tem um olhar “[...] sobre eventos econômicos e financeiros de seu tempo, os principais, os acontecimentos paradigmáticos de uma época tumultuada, mas também os secundários, os pequenos dramas anônimos e cotidianos que fornecem preciosas alegorias para enredos

maiores” (FRANCO, 2008, p. 13). Independentemente dos assuntos abordados em suas crônicas, sempre escreveu de forma sutil e mordaz, mas com diplomacia.

Apesar de tratar dos fatos do dia a dia, o que tornam as crônicas eternas são os textos filosóficos e ficcionais, com reflexões, análises e críticas sobre os acontecimentos do cotidiano escrito pelos cronistas. Neste sentido Machado de Assis foi precursor e genial.

3.1 A ESTÉTICA DA CRÔNICA: CARACTERÍSTICAS E SINTONIA COM O COTIDIANO

“O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo.”

Machado de Assis, O Espelho, 30 de outubro de 1859.

A palavra grega *Chronos* que significa **tempo**, encontra-se em nossa língua como radical de muitas palavras como cronograma, cronologia e crônica. Todas relacionadas com a ideia de tempo. Arrigucci Jr. (1987) reforça que dos vários significados da palavra crônica, todos

[...] implicam a noção de tempo, presente no próprio termo, que procede do grego *chronos*. Um leitor atual pode não se dar conta desse veículo de origem que faz dela uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada. Mas a crônica sempre tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo (ARRIGUCCI JR, 1987, p. 51).

A palavra crônica, que designa um gênero específico de textos, mudou de sentido ao longo dos anos. O primeiro sentido foi o de registro do passado e dos fatos na ordem que aconteceram, a crônica histórica. O cronista era o narrador da história. Arrigucci Jr (1987), diz que neste caso,

[...] trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido – uma definição que poderia aplicar igualmente ao discurso da História, a que um dia deu lugar. Assim a princípio ela foi crônica histórica, como a medieval: uma narração de fatos históricos segundo ordem cronológica, conforme dizem os dicionários, e por essa via se tornou uma precursora da historiografia moderna (ARRIGUCCI JR, 1987, p. 51-52).

A crônica de sentido histórico, tem início no século XIII com o humanismo em Portugal, na transição da Idade Média para o Renascimento. Em 1434 Fernão Lopes

é nomeado guarda-mor da Torre do Tombo e cronista-mor do reino, sendo considerado o melhor de todos. Lopes foi importante para a História, a Literatura Portuguesa e para o gênero crônica. O cronista, que vinha da Idade Média, se profissionaliza e é remunerado pelo trabalho com a matéria histórica.

Alguns estudiosos apontam que a história literária brasileira começou com uma crônica que narrou a histórica do descobrimento em 1500, a Carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que relata ao rei D. Manoel os acontecimentos da descoberta do Brasil. A primeira dentre outras escritas por portugueses, missionários e religiosos, especialmente os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, que redescobrem o Brasil. Alguns trechos adaptados à linguagem atual da Carta de Caminha, considerado por muitos o cronista do descobrimento, mostram um estilo ágil e perspicaz. Caminha escreve:

Sexta-feira, 1 de maio

[...] Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho ao redor de si. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto à vergonha.

[...] Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, que de nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa.

[...] Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

[...] Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-à nela tudo, por bem das águas que tem (CORTESÃO, 1943, apud BENDER; LAURITO, 1993, p. 13).

O segundo sentido mostra a crônica em sua concepção atual, moderna, com foco nos fatos do dia a dia, no cotidiano. Diferente da crônica histórica, trata-se de “[...] um relato ou comentário de fatos corriqueiros do dia a dia, dos *faits divers*, fatos de atualidades, que alimentam o noticiário dos jornais desde que estes se tornaram instrumentos de informação de grande tiragem, no século passado” (ARRIGUCCI JR, 1987, p. 52-53). É importante destacar que o sentido original da crônica, o registro dos fatos históricos, prosseguiu paralelamente ao sentido moderno, o registro dos acontecimentos do cotidiano, consequência direta do nascimento do jornal e da literatura jornalística.

Estes sentidos colocam em discussão uma questão relevante para o estudo das crônicas, qual seja, a ambiguidade da história e sua relação com a escrita das crônicas

ficcionais ou não. A história como ficção e visão e, portanto, a possibilidade da escrita da história através do jornalismo. A história imediata ou do presente, originária na imprensa, como bem coloca Ivete Helau Silva, “[...] além de identificar-se com a crônica através da origem, tem em comum com esta a curta duração da história indireta que se opõe ao tempo longo da história, vista por alguns como científica” (SILVA, 2002, p. 16).

A crônica é um registro de um momento, “[...] da vida escoada, a rigor, colhe a matéria principal do tempo, como o discurso da História, com a peculiaridade de registrar no calor da hora” (BETELLA, 2007, p. 24). Registra fotos e fatos que envelhecem com os objetos e acontecimentos retratados, e tornam-se amiúde incompreensíveis para os leitores de hoje. A crônica assume, portanto,

[...] “uma faceta historiográfica” e um carácter de “registro” que “coloca lado a lado as grandes decisões políticas e a vida acontecendo nas ruas, revirando e aproximando esses dois lados com um poder de relativização desconcertante” (BETELLA, 2006 apud FRANCO, 2008, p.15).

Neste sentido moderno, que designa um texto jornalístico e discute os mais diversos assuntos, teve sua origem na França do século XIX e era conhecida como folhetim (do francês *feuilleton*). Um espaço livre no rodapé do periódico (jornal), com o objetivo de divertir o leitor em meio às notícias graves que ocupavam normalmente suas páginas principais. Publicava-se quaisquer textos, desde crítica literária até ensaios e romances, encontrando as condições propícias para seu desenvolvimento e com o passar do tempo passou a ocupar uma posição de destaque no corpo do periódico, tornando-se um atrativo importante para o sucesso do jornal. Espaço este de reflexão dos costumes e da moral, de observação do cotidiano, das questões políticas, sociais, artísticas e literárias, de sonhos, de ficção. Portanto, o conceito e o sentido da crônica, que antes foi folhetim, foi se ampliando ao longo do século XIX e a absorção, segundo Ivan Claércio Schneider (2008),

[...] dos ideais do mundo moderno fez com que os cronistas desse século reestruturassem seus textos, buscando incorporar as novas expressões e características estéticas que pudessem identificar um momento caracterizado por relações sociais mais complexas e fragmentadas. Ou seja, os cronistas do século XIX procuravam entender e registrar a nova ordem social imposta pela sociedade industrializada (SCHNEIDER, 2008. p.172-173).

Ao longo do século XIX observa-se, basicamente, duas formas de escrita dos folhetins: o folhetim-romance e o folhetim-variedades. O primeiro, folhetim-romance, eram textos de ficção, os romances em capítulos precursores das radionovelas e telenovelas. O sucesso foi imediato, levando muitos leitores a assinarem os periódicos

com o propósito de acompanhar personagens e heróis de sua preferência. Ocorreu neste período forte crescimento da produção literária brasileira e da tradução de grandes obras estrangeiras. Romances conhecidos do século XIX e início do XX, foram publicados originalmente em capítulos com grande repercussão. Destacamos: **O Guarani** (1857) de José de Alencar; **Memórias de um Sargento de Milícias** (1854) de Manuel Antônio de Almeida; **O ateneu** (1888) de Raul Pompeia; **O triste fim de Policarpo Quaresma** (1911) de Lima Barreto e **Quincas Borba** (1891) de Machado de Assis, dentre outros.

O segundo, folhetim-variedades, deu origem ao gênero crônicas, como conhecido atualmente. Seriam as matérias variadas com fatos que registravam os acontecimentos do dia a dia, da vida cotidiana da cidade, do país e do mundo. Tornou-se um laboratório para os escritores brasileiros em um momento que a literatura nacional se afirmava. Observava-se, também, que um crescente público fiel, os leitores, adquiriram o hábito regular da leitura. O sucesso desta seção do jornal dependia, necessariamente, do talento e do estilo do escritor, ainda que os atributos do gênero fossem o tom ligeiro e descompromissado, frívolo.

Outra maneira de se classificar as crônicas seria dentro do grupo da memorialística, ou seja, que incluem os diários, memórias e dissertações. Quando narrado em primeira pessoa tem por objetivo refletir, comentar, criticar, relatar sobre temas relacionados à experiência pessoal do narrador. Como afirma Gabriela, a crônica-memorialista acontece “[...] por vários motivos, entre os quais, a disposição de narrar sobre a própria vida ou de expor as próprias convicções” (BETELLA, 2007, p. 18).

No Brasil do século XIX, com destaque para a segunda metade, o jornal (periódico) foi o principal meio de comunicação dos acontecimentos, das opiniões e ideias. Este período foi marcado pela circulação de muitos periódicos, apesar de uma pequena parcela da população ser alfabetizada. Eram compostos: por uma parte noticiosa, muito texto e pouca foto e imagem; pelos folhetins-romance de autores brasileiros conhecidos e de estrangeiros, que chegavam de navio e eram publicados capítulo a capítulo e pelos folhetins-variedades, em que se comentavam os fatos da semana, do cotidiano. Ambos publicados normalmente aos domingos no rodapé dos jornais.

Este importante instrumento da imprensa escrita passou a ser constituído não apenas das notícias relatadas, tornou-se um veículo plural, no qual a crônica

transformava a prática literária, a opinião, a crítica e as informações da época. No artigo **O Jornal e o Livro**, publicado no periódico *Correio Mercantil*, em 10 de janeiro de 1859, Machado de Assis vê o jornal como revolucionário, sinônimo de liberdade e democracia e a crônica como uma oportunidade para os escritores estreates, proporcionando autonomia estética ao gênero. Uma época de ouro na visão do escritor. Um veículo formador de opinião, indicando novas formas de organização social. Escreve:

[...] quem enxergasse na minha ideia uma idolatria pelo jornal teria concebido uma convicção parva. Se argumento assim, se procuro demonstrar a possibilidade do aniquilamento do livro diante do jornal, é porque o jornal é uma expressão, é um sintoma de democracia; e a democracia é o povo, é a humanidade.

[...] Desaparecendo as fronteiras sociais, a humanidade realiza o derradeiro passo, para entrar o pântano da felicidade, essa terra de promessa. Tanto melhor! este desenvolvimento da imprensa- jornal é um sintoma, é uma saurora dessa época de ouro.

[...] O talento sobe à tribuna comum; a indústria eleva-se à altura de instituição; e o titão popular, sacudindo por toda a parte os princípios inveterados das fórmulas governativas, talha com a espada da razão o manto dos dogmas novos.

[...] É a luz de uma aurora fecunda que se derrama pelo horizonte. Preparar a humanidade para saudar o sol que vai nascer, — eis a obra das civilizações modernas (ASSIS, 2015, v. III, p. 995-996).

Primeiro folhetinista, depois cronista, eram os nomes que identificavam jornalistas-literatos do século XIX e XX. O sucesso do folhetim dependia do talento do escritor. Se conquistassem o público, especificamente seus leitores, os manteriam cativo, criando expectativas à continuidade dos textos do escritor. No gênero crônica observa-se uma relação muito próxima de troca entre autor e leitor. Por isso é considerado à época, por muitos críticos, como uma etapa importante e necessária para o sucesso dos escritores, com destaque para os folhetinistas e cronistas: Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, França Junior, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Raul Pompéia, Olavo Bilac, dentre outros.

Machado de Assis, em crônica publicada em 30 de outubro de 1859, na série **Aquarelas**, no jornal *O Espelho*, discorre sobre a origem do folhetim e seu espalhamento pelo mundo. No mesmo texto em que observa a relevância e importância do folhetim e do folhetinista para a sociedade, o escritor reflete sobre os conflitos de interesse que impõe limites ao gênero, com um olhar crítico sobre a liberdade do cronista, que pode ser relativa e condicionada aos interesses financeiros e econômicos do jornal e seus dirigentes. Escreve que o folhetim nasce do jornal e o folhetinista é

[...] originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal. Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. Se o têm conseguido por toda a parte, não é meu fim estudá-lo; cinjo-me ao nosso círculo apenas. Mas começemos por definir a nova entidade literária.

[...] O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação

[...] Como quase todas as coisas deste mundo o folhetinista degenera também. Algumas das entidades que possuem essa capa, esquecem-se de que o folhetim é um confeito literário sem horizontes vastos, para fazer dele um canal de incenso às reputações firmadas, e invectivas às vocações em flor, e aspirações bem cabidas

[...] Constituindo assim cardeal-diabo da cúria literária, é inútil dizer que o bom senso e a razão friamente o condenam e votam ao ostracismo moral, ausência de aplausos e de apoio.

[...] Não é este o único abuso que se dá. É costume de outros levantarem o folhetim como a chave de todos os corações, como a foice de todas as reputações indelévels.

[...] E conseguem... (ASSIS, 2015, v. III, p. 1006-1007).

Em outra crônica de 15 de setembro de 1862, publicada no jornal **O Futuro**, Machado de Assis, de forma metafórica, conversa e aconselha à sua amiga “pena de cronista” quando inicia seu trabalho como cronista, revelando as preocupações, perigos e responsabilidades na escrita de uma crônica diferentemente do folhetim. Escreve à sua amiga, em tom de aconselhamento,

[...] que antes de começarmos o nosso trabalho, ouve amiga minha, alguns conselhos de quem te preza e não te quer ver enxovalhada [...]

[...] Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar.

[...] O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas.

[...] Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz (ASSIS, 2015, v. IV, p. 72).

Dos mais variados assuntos tratados pelos cronistas, um deles persiste até nossos dias, podemos identificá-lo como um exercício de metalinguagem, que segundo Flora Bender e Ilka Laurito (1993) constituiria na,

[...] crônica que se debruça sobre si mesma, discutindo suas propostas, suas finalidades, sua linguagem, seus assuntos ou falta de assunto, as especificidades do gênero e suas relações com o público leitor. A crônica que se autodiscute aparece já no século passado, quando o gênero, em sua acepção moderna, nasceu sob a forma esparramada de folhetim (BENDER; LAURITO, 1993, p.17).

Antonio Candido observa que a crônica “[...] não nasceu propriamente com o jornal, mas só quando este se tornou cotidiano, de tiragem relativamente grande e teor acessível, isto é, há uns 150 anos mais ou menos [...]” (CANDIDO, 1992, p. 15). Também não foi concebida originalmente para o livro porque não apresentava característica de durabilidade, por ser uma publicação passageira, efêmera, com fatos do cotidiano, que se apagavam rapidamente no imaginário do leitor, transformando a literatura ocasional em algo que tivesse alguma relação com a vida de cada um.

Um melhor entendimento da crônica passa, necessariamente, por uma reflexão sobre o jornal como instrumento de informação e cultura, portanto escrever para o jornal é algo diferente de publicar no jornal. Observamos dois textos linguísticos: o primeiro cumpre o papel de informar o cotidiano, seus escritos se encerram a cada dia e são substituídos por outros e assim sucessivamente e caem no esquecimento, são matérias informativas dos acontecimentos diários e aleatórias; o segundo se descola do dia a dia, com foco analítico e uma ambiguidade irreduzível, com defeitos e qualidades, que segundo Massaud Moisés (1978),

[...] difere da matéria substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso ou não, reside em transcender o dia a dia pela universalização de suas virtualidades latentes, objetivo esse, via de regra, minimizado pelo jornalista de ofício. O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, desentranhar do acontecimento sua porção imanente de fantasia (MOISÉS, 1978, p. 247).

Neste sentido o folhetinista, e depois o cronista, que demonstrasse domínio das regras literárias, entendendo a importância do espaço jornalístico, poderia representar e narrar os fatos do cotidiano para um leitor interessado nas transformações da sociedade. A crônica se transforma no local de reflexão e crítica do dia a dia, adquirindo um papel contestador “[...] em grande medida, pela burguesia que encontra na imprensa espaço ideal para a crítica aos valores aristocráticos ou para exercitar a comercialização de bens culturais” (SCHNEIDER, 2008, p.173-174).

Trata-se de um texto com características de brevidade de leitura rápida, no qual o cronista escreve de maneira livre, sem se preocupar com a duração do texto ao longo do tempo, analisando e interpretando os fatos do dia a dia por um ponto de vista subjetivo. As crônicas machadianas caminham neste sentido, relacionando fatos do cotidiano e propondo reflexões à dimensão humana. Clárcio Schneider (2008) reforça que, “[...] o mergulho crítico na essência das coisas, a contemplação da verdade e o avanço para o fundo da existência humana são aspectos do olhar **trágico**

que Machado de Assis manifestou em suas crônicas e que revela muito de si próprio [...]” (SCHNEIDER, 2008, p.175, grifo do autor).

A crônica apresenta um caráter universal, quando faz uso de elementos literários e filosóficos para analisar a condição do homem em sociedade. Característica mais subjetiva do registro do cronista, em que o juízo de valor empregado modela as interpretações e impressões do cotidiano que o cerca. Jorge de Sá (1999) diz que teríamos a crônica,

[...] com uma roupagem mais ‘literária’, [...] em vez de simples registro formal, o *comentário* de acontecimentos que tanto poderiam ser do conhecimento público como apenas do imaginário do cronista, tudo examinado pelo ângulo subjetivo da interpretação, ou melhor, pelo ângulo da recriação do real (SÁ, 1999, p. 9, grifo do autor).

Mostra sua força e capacidade de delinear o mundo e os homens. Como aponta Antonio Candido (1992) a crônica,

[...] está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. [...] pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitada. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e, também nas formas mais fantásticas – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor (CANDIDO, 1992, p.14).

Sua história está de certa forma vinculada ao Brasil e sob determinados aspectos é um gênero literário brasileiro, por ter se aclimatado naturalmente e pela originalidade com que por aqui se desenvolveu. A originalidade da crônica no Brasil e a geração de escritores que a cultivam, subverteu o tempo e os preconceitos e a consolidaram como um gênero literário, em que Machado de Assis foi uma referência importante e reconhecida. A crônica, como observa Antonio Candido, “[...] é um bom sintoma do processo de busca de oralidade na escrita, isto é, de quebra do artifício e aproximação com o que há de mais natural no modo de ser do nosso tempo” (CANDIDO, 1992, p.16).

No gênero crônica a narrativa está sempre em primeira pessoa, mesmo em um estilo impessoal. Narrada em primeira pessoa como uma forma eficaz de se criar intimidade e cumplicidade com o leitor, tem por finalidade dissertar, refletir, comentar ou palestrar sobre um ou mais assuntos que dizem respeito à experiência pessoal do narrador. Como diz Gabriela Betella (2007), o legado das narrativas é de rara riqueza,

[...] pela amplitude da representação de vidas localizadas em lugares sociais específicos, tão privilegiados quanto o posto de narrador ocupado pelos sujeitos literários. Não podemos esquecer o fascínio exercido por uma literatura tão *íntima*, expositiva de um de vista, pactuada com o leitor. Toda narrativa em primeira pessoa cria uma espécie de simpatia, oferece um tipo de voto de confiança (BETELLA, 2007, p. 19, grifo do autor).

O conto e a crônica apontam para algumas diferenças e apresentam características nem sempre de fácil distinção. Os dois gêneros possuem fronteiras tênues de difícil delimitação com muitas semelhanças, sendo praticados por diversos escritores concomitantemente. O conto é uma narrativa curta e concisa, poucos personagens, tempo e espaço restritos, conflito e enredo únicos. A crônica, por outro lado, é discursiva e retrata o cotidiano. A crônica não possui as regras de formato dos contos, a diferença entre estes gêneros está na ligação que a crônica estabelece com o tempo. Quando transbordam o cotidiano se transformam em um conto, portanto, menos efêmero que a crônica normalmente publicada nos jornais. A crônica exibe a liberdade do cronista, embora sem a densidade do conto. Os acontecimentos narrados são breves e exigem do cronista capacidade e ritmo para acompanhá-los. Jorge de Sá (1999) afirma que,

[...] com seu toque de lirismo reflexivo, o cronista capta esse instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples “situação” no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias. Somente nesse sentido é que nos interessa o lado circunstancial da vida. E da literatura também (SÁ, 1999, p.11).

A ambiguidade é a lei da crônica, que pode ser um conto, um pequeno ensaio, um poema em prosa ou as três formas simultaneamente. Observa-se, portanto, que os gêneros literários não se excluem, pelo contrário, se incluem, se misturam. Segundo Eduardo Portela, “[...] o que interessa é que a crônica acusada injustamente como um desdobramento marginal ou periférico do fazer literário, é o próprio fazer literário” (PORTELA, 1979 apud REDMOND, 2010, p. 135). O cronista que se detém em sua crônica apenas ao cotidiano, sem a capacidade de construir algo além, tem apenas a vida efêmera do jornal. Os demais transcendem, permanecem e passam do jornal ao livro. Antonio Candido afirma que,

[...] a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior que ela própria pensava (CANDIDO, 1992, p.14-15).

As crônicas aproximam as regras e normas da língua escrita da oralidade, portanto para um escritor de crônicas o real não é copiado, mas recriado. O coloquialismo consiste, portanto, no diálogo entre escritor e leitor. Como aponta Jorge de Sá (1999) o dialogismo, “[...] equilibra o coloquial e o literário, permitindo que o lado espontâneo e sensível permaneça como elemento provocador de outras visões do

tema e subtemas que estão sendo tratados numa determinada crônica [...]” (SÁ, 1999, p.11).

Apresentam, segundo Massaud Moisés (1978), atributos próprios, oscilando entre “[...] a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recriação do cotidiano por meio da fantasia [...]” (MOISÉS, 1978, p. 247). O primeiro atributo, que determina os demais, seria a brevidade por tratar em geral de um texto curto. O segundo seria a subjetividade, que se destaca em importância dos demais. O foco narrativo das crônicas se desenvolve na primeira pessoa, os acontecimentos são descritos de forma direta, segundo uma visão pessoal. Os cronistas, portanto, rejeitam a impessoalidade, o que lhes importa e aos leitores é a sua visão das coisas e dos acontecimentos cotidianos. A verdade dos fatos é substituída pela verdade emotiva e pela visão e olhar do cronista.

Em função de seus atributos literários a crônica descola-se da reportagem pura, simples, informativa. A sobreposição de uma característica sobre a outra conduzirá o texto ou para o lado do jornalismo ou da literatura. Portanto, ambiguidade, subjetividade, diálogo, brevidade, estilo oral ou literário, transcendência, fatos do cotidiano e efemeridade são atributos presentes e fundamentais ao texto do gênero literário crônica. Massaud Moisés (1978) reforça ainda que do carácter ambíguo da crônica,

[...] podemos tirar a seguinte inferência: o meio termo entre acontecimento e lirismo parece o lugar ideal da crônica. [...] As características da crônica, [...] se casam perfeitamente com o lirismo: não dispensando o acontecimento, plano do "não-eu", nem o lirismo, plano do "eu", a crônica pode ser conceituada como a poetização do cotidiano (MOISÉS, 1978, p. 255).

O estilo do cronista é o que o diferencia do jornalista e do repórter. E se a crônica for tratada com um filosofismo faz o acontecimento transcender ao imediatismo, ao consumo rápido, pautado na oralidade e no cotidiano. Claércio Ivan Schneider (2008) bem diz, que a crônica,

[...] enquanto registro dos acontecimentos cotidianos de uma dada temporalidade, só pode ser entendida ou decifrada em seu contexto de produção. No entanto, a subjetividade do escritor, seu filosofismo, seu estilo literário e sua posição questionadora, podem, a exemplo de Machado de Assis, apontar para aquilo que alguns críticos identificam de atual em suas crônicas. Ponderar sobre o presente, mesmo que singular, fazendo uso dos elementos literários e filosóficos, garante à crônica um caráter universal, principalmente se centrada em desnudar a condição do homem em sociedade (SCHNEIDER, 2008. p.177).

Por ser texto transicional auxilia os escritores como um campo de provas, de experimentação dos limites de narrar. Podemos, aqui, destacar as obras machadianas

que guardam uma forte relação com as crônicas escritas pelo autor. Sônia Brayner (1992) afirma que, dentro desse mosaico da historicidade,

[...] o leitor e o autor são capazes de reescrever, graças aos ardis do texto e de seus novos ritmos, aquela oralidade aparentemente condenada às conversas de confeitaria, esquinas, saraus, teatros. E os assuntos “nobres” — política, administração do Império, fatos internacionais — democratizam-se, agora redistribuídos pela voz do cronista desatento às hierarquias sociais. Ou melhor, reagrupando-as para uma nova leitura, relacional, contrastante e fora da norma prescrita (BRAYNER, 1992, p. 414).

O cronista pode ser apresentado como um “artista” neste espaço. Seu talento não está propriamente submetido à capacidade de informar, mas de construir um universo de significados na interpretação dos fatos cotidianos. Como observou Claércio Ivan Schneider (2008), na crônica a palavra é “[...] talhada esteticamente, construindo, [...] uma conotação emotiva da linguagem, uma vez que provoca a sensibilidade e a crítica do leitor [...]” (SCHNEIDER, 2008, p.177).

Uma dificuldade na análise e compreensão dos textos reside na necessidade de identificarmos suas referências no cotidiano, que são incompreensíveis para o leitor atual e dos personagens nelas envolvidos, que são muitas vezes omitidos pelos livros de história. Quando lemos e estudamos as crônicas machadianas, por exemplo, muitas questões sobre espetáculos em cartaz, opiniões sobre fatos sociais, discurso de Senador da República, questões financeiras, assembleia de empresa, debêntures, **Encilhamento**, decretos ministeriais, aprovação de novas leis, inovações no cenário urbano, dentre outras, são relacionadas e entendidas facilmente pelo leitor da época, mas de difícil compreensão para o leitor de hoje, sem as referências imediatas dos acontecimentos. Esta dificuldade provoca uma reação ambígua que segundo Lúcia Granja (1997) se,

[...] por um lado, é difícil ler essas crônicas, já que não podemos entender todas as suas referências, ou temos que procurá-las nos livros de História, enciclopédias e nos próprios jornais da época, por outro, percebemos o interesse delas, ainda que, em um primeiro momento, possamos lê-las com um olho apenas (GRANJA, 1997, p. 18).

Um caminho para transpor as dificuldades é a pesquisa minuciosa do noticiário, material básico para o cronista, bem como o conhecimento dos fatos históricos da época, já que a crônica apresenta as opiniões e posições do escritor sobre o mundo que interage. Neste sentido, as crônicas machadianas mostram o interesse do escritor pelas questões do seu tempo sempre com um olhar oblíquo, muitas vezes enganoso, que especulou sobre a realidade econômico-financeira e social, os costumes e as instituições de seu tempo. Uma boa leitura e entendimento dos textos dependem de

um saber histórico, pois grande parte dos fatos desapareceram do cenário cotidiano. Uma análise precisa deste gênero literário, depende, portanto, de um trabalho de filologia e história para a reconstrução do tecido social com que o cronista trabalhou seu texto literário.

A crônica pode ser entendida, também, como aproximação literária de um comportamento humano, de comentar e muitas vezes especular sobre a vida e o cotidiano. Um gênero consagrado com coletâneas em livros, com forma e estética próprias e escritores que se dedicam unicamente ao gênero. A originalidade da crônica no Brasil e a geração de escritores que a cultivaram, subverteu o tempo e os preconceitos, consolidando-a como um gênero literário. Como observa Antonio Candido (1992),

[...] o seu grande prestígio atual é um bom sintoma do processo de busca de oralidade na escrita, isto é, de quebra do artifício e aproximação com o que há de mais natural no modo de ser do nosso tempo. E isto é humanização da melhor (CANDIDO, 1992. p.16).

A princípio podemos admitir que as crônicas, se por um lado não foram textos escritos para a posteridade, como romances e contos, por outro lado não podem ser compreendidas como textos de puro jornalismo ou reportagem, mas sim como um híbrido de jornalismo e literatura. No Brasil a crônica apresentou uma história específica, definindo um gênero literário próximo às modalidades épicas e líricas, com um desenvolvimento peculiar muito em função da dimensão estética que alcançou e da relativa autonomia que conquistou numa sinergia com os jornais. Gabriela Betella (2006) afirma que se,

[...] num primeiro momento esse gênero esteve destinado à pura contingência do veículo, o jornal, sua evolução trouxe para texto a complexidade da penetração psicológica e social, a ponto de resultar uma forma literária que penetra na substância íntima do seu tempo e se esquivava da corrosão dos anos – de algum modo, permanece na crônica um teor de verdade íntima, humana e histórica sobre os fatos narrado referentes a um tempo que se distancia do leitor atual (BETELLA, 2006, p. 53).

Estes atributos e características inerentes às crônicas estão presentes na escrita de Machado de Assis. Em sua caminhada literária se dedicou a escrevê-las e publicá-las em diversos jornais da época de forma perene, com pequenos períodos de ausência. Com uma percepção clara da importância e do alcance do gênero, se destacava mais pelo caráter reflexivo e menos pelo opinativo. Não somente apresentava os acontecimentos, mas também os analisava, provocando reflexões e discussões com os leitores, tornando-se referência para vários cronistas.

3.2. O TEXTO: FORMA E ATRIBUTOS ESTÉTICOS DA ESCRITA LITERÁRIA DE MACHADO DE ASSIS

“Vocês não calculam como os adjetivos corrompem tudo, ou quase tudo; e quando não corrompem, aborrecem a gente, [...] Os adjetivos passam, e os substantivos ficam.”

Machado de Assis, Balas de Estalo, 16 de maio de 1885.

As crônicas machadianas combinam dois atributos, um olhar aguçado para a realidade e o talento literário do escritor, fundamentais como técnica e observação de um mundo, que se transformava rapidamente com a chegada das modernidades. Os textos o apresentam como um escritor agudo, com uma vivacidade acurada capaz de tirar desta matéria misturada do cotidiano, valores que nos obrigam a uma reflexão contínua. Com o bem coloca Daniel Piza (2006), suas crônicas

[...] misturam aforismos com noticiário, evocam histórias bíblicas (sempre para torcê-las, como quando observa o mau comportamento dos discípulos de Cristo quando este foi condenado pelas autoridades) e episódios históricos, com ironia de herdeiro de Voltaire e Swift; e põem a ênfase na força do acaso, comparando a sorte ao ponto do teatro, o sujeito oculto que ficava ditando as deixas para os atores: "A sorte é tudo. Os acontecimentos tecem-se como as peças de teatro, e representam-se da mesma maneira. A única diferença é que não há ensaios; nem o autor nem os atores precisam deles. Levantado o pano, começa a representação, e todos sabem os papéis sem os terem lido. A sorte é o ponto" (PIZA, 2006, p. 279).

A crônica não deve ser grave nem ser solene, neste sentido o escritor deixou uma importante contribuição, na qual se deve trabalhar mais com a sensibilidade do que com a razão. O contato permanente com a realidade se mostrou importante no processo de criação do escritor, permitindo-lhe um olhar oblíquo dos acontecimentos, concomitante com a construção da figuração literária. Utilizou todos os recursos literários disponíveis, escrevendo muitos dos textos na forma de diálogos ou de poemas.

O uso de metáforas era comum aos textos machadianos para retratar uma realidade repleta de contradições e interpretações. A partir de um fato do cotidiano, o escritor construía metáforas ficcionais, muitas vezes sensoriais, e as utilizava em seus textos, como observado na crônica sobre o folhetinista do dia 30 de outubro de 1859, publicada no jornal O Espelho. Escreve:

[...] O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos **como água e fogo**, casam-se perfeitamente na

organização do novo animal.

[...] Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio.

[...] O folhetinista, na sociedade, ocupa **o lugar de colibri** na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política (ASSIS, 2015, v. III, p. 1006-1007, grifo nosso).

As crônicas, importantes pela liberdade que proporcionam aos cronistas, permitem entender como Machado de Assis se relacionou com seu mundo e a forma estética que utilizou para tal. A ficção não é dissociada do jornalismo de Machado de Assis e dialogam intensamente. Aspectos da atitude do narrador machadiano e procedimentos de construção do texto, associado a uma visão de realidade, estão articuladas nos textos e são, para muitos críticos, uma ponte para compreender os demais gêneros literários desenvolvidos pelo autor. Sônia Brayner (1992), por outro lado, discorda e diz,

[...] que a crônica não é **um texto-ponte** para os outros, os “maiores”. É a **solda** capaz de unir uma produção literária de mais de quarenta anos. Qualquer estudo sobre sua obra passará, necessariamente, por esse exercício cotidiano de tornar o heterogêneo da historicidade cúmplice pela mediação da arte (BRAYNER, 1992, p. 416, grifo nosso).

O carácter transicional dos assuntos intrínsecos às crônicas, alcançaram extremos nos textos de Machado de Assis. O escritor aplicou em seus escritos literários a “arte das transições”, unindo temas sem nenhuma relação aparente, mas que justapostos apresentaram resultados surpreendentes e produziram um significado inesperado e muitas vezes escondido. O escritor utilizou frequentemente deste recurso, associado principalmente à ironia, buscando experimentações para os limites do narrar. Como afirma Gustavo Franco (2008), o “[...] cronista ameniza esse trajeto entre temas, de tal sorte que os leitores mal percebem o salto de um assunto para outro, alheio ao tema principal, depois o retorno, numa espiral de circularidade e de imagens unidas por uma tessitura de livres associações [...]” (FRANCO, 2008, p.14). Luiz Costa Lima (1981), diz ainda, que a obra machadiana,

[...] de muito se beneficiou desse texto transicional (Jackobson) que é a crônica, pois valeu-se dela como campo de provas para toda a espécie de experimentação dos limites do narrar. Dentro desse mosaico de historicidade, o leitor e o autor são capazes de reescrever, graças aos ardis do texto e de seus novos ritmos, aquela oralidade aparentemente condenada às conversas de confeitaria, esquinas, saraus, teatros. E os assuntos “nobres” - política, administração do Império, fatos internacionais democratizam-se, agora redistribuídos pela voz do cronista desatento às hierarquias sociais (LIMA, 1981, p. 423 apud PONCIONI, 2008, p. 41).

O escritor recolhe em suas crônicas os fatos e notícias dispersas e dá-lhes um enquadramento de significação, utilizando da contradição ou do paralelismo para sua organização, procurando “[...] sobrepor o enunciado literário ao dado empírico, desqualificando a transparência da simples notícia [...]” (BRAYNER, 1992, p. 413). Sônia Brayner (1992) diz que, a relativização textual nas crônicas machadianas é um princípio heurístico e acrescenta que,

[...] a aparente desordem do folhetinista transforma-se em estratégia narrativa, centrada em um narrador autorreferente, narcisista, que intervém com frequência para se comentar enquanto agente do ato de escrever, acenando para a modulação de seu momento literário. Ao tornar relativa toda exterioridade, comportamentos e, gradativamente, a própria esfera do humano, coloca na berlinda o preestabelecido, a permanência inquestionável dos conceitos e valores (BRAYNER, 1992, p. 413).

O ceticismo muito característico de sua obra romanesca, em especial no período da maturidade, encontra-se muito presente na série **A Semana** da Gazeta de Notícias, refletindo o conhecimento íntimo adquirido pelo escritor sobre o comportamento humano e a sociedade em que vivia. Em crônica de 05 de fevereiro de 1893, o cronista com ironia e um certo ceticismo, fazendo uso do dialogismo na discussão sobre o “quilo mal pesado”, provoca os eleitores a refletir sobre o controle de preços realizado pelo Governo Municipal. Escreve:

[...] Contaram algumas folhas esta semana, que um homem, não querendo pagar por um quilo de carne preço superior ao taxado pela prefeitura, ouvira do açougueiro que poderia pagar o dito preço, mas que o **quilo seria mal pesado**

[...] – Isto prova, interrompe-me aqui o açougueiro, que o senhor entende pouco do que escreve. Se realmente tivesse ideias claras, saberia que não há só quilos mal pesados. Mas quem os recebe da segunda classe, não corre às folhas públicas.

[...] Creia-me, isto de filosofia não se faz só com a pena no papel, mas também com o facão na alcatra. Saiba que o mundo é uma balança, em que se pesam alternadamente aqueles dous quilos, entre brados de alegria e de indignação.

[...] Para mim, tenho que o quilo **mal pesado foi inventado por Deus, e o bem pesado pelo Diabo**; mas os meus fregueses pensam o contrário, e daí um povo de cismáticos, uma raça perversa e corrupta...

[...] - Bem: faça o resto da crônica (ASSIS, 2015, v. IV, p. 893-894).

Trabalhava com a construção de diálogos estruturados, trazendo para a crônica múltiplas vozes, que resultavam numa visão polifônica de opiniões e sentimentos. O que demonstra não ser apenas uma questão de estilo, mas também uma maneira eficaz de captar e refletir sobre a pluralidade da sociedade. Como afirma Dílson F. Cruz Junior (2002),

[...] a duplicidade de vozes conduz a que, ao lado do comentário das ocorrências da semana, surja uma análise do ato de narrar. Os fatos comentados deixam de ser notícias e tornam-se personagens do drama do

cronista e, como tais, perdem sua independência ou aparente neutralidade e passam a ser, explicitamente, objeto de manipulação do narrador (CRUZ JR, 2002, apud SCHNEIDER, 2014, P11).

Assim como as metáforas, a polifonia de vozes utilizadas nas crônicas, possibilitava ao escritor construir um cenário de opiniões e sentimentos diversos e por vezes contraditórios. Em crônica de 16 de maio de 1885, publicada na Gazeta de Notícias, o narrador escreve sobre os impostos inconstitucionais de Pernambuco, dizendo que como impostos eram excelentes, mas o que os corrompiam seria o epíteto de inconstitucionais. Machado de Assis narra com ironia o diálogo com os “impostos inconstitucionais”, como método de percepção das contradições. Escreve:

[...] Ontem, ao voltar uma esquina, dei com os impostos inconstitucionais de Pernambuco. Conheceram-me logo; eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci imediatamente. [...] Conheci-os pela voz, vox clamantis in deserto. Disseram-me que tinham chegado no último paquete. O mais velho acrescentou até que, já agora, hão de repetir com regularidade estas viagens à Corte. [...] -- A gente, por mais inconstitucional que seja, concluiu ele, não há de morrer de aborrecimento na cela das probabilidades. Uma chegadinha à Corte, de quando em quando, não faz mal a ninguém, exceto...
 --- Exceto...?
 --- Isso agora é querer perscrutar os nossos pensamentos íntimos. Exceto o diabo que o carregue, está satisfeito? Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for. Falei de um modo geral e abstrato. Você costuma dizer tudo o que pensa?
 --- Tudo, tudo, não; nem eu, nem o meu vizinho boticário, e mais é um falador das dúzias.
 --- Pois então!
 --- Em todo caso, demoram-se?
 --- Temos essa intenção. O pior é o calor, mas felizmente começa a chover, e se a chuva pega, junho aí vem com o inverno, e ficamos perfeitamente. Está admirado?
 [...] ---Tudo. Vocês como simples impostos são excelentes, gorduchos e corados, cheios de vida e futuro.
 [...] O que os corrompe e faz definhar é o epíteto de inconstitucionais.
 [...] Eu, abolindo por um decreto todos os adjetivos do Estado, resolvia de golpe essa velha questão, e cumpria esta máxima, que é tudo o que tenho colhido da história e da política, e que aí dou por dois vinténs a todos os que governam este mundo:
 [...] **Os adjetivos passam, e os substantivos ficam** (ASSIS, 2015, v. IV, p. 562-563, grifo nosso).

As crônicas vivem dos fatos eleitos e dos leitores e Machado de Assis, profundo conhecedor das regras, as utilizou em seus ensaios, ora no plano das ideias, ora no plano estético. Utilizou todos os recursos literários, escrevendo, também, sobre a forma de diálogos e poemas. O narrador exerceu a crítica, emitiu opiniões e provocou reflexões, sempre dentro de princípios estilísticos, assumindo um papel de escritor-jornalista, predominante ao longo do século XIX. Foi um escritor, que a partir do exercício da crônica, estabelece uma nova relação entre os textos jornalísticos e a

literatura, obtendo, portanto, autonomia estética. Como coloca Claércio Ivan Schneider (2008),

[...] é no diálogo que estabelece com o leitor e na relação crítica que mantém com a imprensa de sua época que se pode mapear a originalidade machadiana. Assim, pensa-se o cronista não como alguém que produz crônicas como “pura” atividade estética, mas que faz desse gênero uma forma de comunicação política com o leitor (SCHNEIDER, 2008, p. 181).

A leitura das crônicas, principalmente quando tratam do cotidiano, devem ser realizadas como uma segunda leitura, o que pressupõe uma leitura anterior. Portanto, a crônica machadiana, pressupõe um leitor bem informado, que saboreie os comentários do narrador, mas que possua conhecimento prévio das notícias da semana, tornando a leitura de fácil compreensão. Claércio Ivan Schneider (2008) destaca, também, que transitando entre o ficcional e o real, a crônica machadiana,

[...] se destaca pela particularidade com que o escritor elege e trata o fato real. Expressa a crítica e, para tanto, faz uso do ficcional para retratar o real de uma forma singular, permeado pela subjetividade cética, irônica, mas não menos crítica, que lhe foi característica (SCHNEIDER, 2008, p. 181).

Do historiador o autor procurou assimilar os procedimentos do conteúdo da informação sem abandonar a ficção. E em função dos atributos do texto e de seus ritmos, a oralidade nas conversas de confeitarias e os assuntos nobres, como política, economia e finanças, foram democratizados. Machado de Assis os relacionava sem a preocupação com as hierarquias sociais. Podemos considerar, portanto, que as crônicas machadianas podem ser referências historiográficas importantes, um espaço no qual o escritor, segundo Gustavo Franco (2008),

[...] pode despejar, experimentar e aperfeiçoar o seu portentoso arsenal estilístico e refrescar o seu acervo de acontecimentos, referências e imagens – que nada ficavam a dever à ficção. Os romances contemporâneos ou posteriores aos tumultos que se seguem à abolição, à Proclamação da República e ao Encilhamento, especialmente Esaú e Jacó (1904), Dom Casmurro (1899) e Memorial de Aires (1908), trariam marcas indeléveis do momento histórico que o escritor acompanhou como cronista (FRANCO, 2008, p.16).

Compreender a historicidade de seus textos e a maneira como foram escritos frente ao seu contexto, são pontos importantes para entendermos a leitura que Machado de Assis realizou de sua cidade e seus personagens. John Gledson (2006) diz que se há uma história para se contar, que une as crônicas machadianas,

[...] ela baseia-se na reação de Machado à cena política e social que o cercava, num período muito turbulento. Claro que as crônicas eram supostamente leves e triviais, mas recreativas que educativas. Mas com machado, talvez mais do que com qualquer outro escritor importante do gênero, esse requisito é tomado como irônico. Os seus leitores quase que esperariam que ele tratasse – obliquamente embora – os principais

acontecimentos da semana (GLEDSON, 2006, p. 209).

A atualidade é uma característica das crônicas machadianas, que pode ser compreendida em função do estilo do escritor e das figuras de linguagens que faz uso constante, com humor, ironia, melancolia, espiritualidade e ceticismo. Estas definem a maneira de narrar os acontecimentos do dia a dia. Para Claércio Ivan Schneider (2008), estas características “[...] tornam o discurso machadiano ambíguo, cuja dúvida embutida nas entrelinhas constitui outra marca deste autor [...]” (SCHNEIDER, 2008 p.181-182). Uma metafísica prática, como bem definiu Gustavo Corção (1994), que diz que a crônica machadiana,

[...] vai de uma coisa aqui para outra acolá, passa do particular para o geral, volta do abstrato ao concreto, desliza do atual para o clássico, galga do pequeno para o grandioso e volta do vultoso para o microscópio, passa do real para o imaginário, e do imaginário para o onírico, às vezes numa progressão geométrica vertiginosa, outras vezes com um cômico aparato lógico, para rir-se da lógica, ou para mostrar que existe efetivamente uma esquisita lógica entre as coisas que o vulgar julga distantes e desconexas. E é nesse processo de ilações conectadas pelo riso, que é uma forma de contemplação, ou uma espécie de metafísica prática, que consiste principalmente à técnica da composição machadiana (CORÇÃO, 1994, apud SCHNEIDER, 2008, p. 182).

Durante mais de quarenta anos Machado de Assis escreveu para vários jornais, que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, de forma alternada ou simultânea. Publicou no **Espelho** (1859-1860); no **Diário do Rio de Janeiro e Semana Ilustrada** (1861-1876); na **Ilustrada Brasileira** (1876-1878); no **O Futuro** (1862-1863); **Cruzeiro** (1878); na **Gazeta de Notícias** (1883-1897), neste último sua maior participação como cronista. Foram inúmeras séries com títulos e assinaturas variadas. Os pseudônimos foram utilizados com muita frequência sendo uma marca, um artifício dos cronistas da época junto aos seus leitores. Machado de Assis também fez uso de pseudônimos, o que dificultou por vezes a identificação de seus textos. Em uma sua última série de crônicas, **A Semana**, na **Gazeta de Notícias**, os leitores já o identificavam mesmo sem assinatura. Fernando Sabino (1991) resumiu a caminhada do “Bruxo do Cosme Velho” pelo universo das crônicas, dizendo que,

[...] da juventude à velhice, o autor de Dom Casmurro publicou centenas de crônicas em diversos jornais e revistas. Para reuni-las em volumes, os editores das obras completas do escritor tiveram de ter uma paciência chinesa; Machado assinou várias delas com os mais diferentes pseudônimos - Dr. Semana, Eleazar, Gil, Job, Lélio, Manassés etc. Assim, os organizadores foram obrigados a separar o joio do trigo pelas características de estilo, identificar um a um os textos escritos pela pena da galhofa e a tinta da melancolia (SABINO, 1991, apud PONCIONI, 2008, p.42).

Ao longo do tempo as crônicas machadianas demonstraram o amadurecimento

do escritor e as mudanças na escrita dos seus textos. Nas décadas de 1850, 1860 e início de 1870 não se afastou da postura moralista de seus antecessores e do estilo cultivado pelos contemporâneos. Os textos eram estruturados em instantâneos dos acontecimentos do dia a dia e algumas vezes na defesa dissertativa de uma ideia. Uma época em que a ficção romanesca do Império bem como a crônica urbana, buscavam a caracterização do homem cidadão, focando nas características do brasileiro, uma crônica de costumes. Já a partir do final dos anos da década de 1870, imprime um caráter de exceção à sua obra, incluindo as crônicas, interessando-se não só pelo homem brasileiro, mas também pelo homem universal. Ivete Helau Silva (2002) afirma, que a crônica machadiana se desenvolve,

[...] torna-se despida de conotação restritiva, [...] universaliza-se e a sociedade de sua época é retratada em pano de fundo, servindo de pretexto para as sondagens sobre a alma humana. Refuta a crônica de costumes porque, ao penetrar na natureza humana, passa a enxergar mais longe e mais profundamente. [...] começa a desencantar-se e a tornar-se pessimista. Surge o humor, ora sarcástico, ora crítico, ora profundamente irônico [...] (SILVA, 2002, p. 146-147).

Machado de Assis revolucionou a relação jornalista-cronista, principalmente a partir do final dos anos de 1870, com as paródias publicadas no jornal **Ilustração Brasileira**, intensificadas na **Gazeta de Notícias** e pelo lançamento do romance **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (1881), que representou uma ruptura no seu estilo literário. Retratava em seus textos o conjunto de eventos econômico-financeiros e sociais, que permeavam uma sociedade invisível, muitas vezes discriminada e esquecida pela retórica romanesca dos jornalistas-literatos da época.

Promoveu pequenas, mas significativas rupturas no aspecto linguístico do jornal. Questionou a relação entre o jornal e o público, apostando no caráter reflexivo e reestabelecendo uma nova ordem de organização textual. Elaborou textos que evidenciavam as ambiguidades dos valores sociais, proporcionando ao leitor uma visão ampla e crítica da sociedade, através do relato das coisas miúdas do cotidiano. Seus escritos se destacavam menos pelo caráter opinativo e mais pelo reflexivo, transformando a crônica em instrumento de reflexão crítica dos fatos sociais, discutidos vastamente com forte carga retórica nos jornais da época. Wellington Pereira (1994) afirma que Machado de Assis,

[...] promove uma reescrita desses fatos, na construção de várias linguagens e formas narrativas que irão fazer com que a crônica sobreviva às pressões da temporalidade e não se torne espaço transitório para uma forma narrativa mais acabada, como o folhetim em relação ao romance (PEREIRA, 1994, p. 97).

O jornalismo exercido por Machado de Assis nas crônicas, possui uma carga semântica muito próxima de sua obra literária, o que o diferenciou dos folhetinistas da época e reforçou a ideia de que a crônica não se inscreve no mesmo espaço linguístico do folhetim. O escritor rompe, portanto, com a futilidade do folhetim por não estabelecer um modelo narrativo, buscando novas perspectivas para o olhar sobre a sociedade e os homens. Sua preocupação vai além de apresentar ou descrever a informação, buscava transformá-la em algo passível de reflexão crítica por parte dos leitores sobre o assunto proposto, ampliando o universo da informação jornalística. Sua produção jornalística, portanto, define a fronteira entre o jornalista e o cronista. Wellington Pereira (1994) aponta que a visão do jornalista Machado de Assis será,

[...] redimensionada pela produção do cronista e pelo exercício jornalístico. Ele se distancia das características do jornalismo do século XIX. Distanciamento que pode ser percebido em dois níveis: a) Machado pratica uma certa arqueologia cultural, aproximando elementos da cultura “superior”, especificamente, os modelos da tragédia, enquanto gênero literário, dos fatos cotidianos, através de uma releitura das notícias, e dos fatos diversos; b) a informação assume novos valores nos escritos machadianos na imprensa diária (PEREIRA, 1994, p. 61).

Os textos machadianos trataram de forma leve assuntos graves e de forma grave assuntos leves, um espaço para questionamentos sobre a relatividade dos fatos. Apresentou características do humorismo, que teve sua origem no conto filosófico admirado e lido pelo cronista, estabeleceu um diálogo consistente com o leitor. Foi um mestre da crônica literária, que a partir do ponto de vista ao rés-do-chão, “[...] consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um [...]” (CANDIDO, 1992, p. 14).

O projeto literário de Machado de Assis, com uma vasta fortuna crítica, deu margem a uma variedade de leituras, em função de sua ambiguidade e do olhar oblíquo e dissimulado. Lucia Granja (1997) reforça que,

[...] a citação dos textos literários, os recursos narrativos de que se utiliza para recontar a semana e, dentro disso, os outros recursos que cabem à construção de ironias, humor, ao enquadramento do tempo presente em uma comédia divertida cujo espectador é o leitor, guiado pelas mãos hábeis do narrador da crônica, tudo isso transporta para bem perto do leitor a experiência literária em versão íntima e cotidiana (GRANJA, 1997, p.17).

O avanço da elaboração textual machadiana foi “[...] transformar o método de ver e ler a realidade histórica em forma, incorporando-o à escrita e à estrutura da crônica, sem renunciar à leveza e à diversão do gênero [...]” (BETELLA, 2007, p. 194). Portanto, a crônica machadiana foi “[...] tecida entre o útil e o fútil, mas se constitui de arte, porque conjuga procedimentos estéticos diferenciados da linguagem jornalística

do século XIX” (PEREIRA, 1994, p. 96-97).

Cabe observar que o cronista possuiu uma relação com seu objeto de narração e apesar de “[...] rentista liberado para as letras, também funcionário público, titular de sinecura; ele não queria mais que a riqueza necessária para dar-lhe o tempo e o conforto para dedicar-se às letras [...]” (FRANCO, 2008, p. 25). Não se furtou de provocar reflexões críticas em seus leitores sobre os temas que abordou, em destaque, como bem coloca Gustavo Franco (2008),

[...] os pertinentes ao Encilhamento, seus indefectíveis consórcios e sindicatos, as químicas e falcatruas financeiras, trazem horror ao vagaroso acionista do império. [...] as inovações **shumpeterianas** no terreno da moeda, os bancos de emissão a alimentar os projetos grandiosos da República, pareciam destruir a monotonia imperial em nome de ideias fascinantes, ainda que genéricas, de progresso, que não se sabia aonde iam nos levar. [...] Os horizontes de modernização do país ampliam-se por todo o lado, e o cronista parece alternar-se entre angústia, revolta e fascinação (FRANCO, 2008, p. 26, grifo do autor).

O cronista Machado de Assis retirava de fatos contraditórios e paralelos, às vezes absolutamente desinteressantes, valores morais sobre os homens e sua natureza. Analisava os acontecimentos do cotidiano e buscava a crítica reflexiva, raramente opinativa. Colocava nos textos os problemas da modernidade e as contradições econômico-financeiras, sociais e culturais da *belle époque*, dialogando com os leitores, provocando discussão e reflexão dos assuntos tratados.

4. A ECONOMIA SOB O OLHAR E A PENA DE MACHADO DE ASSIS: UMA ANATOMIA DO ENCILHAMENTO

“[...] A capital oferecia ainda aos recém-chegados um espetáculo magnífico. [...] Certo, não esqueceste o nome, encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie. Quem não viu aquilo não viu nada.”

Machado de Assis, Esaú e Jacó, 1904.

Machado de Assis, cronista, apresenta um desenvolvimento literário semelhante ao do romancista. Suas crônicas iniciais, as das décadas de 50, 60 e início dos anos 70 do século XIX, são um pequeno desenho do que observaríamos nas duas décadas posteriores. Neste período o olhar do cronista se resumia a comentar e opinar sobre os fatos. Podemos dizer que seriam as crônicas da primeira fase do escritor. Como observa Ivete Helau Silva (2002), a crônica machadiana do período estava estruturada em instantâneos de acontecimentos e,

“[...] vez por outra, inserindo-se no âmbito dissertativo de uma ideia, não se afasta da postura moralista de seus antecessores e do estilo que vinha sendo cultivado pelos contemporâneos. [...] A crônica urbana do Império encontra-se limitada pela preocupação de caracterizar o homem citadino, assim como a ficção romanesca procura assimilar as características do brasileiro (SILVA, 2002, p. 146).

A partir do final da década de 1870, o escritor agrega à sua obra romanesca e às crônicas um carácter único e diferenciado, o que passa a interessar-lhe é o homem e neste ponto a crônica machadiana universaliza-se “[...] e a sociedade de sua época é retratada em pano de fundo, servindo de pretexto para as sondagens sobre a alma humana [...]” (SILVA, 2002, p. 146). Neste avanço literário observa-se que o enfoque das crônicas é utilizado na ficção, portanto, os textos servem de objeto experimental e o escritor elimina em certo sentido as fronteiras entre os gêneros literários. Como afirma Valentim Faccioli (1982),

“[...] a crônica, com Machado de Assis, ultrapassou amplamente sua característica inicial de simples amenidade, de comentário descompromissado dos pequenos sucessos do cotidiano. [...] a escrita de Machado possui uma grande unidade em seu conjunto, uma direção que tende a superar as fronteiras dos gêneros literários. A prática textual do cronista é a mesma do romancista, do contista, do poeta, do crítico. Sua escritura forma um todo organizado de tal maneira que qualquer parte será pouco compreensível isoladamente (FACIOLI, 1982, p. 86-87).

A série **A Semana** da Gazeta de Notícias, jornal conhecido por sua oposição sensata e moderada ao regime republicano, foi a mais importante, instigante, fascinante, extensa e representou o ápice de Machado de Assis em sua trajetória como cronista. Totalizaram 248 crônicas semanais, publicadas aos domingos com seu título em maiúsculas e no início encabeçava a primeira página do jornal. Não apresentavam pseudônimo ou assinatura, mas ao contrário das séries anteriores não se deve supor anônimas. Como os textos carregavam os atributos e características literárias do escritor tornou-se desnecessária a assinatura, já que não pairavam dúvidas de que Machado de Assis era de fato o autor dos textos, o que aparentemente não o incomodava. John Gledson (1996), apresenta algumas referências que corroboram a autoria das referidas crônicas, cita:

[...] crônica sobre Garnier, do dia 8 de outubro de 1893, onde relembra as suas conversas com José de Alencar na famosa livraria da Rua do Ouvidor, não há dúvida de quem está escrevendo. Artur Azevedo, em O álbum, (11 em janeiro de 1893, diz que "Atualmente escreve Machado de Assis, todos os domingos, na Gazeta de Notícias, uns artigos intitulados A semana, que noutro país mais literário que o nosso teriam produzido grande sensação artística" (o que já mostra uma consciência de que se tratava de obras com pretensões literárias um pouco acima da norma deste gênero)", E no dia 10 de abril de 1893, uma correspondente do jornal A Cidade do Rio, comentando as opiniões exprimidas pelo cronista no dia anterior, sobre o serviço doméstico, diz que "A crônica de Machado de Assis fez-me escrever esta carta ... [...]" (GLEDSON, 1996, p. 13).

Os textos machadianos demonstravam o amadurecimento da escrita do autor. Apesar dos fatos da semana estarem retratados, percebe-se que não eram o objetivo final do cronista, mas segundo Dilson F. Cruz Jr. (2002), um "pré-texto" para que pudesse discutir o ato de narrar, como nos romances e contos. Machado de Assis não objetivava nestas crônicas apenas os comentários, mas alimentava-se destes para ganharem vida própria e vencer o tempo, tornando os textos atemporais. Na série **A Semana** o cronista, diferentemente das anteriores, não colocava de forma transparente sua opinião, o que conferia ao texto uma ambiguidade, tornando-se difícil identificar sua opinião sobre os assuntos narrados. Desta forma não se tinha certeza se o cronista tratava o assunto com a seriedade devida, ficção e realidade misturavam-se, recebendo por parte do escritor o mesmo tratamento.

Machado raramente analisa aspectos da vida nacional, seja político, econômico-financeiro ou social de forma unívoca. Procurava apresentar situações antagônicas com certo relativismo, tornando mais importante o jogo de perspectivas do que o objeto focado, portanto, colocando os acontecimentos da semana num plano

secundário. Como observa Dilson F. Cruz Jr (2002), a força das crônicas machadianas surge,

[...] de sua capacidade de registrar e transmitir elementos da realidade, mas, principalmente, de sua arguta percepção da dinâmica que os produz. São textos importantes não porque descrevem costumes ou acontecimentos políticos e econômicos, mas pelo fato de que, por meio destas ocorrências estudadas como sintomas, o autor capta a dinâmica do funcionamento da sociedade brasileira (CRUZ JR, 2002, p. 29).

A escolha da série **A Semana** se explica pelo fato de apresentar os melhores textos literários de Machado de Assis para o gênero. Por duas razões principais estabeleceu-se um corte temporal na análise das crônicas, compreendendo o período de abril de 1892 a dezembro de 1897. Primeiro por Machado de Assis ter escrito sobre finanças de forma perene nesta época e segundo terem sido objeto de edições críticas publicadas por autores como John Gledson e Gustavo H. B. Franco, o que facilitou a pesquisa do contexto, fundamental ao desenvolvimento da dissertação. Segundo Ivete Helau Silva (2002), trata-se de uma barreira de ordem instrumental para o estudo das crônicas, pois, às vezes,

[...] faltam ao analista os meios, dado que, por sua feição folhetinesca, ao estilo dos fatos diversos, as crônicas remetem a acontecimentos do Rio de Janeiro (e não raramente fora dele), da segunda metade do século XIX. Apontam também para personagens neles envolvidas, omitidas nos manuais de história, dificultando, por força da distância temporal, e, em algumas oportunidades, impossibilitando, sua detecção, como no caso das alcunhas (SILVA, 2002, p. 14).

As crônicas machadianas deste período trazem reflexões sobre as dificuldades econômico-financeiras e sociais ocorridas na transição do Império para a República e sua consequência, o **Encilhamento**. As inovações tecnológicas dos novos tempos e o progresso acelerado, em especial nos assuntos do mundo das finanças, num país imaturo e despreparado, afligiram Machado de Assis.

O contexto era de euforia e encantamento, com as novas tecnologias financeiras, o crescente estímulo a abertura de sociedades anônimas e a excessiva visibilidade das respectivas assembleias de acionistas. Em crônica de 19 de junho de 1892, o escritor cético com o comportamento humano frente à excessiva exposição pública proporcionada pela publicização das assembleias, escreveu:

[...] O pior é se corromperem este uso, e se começarem a fazer das sociedades pequenos parlamentos. Será um desastre. **Nós pecamos pelo ruim gosto de esgotar todas as novidades**. Uma frase, uma fórmula, qualquer coisa, não a deixamos antes de posta em molambo. Casos há em que a própria referência crítica ao abuso perde a graça que tinha, à força da repetição; e quando um homem quer passar por insípido (o interesse toma todas as formas). Alude a uma dessas chatezas públicas. Assim morreram os usos, os costumes, as instituições, as sociedades, o bom e o mal. Assim

morrerá o universo, se se não renovar frequentemente (ASSIS, 2015, v. IV, p. 837, grifo nosso).

Em crônica de 14 de agosto de 1892, o escritor expressa o domínio que o tema finanças tem nos jornais da época e seu incômodo e dificuldade em escrever somente sobre o tema, propondo ao leitor assuntos mínimos e reflexões leves e curtas face ao domínio dos assuntos financeiros. Inicia a crônica de forma direta:

[...] **Semana e finanças são hoje a mesma coisa.** E tão graves são os negócios financeiros, que escrever isto só, pingar-lhe um ponto e mandar o papel para a imprensa, seria o melhor modo de cumprir o meu dever. Mas o leitor quer os seus poetas menores. Que os poetas magnos tratem os sucessos magnos; ele não dispensa aqui os assuntos mínimos, se os houve, e, se os não houve, a reflexões leves e curtas (ASSIS, 2015, v. IV, p. 850, grifo nosso).

Prossegue abordando o seu desconhecimento dos assuntos econômico-financeiros e o constrangimento em observar pessoas aparentemente discutindo sobre finanças com entusiasmo e conhecimento de causa, a ponto de oprimi-lo, mas com ironia escolhe o vício à ignorância. Escreve:

[...] **E por que não sei eu finanças?** Por que, ao lado dos dotes nativos com que aprouve ao céu distinguir-me entre os homens, não possuo a ciência financeira? Por que ignoro eu a teoria do imposto, a lei do câmbio, e mal distingo dez mil-réis de dez tostões?

[...] Nos bondes é que me sinto vexado. Há sempre três e quatro pessoas (principalmente agora) que tratam das coisas financeiras e econômicas, e das causas das coisas, com tal ardor e autoridade, que me oprimem.

[...] É então que eu leio algum jornal, se o levo, ou **roo as unhas**, — vício dispensável; mas antes **vicioso que ignorante** (ASSIS, 2015, v. IV, p. 850, grifo nosso).

No parágrafo seguinte, com recursos literários, questiona o conhecimento financeiro, estabelecendo uma metáfora com o sentido dos dizeres de uma tabuleta “o planeta do destino”, comum em lojas da época, que quando invertido para “o destino do planeta” indaga e provoca o leitor sobre o futuro do planeta “que pisamos”. Compara a ‘ciência econômica e financeira’ como os dizeres da tabuleta, “o avesso do que dizem os “discutidores de bondes”. Machado de Assis narra coisas miúdas do dia a dia, às vezes de forma ficcional, mas as conecta a coisas maiores, com um claro objetivo de provocar os leitores à reflexão. Escreve:

[...] Quando não tenho jornal, nem unhas, atiro-me às tabuletas. Miro ostensivamente as tabuletas, como quem estuda o comércio e a indústria, a pintura e a ortografia. E não é novo este meu costume, em casos de aperto.

[...] Foi assim que um dia, há anos, não me lembra em que loja, nem em que rua, achei uma tabuleta que dizia: Ao **Planeta do Destino**. Intencionalmente obscuro, este título era uma nova edição da esfinge. Pensei nele, estudei-o, e não podia dar com o sentido, até que me lembrou virá-lo do avesso: Ao **Destino do Planeta**.

[...] Vi logo que, assim virado, tinha mais senso; porque, em suma, pode admitir-se um destino ao planeta em que pisamos... Talvez a **ciência**

econômica e financeira seja isto mesmo, **o avesso do que dizem os discutidores de bondes**. Quantas verdades escondidas em frases trocadas! Quanto fiz esta reflexão, exultei. Grande consolação é persuadir-se um homem de que os outros são asnos (ASSIS, 2015, p. 850, grifo nosso).

Um fato importante a destacar é que as crônicas machadianas, cujos temas remetem ao **Encilhamento**, de forma direta ou indireta, foram escritas e publicadas *a posteriori* ao período mais agudo da crise econômico-financeira ocorrida no biênio 1890-1891. Ao longo de todo seu caminho literário, somente em dois momentos Machado de Assis não escreveu e publicou suas crônicas. Não se tem certeza dos motivos da ausência do cronista nestes períodos, mas se especula algumas hipóteses, estudadas por pesquisadores de sua obra literária (GLEDSON, 2013).

O primeiro hiato ocorreu entre 1878 e 1883, período de muita criatividade do escritor com a publicação de **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (1881), e do livro de contos **Papéis Avulsos** (1882), momento de inflexão em sua obra ficcional, supondo-se um tempo reduzido para as outras atividades literárias. Em 1876 declina de um convite realizado pelo proprietário do jornal Gazeta de Notícias, o que corrobora a hipótese de excesso de trabalho do escritor.

No entanto em 1883, após muita insistência, Machado de Assis finalmente aceitou o convite e começou a escrever com regularidade na Gazeta de Notícias, passando a ter uma enorme importância em sua vida de escritor. Ao final da jornada foram 480 crônicas em cinco séries (**Balas de Estalo; A+B; Gazeta de Holanda; Bons Dias; A Semana**) escritas no jornal, fundado em 1875 por José Ferreira de Araújo amigo do escritor, o primeiro jornal a ser vendido avulso nas ruas e não comercializada assinaturas (GLEDSON, 2013).

O segundo hiato ocorreu entre agosto de 1889 e abril de 1892 e por razões diferentes. Especula-se: sobre as dificuldades do escritor com sua obra de ficção **Quincas Borda** publicada em 1891; os problemas oriundos de sua posição política, por ser um monarquista liberal e por críticas às **oligarquias absolutas** do país; a Revolta da Armada; a descaracterização acelerada da cidade do Rio de Janeiro com as reformas urbanas; as inovações tecnológicas e as mudanças bruscas na economia e nas finanças promovidas por Rui Barbosa, o primeiro Ministro da Fazenda da República, que resultaram no **Encilhamento**, uma euforia gigantesca nos mercados, especialmente na Bolsa de Valores, seguida da uma bancarrota geral, com práticas duvidosas e por vezes fraudulentas (GLEDSON, 2013).

Estas possíveis motivações, com maior ou menor grau de importância,

mantiveram o escritor afastado das crônicas, confirmando que os assuntos relativos às finanças na série **A Semana** foram escritos *a posteriori* ao **Encilhamento** e suas consequências. Machado de Assis após este período de ausência empreendeu sua última série por quase cinco anos, mais importante, ambiciosa e longeva do escritor (GLEDSON, 2013).

O escritor em vários de seus escritos relata os “mistérios de Encilhamento” que o incomodavam. No livro **Esau e Jacó** (1904) no capítulo sobre o **Encilhamento** o narrador diz, “[...] pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu [...]” (ASSIS, 2012, p. 163). Em crônica de 16 de dezembro de 1894, escreve com ironia sobre aquele “tempo do dilúvio”, que

[...] aturdiram por alguns dias ou semanas; mas desde que se descobriu que o **dinheiro caía do céu**, o mistério perdeu a razão de ser. Quem, naquele tempo, pôs uma cesta, uma gamela, uma barrica, uma vasilha qualquer, no luar ou às estrelas, e achou-se de manhã com cinco, dez, vinte mil contos, entendeu logo que só por falsificação é que fazemos dinheiro cá embaixo. Ouro puro e copioso é que cai do eterno azul (ASSIS, 2015, v. IV, p, 1055, grifo nosso).

As crônicas da série **A Semana** apresentam um retrato político, econômico-financeiro e social das duas últimas décadas do século XIX, de muitas mudanças, novidades e inovações tecnológicas. Machado de Assis escreveu *a posteriori*, mas de forma perene, sobre a atmosfera social que dominou o cenário de *fin de siècle*, especulou com as transformações profundas, que não escaparam ao seu olhar oblíquo, lateral, arrevesado sobre os acontecimentos do cotidiano.

4.1 MANIA ESPECULATIVA: O COMPORTAMENTO HUMANO REGISTRADO PELO COTIDIANO

“25º Não tenhais medo às assembleias de acionistas, e afagai-as de preferência às simples comissões, porque as comissões amam a vangloria e as assembleias as palavras.”

Machado de Assis, O Sermão do Diabo, A Semana, 4 de setembro de 1892.

Na teoria econômica dos agentes econômicos racionais, dos mercados eficientes, das expectativas racionais, não existem “espíritos animais”, instinto e comportamento de massa, sentimentos de ganância, euforia e medo. Neste mundo a racionalidade torna-se uma hipótese *a priori* sobre o modo como as relações deveriam funcionar, e não uma descrição de como realmente funcionam. A suposição que seres humanos são racionais em suas decisões econômico-financeiras e, portanto, as manias especulativas não ocorreriam, não correspondem à realidade.

A História econômica está repleta de manias especulativas por ferrovias, canais de navegação, companhias de colonização, sociedades de capital aberto, imóveis, ações e títulos. Dizem muito sobre a perda de conexão com a realidade, a histeria em massa, a propensão humana ao escambo, a inclinação em prever o futuro, que aprofundam o ato de especular de consequências imprevisíveis.

As manias especulativas são ricas, diversificadas em suas motivações e extraordinariamente imprevisíveis em seus resultados, contrariando muitas vezes os modelos de racionalidade das decisões humanas. Muitos destes episódios de especulação foram retratados de diversas maneiras, às vezes de forma imprecisa, pela literatura, como apontou Charlie P. Kindleberger (2013),

[...] “manias”, “especulação insana de terras”, “paixão cega”, “orgias financeiras”, “frenesias”, “especulação febril”, “desejo epidêmico de enriquecer rapidamente”, “pensamento esperançoso”, “investidores intoxicados”, “indivíduos que se fazem de cegos” (tumina a blind eye), “pessoas sem ouvidos para ouvir e olhos para ver”, “investidores vivendo em um paraíso de tolos”, “credibilidade fácil”, “confiança excessiva”, “especulação em excesso”, “negociação em excesso”, “um apetite voraz”, “uma loucura”, “uma corrida louca pela expansão”... (KINDLEBERGER, 2013, p. 49-50).

As manias especulativas são acompanhadas de um momento de muita euforia especulativa, quando a bolha “infla”, seguido de muito pânico, quando se “esvazia ou estoura” abruptamente. Charlie P. Kindleberger (2013) indica um padrão para o início

das manias especulativas, tendo como causa algum deslocamento, ruptura ou choque na sociedade. Acontecimentos como revoluções, guerras, inovações tecnológicas, mudanças bruscas de ordem econômico-financeira, política e social, são exemplos que podem dar início a uma euforia especulativa de resultados imprevisíveis.

Ney Carvalho (2003), sugere que “[...] estes acontecimentos modificam e desarticulam as situações estabelecidas, os padrões de normalidade, alterando as expectativas no ambiente em que ocorrem e criando o impulso à disseminação da insensatez [...]” (CARVALHO, 2013, p. 50). Algumas expressões tornaram-se populares pelo mundo e retratam bem as manias especulativas como: o diabo pega o último ou o diabo fica com o último da fila (*devil take the hind most*); salve-se quem puder (*sauve qui peult*); os cachorros mordem os que ficam para trás (*die Letzen beissen Rundle*) (CHANCELLOR, 2001).

A primeira mania especulativa com registro na história, ocorreu em 1630, considerada exótica, conhecida como a bolha especulativa das “tulipas holandesas”, que se caracterizou pela cobiça dos “bulbos” de tulipas por parte de investidores, colecionadores e especuladores da sociedade holandesa. Cabem destaques outras duas bolhas especulativas que ocorreram em 1720: a primeira, a da *South Sea* (Mares do sul), que foi inflada na Inglaterra com os títulos da *South Sea Company* (Companhia dos Mares do Sul); a segunda do *Mississippi* (Rio Mississippi) que foi inflada na França pelos *banques* (bancos) e títulos da *Mississippi Company* (Companhia do Mississippi), com uma participação decisiva de John Law. Ambas se espalharam rapidamente por outros empreendimentos, muitos fictícios, por mercadorias e terras, que tiveram como causa principal a expansão das emissões monetárias (de dinheiro) e de ações de companhias.

Edward Chancellor (2001), descreve bem o processo de formação de uma euforia especulativa com o crescimento dos especuladores da *South Sea Company* (Companhia dos Mares do Sul) que,

[...] provinham de todas as classes sociais. Eram encabeçados pelo rei Jorge I, que provavelmente recebera um quinhão de ações fictícias no início do esquema. Seu filho mais velho, o Príncipe de Gales, também possuía ações da *South Sea* e era diretor da *Welsh Copper Company* (comumente conhecida como "a bubble company do príncipe de Gales"). Ele foi imitado por uma série de duques, marqueses, condes e barões negociadores de ações. Mais de cem pares do reino e trezentos membros do Parlamento compraram ações na Terceira Subscrição em Dinheiro. As estradas apinharam-se de senhores rurais e ricos agricultores a caminho de Londres para comprar ações. "Financistas da City londrina participaram em massa das primeiras subscrições, e especuladores estrangeiros, especialmente holandeses, destacavam [...]" (CHANCELLOR, 2001, p. 99).

Por outro lado, este movimento de euforia especulativa conduz necessariamente a um ambiente propício aos abusos da pilhagem, da roubalheira, dos crimes financeiros, dos logros e falências fraudulentas. Adam Smith (1776), na obra em cinco volumes **Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações** (1776), publicada pela primeira vez em Londres, demonstrava preocupação com a negligência e malversação, em comentários sobre a bolha especulativa da *South Sea Company*:

[...] Eles tinham imensos dividendos de capital [distribuídos] entre um número imenso de proprietários. Era natural que se esperasse, portanto, que a insensatez, negligência e exuberância devessem prevalecer em toda a administração dos seus assuntos. A velhacaria e extravagância em suas operações de compras de ações em lotes são suficientemente conhecidas [assim como] a negligência, exuberância e malversação dos funcionários da companhia" (SMITH 1776, apud KINDLEBERGER, 2013, p. 50).

No Brasil ocorreram situações semelhantes ao longo de sua História econômico-financeira, estudadas e classificadas como uma clássica mania especulativa. Podemos citar o **Encilhamento**, ocorrido nos anos de 1890-1891, que se encaixou perfeitamente nas características de uma bolha especulativa, consequência de mudanças econômico-financeiras, políticas, sociais e das inovações do *fin de siècle*. Como bem apontaram Gustavo Franco e Luiz Aranha Corrêa do Lago (2012), o efeito combinado de tantas mudanças e inovações,

[..] foi o de que as movimentações na bolsa logo adquiriram características de "bolha especulativa", sendo este o momento em que se estabeleceu a designação "Encilhamento" para o episódio, que em tudo parece se encaixar nos paradigmas estabelecidos para manias, pânico e crises financeiras. Como em tantos outros casos no Brasil e no exterior, o Encilhamento não é algo que surge no vazio, ou que se explique por um surto e ambição e ganância, mas, em geral, é um fenômeno coadjuvante de forças maiores (FRANCO; LAGO, 2012, p. 180-181).

Os acontecimentos ocorridos no Brasil entre maio de 1888 e novembro de 1889 foram decisivos para uma ruptura, com forte deslocamento da estrutura econômica, financeira, política e social. Primeiro a abolição da escravatura, apesar da demora incompreensível e das consequências devastadoras ainda não superadas, provocou mudanças substanciais nas relações de trabalho à época. Soma-se também nestas mudanças, o crescimento acelerado da imigração de mão de obra estrangeira, patrocinadas por programas dos governos federal, estadual e dos proprietários de terras e produtores rurais.

Segundo a Proclamação da República, que provocou um rompimento de ordem política, com a substituição do Regime Monárquico, que vivenciava a setenta anos a

inércia e apatia do setor empresarial brasileiro e na promoção dos negócios, pelo Regime Republicano, que pretendia promover maior liberdade para os negócios, os empreendedores e a criação de companhias. Adepto às ideias positivistas de ordem e progresso, foi beneficiado por uma forte entrada de capitais externos para investimentos em infraestrutura e inovações no país, diante de um cenário internacional de abundância de capitais.

Por que o nome **Encilhamento**? O termo tem origem no turfe muito popular no período. Na cena carioca dos anos 1890 as corridas de cavalo e as regatas de remo, foram as mais populares das diversões, o que poderia ser constatado pela existência de quatro hipódromos em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro. Admirado pela elite, populares e classe média, os dias de páreo tornavam-se festivos, se faziam grandes apostas, especulando sobre os possíveis vencedores. Significava o momento em que os cavalos eram **encilhados**, preparados para o páreo, em que se colocavam a sela e a fixavam ajustando as cilhas. Tudo ao lado da pista, local que suspostamente se especulava sobre as possíveis combinações e as apostas eram entabuladas.

A semelhança dos procedimentos levou a comparação e utilização do termo para descrever a euforia especulativa nas negociações com ações, títulos e debêntures, dentro e principalmente fora do recinto da Bolsa de Valores, em bares, confeitarias e logradouros públicos. O **Encilhamento** foi retratado na ficção e em diversas crônicas de Machado de Assis. No livro **Esau e Jacó**, capítulo LXXIII de título **Um Eldorado**, o escritor descreve o fenômeno como “[...] cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis [...]” (ASSIS, 2012, p. 163).

Em crônica de 18 de dezembro de 1892, Machado especula sobre as reuniões nas ruas, o **Encilhamento**, e os motivos da “multidão de gente”, que impossibilitava a passagem dos transeuntes. Com ironia, uma aparente ingenuidade e certa impaciência, utilizando-se da construção de um diálogo com um “digno ancião” que subia a “Rua da Alfândega, escreve:

[...] Ontem, querendo ir pela Rua da Candelária, entre as da Alfândega e Sabão (velho estilo), não me foi possível passar, tal era a **multidão de gente**. Cuidei que havia briga, e eu gosto de ver brigas; mas não era. A massa de gente tomava a rua, de uma banda a outra, mas não se mexia; não tinha a ondulação natural dos cachações. Procissão não era; não havia tochas acessas nem sobrepelizes. [...]

[...] Estava neste ponto, quando vi subir a Rua da Alfândega um **digno ancião**, a quem expus as minhas dúvidas.

- Não é nada disso, respondeu-me cortesmente. Não há aqui procissão nem macaco. Briga, no sentido de murros trocados, também não há, — pelo menos, que me conste. [...]
- Já sei, é uma seita religiosa que se reúne aqui para meditar sobre as vaidades do mundo, — um troço de budistas...
- Não, não.
- Adivinhei: é um meeting.
- Onde está o orador?
- Esperam o orador.
- Que orador? que meeting? Ouça calado. O senhor parece ter o mau costume de vir apanhar as palavras dentro da boca dos outros. Sossegue e escute.
- Sou todos ouvidos.
- Este é o célebre encilhamento.
- Ah!
- Vê? Há mais tempo teria tido o gosto dessa admiração, se me ouvisse calado. Este é o encilhamento.
- Não sabia que era assim.
- Assim como?
- Na rua. [...] (ASSIS, 2015, v. IV, p. 881, grifo nosso).

O assunto transita para uma discussão sobre a “liberdade de circulação” em contraponto a “liberdade de reunião”, o “digno ancião” diz que “[...] na constituição, meu senhor, [...] são trinta e um parágrafos; nenhum deles assegura o direito de circulação... O direito a reunião, porém é positivo [...]” (ASSIS, 2015, v. IV, p. 881). O texto transicional é uma das características aplicada pelo autor em seus textos, relacionando assuntos sem uma ligação aparente, mas que justapostos apresentam resultados surpreendentes, atingindo os objetivos do narrador de provocar reflexões nos leitores.

Critica a dispersão da multidão, apesar do direito constitucional de reunião sem armas, com a “violência policial”, relatada pelos jornais. Ironiza a situação, diz que a multidão de gente após a dispersão retorna e se une por uma lei natural, como “moléculas do Encilhamento” e as “praças de cavalaria”, disparadas para impedir a recomposição, seriam simples animais de corrida sujeitos aos apostadores. Escreve:

- [...] E olhe que nem há meio de passar; eu quis romper, pedi licença... Entretanto, creio que temos a liberdade de circulação.
- Não.
- Como não?
- Leia a constituição, meu senhor, leia a constituição. [...]
- [...] Note que a **violência da polícia** já deu algum lucro.
- [...] Como as **moléculas do encilhamento**, por uma lei natural, tendiam a unir-se logo depois de dispersados, a polícia, para impedir a recomposição, fazia disparar de quando em quando duas **praças de cavalaria**. Mal sabiam elas que eram simples animais de corrida. As pessoas que as viam correr, apostavam sobre qual chegaria primeiro a certo ponto. — É a da esquerda.
- É a da direita. — Quinhentos mil-réis. — Aceito. — Pronto. — Chegou a da esquerda: dê cá o dinheiro. (ASSIS, 2015, v. IV p. 882, grifo nosso).

Agora a transição remete à relação ambígua entre dinheiro e amor, uma

provocação às consequências do **Encilhamento** e a valorização excessiva do dinheiro. O diálogo remete ao negócio do chocolate e o compara ao do café, que o “digno ancião” diz ser “tão duvidoso” quanto. Uma ironia aos problemas ocasionados pela falsificação do café, com misturas indevidas que afetavam a qualidade da bebida vendida internamente, um produto importante para a economia nacional. Novamente provoca o leitor, com a ambiguidade do comportamento humano, dizendo que “falsificar” não é ódio ao homem, que é “freguês”, mas amor ao dinheiro, este superior ao homem. Escreve:

[...] Exatamente. Ah! meu caro, **dinheiro é mais forte que amor**. Veja o negócio do chocolate. Chocolate parece que não convida à falsificação; tem menos uso que o café. Pois o chocolate é hoje **tão duvidoso** como o café. Entretanto, ninguém dirá que os falsificadores sejam homens desonestos nem inimigos públicos. O que os leva a **falsificar** a bebida não é o ódio ao homem. Como odiar o homem, se no homem está o **freguês**?

[...] É o amor da pecúnia.

— Pecúnia? chocolate? (ASSIS, 2015, v. IV, p. 882, grifo nosso).

Quando questionado pelo “digno ancião” sobre a “revolução em Niterói”, uma tentativa armada da polícia de derrubar o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, (GLEDSON, 1996), diz que teve “mais que notícias”, teve “saudades”. Demonstra ceticismo com a velocidade das novidades dos novos “tempos”, como se entendesse os avanços necessários à sociedade, mas que lhe causavam certa estranheza e desconforto, a “lágrima é livre”. Escreve,

[...] — Eu tive **mais que notícia**, tive **saudades**.

[...] Quando me falaram em **revolução de Niterói**, lembrei-me dos **tempos** da minha mocidade, quando Niterói era Praia Grande. Não se faziam ali revoluções, faziam-se patuscadas. Ia-se de falua, antes e ainda depois das primeiras barcas. Quem ligou nunca Niterói e São Domingos a outra ideia que não fosse noite de luar, descantes, moças vestidas de branco, versos, uma ou outra charada? [...] Tempos! Tempos!

— Tudo muda, meu caro senhor. Niterói não podia ficar eternamente Praia Grande.

— De acordo; mas a **lágrima é livre** [...] (ASSIS, 2015, v. IV, p. 882, grifo nosso).

O assunto da crônica foi a multidão de gente reunida ao ar livre para realizar negócios com papéis de companhias do **Encilhamento**. Machado de Assis através da construção de um diálogo com duas vozes, utiliza-se deste fato do cotidiano para transitar por temas, que aparentemente não estão relacionados e apresentar ao leitor questões maiores com clara intenção de provocar reflexões sobre comportamento humano, como liberdade, dinheiro, amor e saudade, com a ambiguidade própria de seus escritos. O cronista com um texto repleto de atributos estéticos retrata a realidade econômico-financeira e social de seu tempo.

Nesta crônica as opiniões são colocadas pelo personagem, o “digno ancião” e o narrador em primeira pessoa, um simples espectador, ingênuo e provocador. Num tom irônico foi capaz de relativizar o **Encilhamento**, apesar das consequências apontadas ao longo do texto. Despede-se dizendo que “[...] na verdade, é bom que haja **encilhamento**; se o não houvesse, a rua era livre, como a lágrima, eu teria ido o meu caminho, e não receberia este favor do Céu, de encontrar uma inteligência tão culta. Aqui está o meu cartão. [...]” (ASSIS, 2015, v. IV, p. 882, grifo nosso).

4.2 ALIMENTANDO AS CHAMAS: EXPANSÃO DO CRÉDITO E A ABERTURA DA ECONOMIA

“26º As percentagens são as primeiras flores do capital; cortai-as logo para que as outras flores brotem mais viçosas e lindas.”

Machado de Assis, O Sermão do Diabo, A Semana, 4 de setembro de 1892.

Nos anos do Encilhamento, títulos, debêntures, companhias, emissões, foram os assuntos preferenciais das conversas em todos os salões do Rio de Janeiro. Machado de Assis retratou bem em suas crônicas as finanças nos acontecimentos do cotidiano da cidade que presenciou, especulando sobre o **Encilhamento** com um olhar oblíquo. Diferentemente do amigo da Academia Alfredo d’Escragno Taunay, o Visconde de Taunay, escritor, militar, engenheiro, historiador, sociólogo, romancista e memorialista, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, que escreveu, dentre inúmeras obras, o romance, *à clef*, **O Encilhamento – Cenas Contemporâneas** (1893), sob o pseudônimo de Heitor Malheiros, foi inicialmente publicado na Gazeta de Notícias em folhetim diário com setenta capítulos.

Visconde de Taunay um monarquista sob o impacto das mudanças, usou tintas fortes e envolvido por forte emoção e mágoa exagerou na descrição dos acontecimentos do período do **Encilhamento**. Muitos atribuem este comportamento à queda do Império, à saúde debilitada e aos prejuízos financeiros irrecuperáveis com a euforia especulativa. O próprio filho Afonso d’Escragno Taunay corrobora a interpretação ao dizer - no prefácio do livro - que o Visconde de Taunay,

[...] foi das inúmeras vítimas do tremendo craque de 1891-1892 que arrasou as grandes e valhas instituições financeiras fluminenses, essas cujos títulos desde muito eram para o público valores de inteira confiança quase reputados pela solidez quanto os papéis do Estado, como o antigo Banco do Brasil, por exemplo. Daí o conhecimento de causa com que descreve os cambalachos, negociatas e tranquibérrias dos grandes e insaciáveis piratas bolsistas e sua seqüela de devoradores da economia pública e particular (TAUNAY, 1971, p. 7).

Apesar do exagero demonstrado, a importância da obra do Visconde de Taunay estaria na apresentação dos costumes e maneiras da sociedade da cidade do Rio de Janeiro durante o **Encilhamento**. A linguagem, os modismos, os hábitos, enfim o comportamento humano está bem descrito e caracterizado pelo escritor. O que em certo sentido caracteriza o **Encilhamento** como uma mania especulativa das que ocorreram ao longo da História. Visconde de Taunay (1892) retrata o clima e o envolvimento de todas as classes sociais:

[...] Terrível o aperto, completo o acotovelamento e a igualdade; misturadas, confundidas, enoveladas, senadores, deputados, médicos de nota ou sem clínica, advogados bem reputados ou desprestigiados, magistrados de fama, militares, um mundo de desconhecidos, outros infelizmente demasiado conhecidos, homens vindos de todos os pontos do Brasil, alguns até das velhas bolsas da Europa, espertos, ativos, de modos ora insinuantes, ora imperiosos, [...] gente chegada de fresco dos Estados com a feição ainda tímida e acaipirada de provincianos e gestos de quem mal domina surpresas e medos imensos, outros veteranos [...] rindo alto, contando proezas e os mais arriscados lances; políticos de posição, há pouco; afirmada pela cartola solene, sobrecasaca abotoada e ademanes compassados, agora de chapéu mole, paletó saco e maneiras familiares, a correrem, [...] atrás dos possíveis fregueses, [...] (TAUNAY, 1971, p. 17-18).

O *fin de siècle* foi caracterizado por um vendaval de inovações tecnológicas e institucionais no mundo. Não seria diferente no Brasil que buscou a adoção de medidas através de leis e decretos, que permitissem o desenvolvimento da iniciativa privada, a internacionalização da economia e os investimentos. O limitado desenvolvimento do sistema bancário e sua completa incapacidade e promover e apoiar o crescimento da economia estava no centro do debate, em meio a transição Monarquia-República. As crises constantes de liquidez, a ausência de papel-moeda, a rápida disseminação do trabalho assalariado, colocavam a demanda por moeda e por crédito em outro nível, em dissonância com a capacidade de atendimento da demanda pelas instituições existentes.

Reproduziu-se, nesta mesma época, no Brasil o debate internacional sobre as funções e a importância da moeda para o crescimento econômico. Discutia-se a necessidade de manutenção do padrão-ouro ou da ascensão da moeda fiduciária, como forma de promover o desenvolvimento das nações. Metalistas e papelistas,

como eram nominados, se colocaram em campos opostos no debate. Para os metalistas o sistema monetário se organizava de acordo com o padrão-ouro, o “papel-moeda” deveria ser apenas um certificado de depósito conversível em determinado peso em ouro e a única moeda aceita em toda parte. Os papelistas, geralmente homens práticos, comerciantes e banqueiros, propunham a moeda fiduciária, não conversível em uma certa quantidade em ouro, em função da crescente necessidade de liquidez e crédito na economia. A moeda ao fim das contas seria apenas um pedaço de papel (papel pintado para alguns), a “moeda-papel”, cujo lastro e credibilidade seriam fornecidos pelos respectivos governos.

Esta discussão paralisou vários gabinetes imperiais e ameaçou o último Chanceler do Império, o Visconde de Ouro Preto, que procurou resolver o impasse com a lei nº 3.403 de 24 de novembro de 1888, criando duas espécies de banco emissores, uns com base em títulos públicos e outros em metal, que juntamente com a entrada de capitais externos associados à expansão do café, retirou em parte a objeção metalista à expansão monetária. O Chanceler autorizou em 1889 a formação de um banco de emissão de nome Banco Nacional do Brasil em associação com o *Banque de Paris*. Buscava-se ainda no período monárquico remover os entraves as atividades empresariais e aos negócios, que caracterizavam o período imperial. Como bem afirmaram Gustavo Franco e Luiz Lago (2012) o aprendizado,

[...] sobre o funcionamento dos bancos e do sistema financeiro no contexto de moeda fiduciária (ou seja, aquela que não é conversível em certa quantidade de metal precioso) seria longo e penoso, e ainda encontraria toda sorte de dificuldades nos anos anteriores a 1929, quando o padrão-ouro ainda parecia representar um dos pilares da "civilização do século XIX". Essa barreira simbólica mostrou-se um obstáculo muito difícil de ser ultrapassado, mesmo para os expoentes papelistas, homens como o barão de Mauá, Rui Barbosa e Vieira Souto (FRANCO; LAGO, 2012, p. 177-179).

A Proclamação da República não tardou, e as mudanças tímidas propostas no Império foram aceleradas por Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda da República, um dos mais ferrenhos críticos do Chanceler Ouro Preto. Em 17 de janeiro de 1890, dia que Machado de Assis se referia em suas crônicas como “o primeiro dia da criação”, o Ministro publicou uma série de decretos, autorizando a criação de vários bancos emissores para diferentes regiões do país e promovendo alterações relevantes na lei societária, propondo a retirada de diversos entraves à incorporação de novas companhias.

Em crônica de 3 de novembro de 1895, Machado de Assis escreve sobre os “algarismos” que variavam de significado segundo o tamanho e a matéria. Descreve

com ironia aqueles do **Encilhamento**, dos “tempos diluvianos”, “[...] em que a gente almoçava milhares de contos de réis, jantava dezenas de milhares, e ainda lhe ficava estômago para uns duzentos ou trezentos contos” (ASSIS, 2015, v. IV, p. 1141). Provoca os leitores a uma reflexão com um discurso ambíguo, ora de crítica à especulação sem limites, ora de arrependimento pela oportunidade perdida, por não ter aproveitado o momento de euforia. O texto especula sobre o comportamento humano frente à uma bolha financeira, mas solicita com ironia a ajuda para a ação oportunista. Escreve:

[...] Os que morreram logo depois, terão gozado muito pouco este mundo. [...] arrependo-me hoje de não ter inventado qualquer coisa, um paladar mecânico, horas baratas, fósforos eternos, calçamento uniforme para as ruas, cavalos e cidadãos, uma de tantas ideias que acharam dinheiro vadio, e quando um homem não o tinha em si, ia buscá-lo à algibeira dos outros, que é a mesma coisa.

[...] A é minha esperança que tais dias não morreram inteiramente, mas a minha tristeza é que, quando eles convalescerem e vierem alumiar outra vez este mundo, provavelmente estarei fora dele.

[...] Se alguma coisa merecem os meus pecados, peço **a Deus a vida precisa para nesses dias futuros incorporar uma companhia**, receber vinte por cento das entradas, levantar um empréstimo para fazer a obra, não fazer a obra, fazer as malas e fazer a viagem do céu com escala pela Europa (ASSIS, 2015, v. IV, p. 1141, grifo nosso).

O governo provisório ao assumir após a Proclamação da República enfrentou graves problemas de liquidez, de uma economia em processo acelerado de crescimento e abertura ao exterior, apesar dos esforços iniciais do Chanceler Visconde de Ouro Preto para encaminhar as soluções cabíveis. O Ministro da Fazenda Rui Barbosa, o primeiro da República, através do decreto nº 165, de 17 de janeiro de 1890, ampliou a reforma bancária e reestruturou os bancos de emissão, com propósito de descentralizar a oferta monetária (de dinheiro). Foi permitida a criação de um banco emissor por região, em número de três, cuja autorização era dada pelo governo mediante um fundo social (capital do banco), constituído por apólices da dívida pública, moeda corrente ou ouro. Poderiam atuar como instituição de múltiplas funções: de crédito, empréstimos de curto e longo prazo, crédito agrícola e hipotecário, adiantamento sobre colheitas futuras, crédito industrial.

Soma-se às medidas adotadas o Decreto nº 164 que regulamentou a Lei nº 3150, de 4 de novembro de 1882 das sociedades anônimas, que facilitou sua formação quando um décimo do seu capital fosse subscrito e integralizado. Também reduziu as exigências de capital para negociar as ações, restringiu responsabilidades do acionista ao valor de sua participação no capital da companhia e permitiu que a

empresa fosse criada sem a autorização do governo, ações que refletiam um país que se industrializava, se urbanizava e internacionalizava sua economia. Foram mudanças importantes e fundamentais em relação à “Lei dos Entraves” de 1860, que dificultou sobremaneira o funcionamento das sociedades anônimas restringindo a liberdade de fazer negócios, o funcionamento das bolsas e a atividade dos intermediários financeiros como os corretores de valores e os bancos, retrato de um país arcaico e rural que se transformava rapidamente.

O contexto econômico-financeiro e social mudou rapidamente, a esperança se transformou em euforia e as condições do **Encilhamento** estabelecidas. O tema finanças ocupava com frequência as páginas dos jornais e o cotidiano das pessoas. As crônicas machadianas refletiram o momento, debatendo assuntos como os bancos emissores, o papel-moeda e moeda-papel, as sociedades anônimas, as assembleias de acionistas, ações, debêntures e títulos, com um olhar lateral sobre o comportamento humano e as transformações da sociedade da *belle époque*. José Murilo Carvalho (1987), retrata bem o fenômeno:

[...] Concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa, bem descrita no romance de **Taunay, O Encilhamento**.

[...] Segundo um jornal da época, "**todos jogaram**, o negociante, o médico, o jurisconsulto, o funcionário público, o corretor, o zangão; com pouco pecúlio próprio, com muito pecúlio alheio, com as diferenças do ágio, e quase todos com a caução dos próprios instrumentos do jogo".

[...] Falta acrescentar à **lista de especuladores os fazendeiros** do estado do Rio de Janeiro, que afluíram à capital para jogar na especulação o dinheiro dos empréstimos. (CARVALHO, 1987, p. 19-20, grifo nosso).

Em crônica de 23 de outubro de 1892, o assunto foi o progresso e as inovações tecnológicas, o bonde elétrico, o telégrafo, as finanças, que mudavam a percepção do homem sobre o seu tempo e espaço. Machado de Assis, utilizando das transições textuais perpassa por vários assuntos, contudo mais entusiasmado e impressionado com as inovações tecnológicas e menos com as de natureza institucionais, como a moeda fiduciária, o papel-moeda. Um dos precursores desta novidade foi o financista escocês, nascido em 1671, John Law. Sua vida de jogador, especulador, boêmio, se envolveu em complicações pessoais na juventude, sendo forçado a cumprir exílio na Europa. Passado este período mudou-se para Paris, mas continuou se arriscando nos negócios e na vida amorosa. Com sorte de jogador conheceu o Rei Luís XIV da França em 1715, adquiriu sua confiança, e o convenceu de sua teoria sobre a moeda fiduciária. Propôs um plano e emissão intensiva de papel-moeda por meio da criação de bancos de emissão, com o propósito de salvar as combalidas finanças públicas do

reino francês.

John Law também foi responsável pela fundação de uma companhia na Louisiana, *Compagnie du Mississippi*, então colônia francesa, que deteria o monopólio do comércio no rio Mississippi. Tornou-se um dos mais famosos e espetaculares casos de bolha financeira, que estourou em 1720 com o *crash* da companhia e vultosos prejuízos a milhares de proprietários. Considerado como precursor do sistema bancário, faleceu em 1729 totalmente desacreditado, exilado e com poucos recursos. Machado de Assis recorda John Law, de “celebridade” a “embromador” e com ironia relaciona os acontecimentos do **Encilhamento** aos textos bíblicos, como a criação divina da luz, o “Fiat Lux”, no início dos tempos. Escreve,

[...] posso ir até antes do meu nascimento, até Law. Grande Law! Também tu tiveste um dia de **celebridade**; depois, viraste **embromador** e caíste na casinha da história, o lugar dos lava-pratos. E assim irei de século a século, até o paraíso terrestre, forma rudimentária do encilhamento, onde se vendeu a primeira ação do mundo. Eva comprou-a à serpente, com ágio, e vendeu-a a Adão, também com ágio, até que ambos faliram. E irei ainda mais alto, antes do paraíso terrestre, ao **Fiat lux**, que, bem estudado ao gás do entendimento humano, foi o princípio da falência universal (ASSIS, 2015, v. IV, p. 867).

No mesmo texto diz, também, em tom de ironia “falta-me talento”, e especula sobre as dificuldades das finanças, da linguagem própria dos assuntos financeiros e do domínio nos jornais do assunto finanças em relação aos demais acontecimentos do dia a dia. Escreve que “semana quer dizer finanças”,

[...] **Finanças implicam financeiros**. Financeiros não vão sem projetos, e eu não sei formular projetos. Tenho ideias boas, e até bonitas, algumas grandiosas, outras complicadas, muito 2%, muito lastro, muito resgate, toda a técnica da ciência; mas **falta-me o talento** de compor, de dividir as ideias por artigos, de subdividir os artigos em parágrafos, e estes em letras a b c; sai-me tudo confuso e atrapalhado. Mas por que não farei um projeto financeiro ou bancário, lançando-lhe no fim as palavras da velha praxe: salva a redação? Poderia baralhar tudo, é certo; mas não se joga sem baralhar as cartas; de outro modo é embarçar os parceiros (ASSIS, 2015, v. IV, p. 867, grifo nosso).

Os bancos de emissão privada, pilar das reformas econômico-financeiras do governo republicano, visando aumentar a disponibilidade de crédito e pavimentar o caminho para o desenvolvimento do Brasil, começavam a sinalizar um descontrole crescente de suas emissões, base da moeda nacional em circulação. A situação conduziria necessariamente, em futuro próximo, a uma provável tentativa de encampação ou estatização das emissões privadas por parte do governo com possíveis custos para a sociedade.

Diante destes acontecimentos o governo inicialmente estimulou e promoveu a fusão das instituições. Para tal se debateu, no Congresso, em 1892, face às

consequências do **Encilhamento**, a restauração da lei nº 3403 de 1888, que tornaria as emissões conversíveis em ouro à vista, mantendo a paridade de 1846 e o poder de emitir moeda-papel após as fusões, se concentraria em uma única instituição. Tratou-se de um movimento conservador de fortalecimento das ideias metalistas de retorno ao padrão-ouro, a moeda-papel teria um lastro que corresponderia a uma determinada quantidade de ouro. No entanto, a situação financeira do banco emissor após as fusões realizadas continuou se deteriorando, o que levou à sua encampação com a efetivação dos custos para a sociedade.

Em crônica de 11 de setembro de 1892, Machado de Assis escreve sobre os debates que envolviam as emissões bancárias, assunto também de outros textos. Apresenta a “teoria das ações grávidas” em referência a “teoria das ideias grávidas”, uma ideia que aparentemente aguarda um esposo, já nasceu grávida. Escreve que,

[...] já uma vez dei aqui a minha **teoria das ideias grávidas**. Vou agora à das **ações grávidas**, não menos interessante, posto que mais difícil de entender. Em verdade, há de custar a crer que uma ação nasça pejada de outra, e, todavia, nada mais certo” (ASSIS, 2015, v. IV, p. 855, grifo nosso).

A arte das transições está presente no texto, outros assuntos são tratados, do incidente com o navio inglês *Chaucer*, que deveria se submeter à quarentena pela epidemia de cólera, da emissão de debêntures clandestinas, da possível imigração chinesa, das emissões bancárias, todos relacionados à “teoria das ações grávidas”. Escreve que,

[...] a **emissão bancária nasceu tão grossa**, que era de **adivinhar a gravidez da encampação**. Nem falta quem diga que estes gritos que estamos ouvindo, são as dores do parto. Uns creem nele, mas afirmam que a criança nasce morta. Outros pensam que nasce viva, mas aleijada. Há até um novo encilhamento, onde as apostas crescem e se multiplicam, como nos **belos dias de 1890** (ASSIS, 2015, v. IV, p. 855, grifo nosso).

Ao longo do texto e à luz da “teoria das ações grávidas” provoca os leitores e especula sobre o conhecimento dos temas, insinuando saber um pouco mais. O narrador provoca e escreve:

[...] Podia citar mais exemplos, e de primeira qualidade; mas, se o **leitor não entende a teoria** com um, não a entenderá com três. Direi só um caso, por estar, como lá se diz, no tapete da discussão [...].
[...] Eu, sobre esse **negócio de encampação**, sei pouco mais que o leitor, porque sei duas coisas, e o leitor saberá uma ou nenhuma [...] (ASSIS, 2015, v. IV, p. 855, grifo nosso).

A crônica prossegue especulando sobre os crimes comuns, quando fala dos “narcotizadores”, ladrões que narcotizavam suas vítimas depois de entrar em suas residências e dos crimes originários de acordos estranhos transformados, muitas

vezes, em leis. Ironicamente escreve que as finanças vão chegando ao “estado de jurisprudência”. Diz ser a encampação dos bancos de emissão necessária, mas um erro ou crime, e relativiza a questão com a máxima alterada “Hipócrates diz sim, Galileu diz não”, do trecho da peça *Les folies amoureuses* de J.F. Regard (1665-1707), poeta e dramaturgo francês, usada para ilustrar divergência entre cientistas (FRANCO, 2008). O narrador com ceticismo escreve,

[...] sei, em primeiro lugar, que é uma medida urgente e necessária, para que se restaure o nosso crédito; e, em segundo lugar, sei também que é um erro e um crime. **Aristote dit oui et Galien dit non.**

[...] Quiseram explicar-me por que é que era crime; mas eu ando tão aflito com a simples notícia dos narcotizadores, que não quis ouvir a explicação do crime. Basta de crimes. Demais, são finanças.

[...] E as finanças vão chegando ao **estado da jurisprudência**. Muitas famílias, quando viram que os bacharéis em Direito eram em demasia, começaram a mandar ensinar Engenharia aos filhos. Hoje, família precavida não deve esperar que venha o excesso de financeiros. A concorrência é já extraordinária. Antes a medicina. Antes a própria jurisprudência (ASSIS, 2015, p. 855, grifo nosso).

A intertextualidade pode ser observada quando o narrador dialoga com a peça de William Shakespeare, **O Mercador de Veneza**. Fala sobre o desaparecimento dos níqueis, moedas em circulação usadas para troco, que poderiam estar sendo “desamoedadas”, derretidas e vendidas por um bom preço nas mãos de alguma tribo de narcotizados ou de *Shylock*, banqueiro judeu protagonista da peça, que parecia mais preocupado com os ducados furtados pela filha do que com a própria. Escreve,

[...] adeus, querida semana! Adeus, cálculos do Sr. Oiticica, que dizem estar errados! adeus, feriados! adeus, níqueis! Os níqueis voltam certamente; mas há de ser difícil.

[...] Ou estarão sendo **desamoedados**, como suspeita o governo, ou andam nas mãos de alguma tribo, que pode ser a dos narcotizadores, e também pode ser a de **Shylock**. Creio antes em Shylock.

[...] Se assim for, ó níqueis, não há para vós habeas-corpus, nem tomadas da Bastilha. Não perdeis com a reclusão, meus velhos; ficais luzindo, fora das mãos untadas do trabalho, que vos enxovalham. Para sairdes à rua, é preciso alguma coisa mais que boas razões ou necessidades públicas; e não saireis em tumulto, nem todos, mas devagarinho e aos poucos, conforme a taxa. **“Trezentos ducados, bem!”** (ASSIS, 2015, v. IV, p. 885-886, grifo nosso).

As fusões dos bancos de emissão tornaram-se uma realidade, imposta pelo descontrole das emissões bancárias. O Banco do Brasil (BB), instituição criada em 1866, após a saída do visconde de Mauá, empresário do Império, se fundiu com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Breub), para formar o Banco da República do Brasil (BRB) em 1892 por meio de um decreto. Por sua vez, o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Breub) foi o resultado da fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil (Beub), fundado em 1890 pelo conselheiro Mayrink e do

Banco Nacional do Brasil (BNB), fundado pelo visconde de Figueiredo, dois dos maiores financistas do Encilhamento.

Entretanto as fusões dos bancos de emissão preservaram práticas fraudulentas como a prevalência dos interesses dos acionistas, através da distribuição de dividendos relativos a lucros fictícios, oriundos de juros a débitos de contas que estavam estagnadas (inativas) e seriam liquidadas com grande desconto, o que ocasionou um intenso debate entre políticos e representantes da sociedade com muita repercussão nos jornais e nos textos machadianos.

Em crônica de 01 de janeiro de 1893, escreve sobre crime e renúncia como forma de se eximir de responsabilidades. O cronista usa novamente da transição entre os assuntos para abordar o tema: discorre sobre a renúncia de um político; os crimes menores como pequenos furtos; a renúncia à propriedade de um escravo; a renúncia do Banco da República pela sua fusão. Cético diz que “Acabaram-se os belos dias de *Aranjuez*”, se referindo ao fim da euforia especulativa do Encilhamento. Uma intertextualidade com o trecho inicial da peça **Dom Carlos** (1787), de Friedrich Schiller, poeta, dramaturgo, filósofo e historiador alemão, que aparece com frequência em outros textos. Apesar das circunstâncias adversas o narrador em tom irônico diz, “*primo vivere*” (antes de tudo, viver). Escreve:

[...] tivemos esta semana a do Banco da República, relativamente à sua personalidade, e vamos ter, na que entra, a do Banco do Brasil, para formarem o banco do Estado. Já se fala na fusão de outros, não porque os alcances o recente decreto, mas porque um pão com um pedaço é pão e meio.

[...] **Primo vivere.**

[...] Crer que tornará o banquete de 1890-1891 é grande ilusão. “**Acabaram-se os belos dias de Aranjuez**”.

[...] Sintamos bem a melancolia dos tempos. Compreendamos a inutilidade das brigas diárias e públicas entre companhias e trechos de companhia, entre diretorias e trechos de diretoria.

[...] Melhor é ajuntar os restos do festim, mandar fazer o que a arte culinária chama roupa velha, e comê-la com os amigos, sem vinho. Café sim, mas de carnaúba e milho podre (ASSIS, 2015, v. IV, p. 885, grifo nosso).

Termina a crônica especulando sobre o comportamento humano e relaciona acontecimentos do **Encilhamento** com temas religiosos numa conversa entre Deus e o Diabo, em que Deus “desgostoso da obra”, passou ao “Diabo pelo custo”. O escritor provoca, ao retornar ao tema da crônica, quando diz que o Deus Sabbaoth, o senhor dos exércitos, parece que renuncia sem admitir que comete um crime. Escreve:

[...] Quem me parece que renuncia, sem admitir que comete um crime, é o **Senhor Deus Sabbaoth**, três vezes santo, criador do céu e da terra. Consta-me que abandonou completamente este mundo, **desgostoso da obra**, e que o passou ao **diabo pelo custo**.

[...] O diabo pretende organizar uma sociedade anônima, dividindo a propriedade em infinitas ações e prazo eterno.

[...] As ações, que ele dirá nos anúncios serem excelentes, mas que não podem deixar de ser execráveis, conta vendê-las com grande ágio.

[...] Há quem presume que ele fuja com a caixa para outro planeta, deixando o nosso sem diabo nem Deus.

[...] Outros pensam que ele reformará o mundo, contraindo um empréstimo com Deus, sem lhe pagar um ceutil.

[...] Adeus, boas saídas do outro e melhores entradas deste (ASSIS, 2015, v. IV, p. 886, grifo nosso).

Em outra crônica, de 11 de dezembro de 1892, o assunto foi sobre as questões que “nascem simples depois se complicam”. Usando também das transições no texto, trata primeiramente da questão “Chopim” relacionando-a com temas religiosos. O decreto nº 164, publicado no mesmo dia da Lei de Reforma Bancária em 17 de janeiro de 1890, data a qual o cronista se referia constantemente como “o primeiro dia da criação”, autorizava que as companhias fossem constituídas com um décimo do capital efetivamente subscrito e integralizado, além de condições muito especiais para os sócios do empreendimento, que formavam sindicatos para incorporar as companhias.

Neste contexto a Companhia Estreito e São Francisco ao Chopim, ganhou a concessão para a construção de uma estrada de ferro de Estreito, no estado de Santa Catarina, ao rio Chopim, no Estado do Paraná. Em janeiro de 1891 foi publicado o prospecto de lançamento da companhia, em que constava um capital total de sessenta mil contos com doze mil contos efetivamente subscritos, utilizados para pagamentos de serviços de advogados e outros. Como aponta Gustavo Franco (2008),

[...] (de acordo com o referido decreto era lícito "estabelecer-se em favor de fundadores e terceiros, que hajam concorrido para a formação da companhia, qualquer vantagem consistente em parte dos lucros líquidos") e aos titulares da "garantia de juros", que incidia sobre os 60 mil contos de capital "comprometido", e não sobre a parcela efetivamente subscrita (FRANCO, 2008, p.137).

Histórias de privilégios do **Encilhamento**, que não passariam despercebidas à “pena” do cronista. Atendo à questão Chopim, “que nasceu com o primeiro homem” especulou sobre o assunto, utilizando-se de referências às passagens bíblicas. A crítica tangenciava o comportamento humano na busca de vantagens, muitas vezes assegurada por uma legislação comprometida com favores, o compadrio. Escreve que a questão Chopim,

[...] é a **mais antiga de todas as questões deste mundo**. Nasceu com o primeiro homem.

[...] Toda gente sabe que o paraíso terreal foi obra de um sindicato composto de Adão e Eva, para o fim de pôr a caminho a concessão da vida.

[...] O serviço da organização era gratuito; mas a serpente persuadia aos dois

organizadores da companhia que o art. 3.º § 3.º do decreto nº 8 do primeiro ano da criação (data transferida mais tarde para 17 de janeiro de 1890) autorizava a tirar as **vantagens e prêmios do capital realizado, e não dos lucros líquidos**.

[...] Adão e Eva recusaram crer, a princípio; achavam o texto claro. Não desanimou a serpente, e provou-lhes:

[...] 1.º que as publicações do Senhor eram incorretas pela ausência obrigada da imprensa;

[...] 2.º que muitas outras companhias se tinham organizado, de acordo com a explicação que ela dava, a das abelhas, a dos castores, a das pombas, a dos elefantes, e a dos lobos e cordeiros; estes fizeram uma sociedade juntos, assaz engenhosa, porque não havia dividendos, mas divididos.

[...] Adão e Eva cederam à evidência. [...]

[...] Daí as **calamidades deste mundo**; e, para só falar de Chopim, um processo, uma reunião, uma desunião, lutas, capotes rasgados, capotes cerzidos, capotes outra vez rasgados, o diabo! (ASSIS, 2015, v. IV, p. 879, grifo nosso).

A intenção inicial do Governo Republicano com as reformas estruturais era proporcionar um ambiente favorável ao crescimento dos negócios e desenvolvimento do Brasil. Porém, as reformas, por pressões de grupos, acabavam por preservar interesses, que resultavam em práticas fraudulentas. Com destaque para a predominância dos interesses dos acionistas fundadores, que levaram, muitas vezes, na distribuição de dividendos relativos a lucros fictícios. Gustavo Franco (2008), relata que a prática de vantagens, “lambujens”, estava enraizada na sociedade do **Encilhamento**, o que dificultava um controle mais efetivo. Escreve que,

[...] as possibilidades ensejadas pela lei societária na formação de novas sociedades e em particular do mecanismo absurdo de pagamentos de vantagens (lambujens) indevidas aos organizadores do empreendimento, falsos dividendos antes mesmo de haver o empreendimento, para não falar de lucros.

[...] Ora, mas o acionista rentista acostumados a receber dividendos de lucros fictícios, estava em posição de reclamar dessas práticas? Por que as rendas decorrentes de privilégios, aí incluídos o aluguel de escravos, eram menos ilegítimas que os “ágios” apropriados pelos empresários do Encilhamento? Quer dizer da própria escravidão (FRANCO, 2008, p. 30).

As discussões sobre fusões e encampações dos bancos emissores retratadas nas crônicas machadianas, se encaixam na máxima “grande demais para quebrar” (*too big to fail*), uma máxima no mundo das finanças, no sentido que o custo de deixar quebrar é maior do que salvar. Buscando um olhar oblíquo nas relações humanas e de negócios, como bem relativizava Machado de Assis em seus textos, pode-se pensar outra máxima “o diabo mora nos detalhes” (*the devil’s in the details*), pois estas fusões e encampações com pretexto de preservar interesses coletivos, escondiam medidas que atendiam aos interesses de uma minoria no **Encilhamento**.

4.3 EUFORIA: A APARENTE RIQUEZA DE PAPEL

“23º Vendei gato por lebre, e concessões ordinárias por excelentes, a fim de que a terra se não despovoe das lebres, nem as más concessões pareçam nas vossas mãos.”

Machado de Assis, O Sermão do Diabo, A Semana, 4 de setembro de 1892.

O baile da Ilha Fiscal ocorrido em 9 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro, não só simbolizou a passagem entre dois regimes antagônicos e distintos (Monarquia e República), mas também foi o ápice das demonstrações de suntuosidade e deslumbramento do **Encilhamento**. A euforia especulativa já acontecia a pelo menos um ano e continuou por mais um ano. A prosperidade exalada na corte foi transmitida e acelerada nos primeiros anos da República, com o aprofundamento das reformas econômico-financeiras. Eram dias de luxo e riqueza. Como diz Machado de Assis “semana é finanças”. Raymundo Faoro (2001) aponta que a onda de prosperidade,

[...] transformou-se de súbito em pompa e luxo - fenômeno do não alargamento e do não achatamento da pirâmide. A riqueza expandia-se em consumo para se mostrar, incapaz de se radicar em indústrias e empreendimentos, não ajustados ao país senão no papel e nas imaginações. O ganho fácil não tinha escoadouro em atividades autênticas, permanecendo no círculo dos especuladores, deslumbrados em imitar e superar a nobreza consolidada (FAORO, 2001, p. 61).

A cidade de Petrópolis também foi envolvida nesta atmosfera social. A Versalhes Montanhosa como era retratada à época, foi criada por Pedro II para refúgio do verão escaldante da cidade do Rio de Janeiro. Como bem retratou Ney Carvalho (2004),

[...] entre outubro e março, a corte se transportava para a serra. Iam todos, nobres, magnatas, altos burgueses, comerciantes bem sucedidos, o corpo diplomático, [...] cada potentado habitava uma mansão senhorial, que pretendia ser mais chique e elegante que a de seus competidores, sociais ou comerciais. (CARVALHO, 2004, p. 76).

As viagens eram realizadas em duas etapas: uma de barca até o fundo da baía de Guanabara, a outra de trem que subia a serra. A chegada à cidade era uma festa, um grande acontecimento social. Em encontros e festas entabulavam-se negócios, ideais surgiam e companhias fundadas. Alguns contavam, com uma certa dose de fantasia, que os títulos adquiridos nestes dias de euforia especulativa na cidade, se valorizavam na descida de trem e eram vendidos com lucro na chegada à capital. Como escreveu Machado de Assis no livro **Esaú e Jacó** “[...] voe este capítulo, como o trem de Mauá, serra acima, até a cidade do repouso, do luxo e da galanteria” (ASSIS,

2012, p. 223).

A rua do Ouvidor no centro do Rio de Janeiro de estreitas calçadas foi uma passarela, frequentada por políticos, senhoras de família, escritores, banqueiros, carroceiros, mulheres da vida, financistas, militares, médicos, comerciantes, juizes, corretores, e “zangões” como eram conhecidos os atravessadores de pequenos negócios no **Encilhamento**. Toda a sociedade carioca se fazia representada, a aristocracia, a elite burguesa e os trabalhadores anônimos. O comércio era elegante, sofisticado e afrancesado, com boa parte das mercadorias expostas importadas de países europeus, em especial da França. Eram modistas, perfumarias, joalherias, camiseiros, tecidos, fotógrafos, tabacaria, camiseiros, alfaiates, chapelarias, confeitarias e livrarias. Com destaque para a “Livraria Garnier” que se notabilizou por publicar livros de renomados escritores entre eles Machado de Assis, um assíduo frequentador da loja por toda uma vida, sempre nos fins de tarde, em que encontrava amigos para longas conversas literárias.

Um estabelecimento em especial se sobressaiu na Rua do Ouvidor em tempos de **Encilhamento**: a confeitaria “Paschoal”. A rival, a Confeitaria “Colombo”, só surgiria em 1894, após a euforia especulativa. A “Paschoal” foi um dos pontos de encontro dos zangões do mercado financeiro durante o **Encilhamento**. O movimento era intenso, gerava tumulto e dificultava o trânsito de pessoas e veículos ao redor do estabelecimento. Interessante notar que os mercados financeiros de risco, dos investimentos em ações e títulos, possuem ligações estreitas com cafés, bares, restaurantes e confeitarias, por disponibilizarem muitas vezes seus espaços não regulamentados, para conversas e realização de negócios. Como exemplos pelo mundo: o café *Lloyd’s* em Londres em que surgiu o mercado segurador britânico e maior empresa de seguros de mesmo nome; o café *Exchange Alley* na Londres de 1690 com reuniões informais de corretores e clientes do mercado acionário; o bar do Hotel *Waldorf Astoria* em Nova York, quartel general de grandes especuladores americanos de meados do século XIX.

Notícia constante nos jornais da época, Machado de Assis, em crônica de 18 de dezembro de 1892, relata as aglomerações do **Encilhamento** na Rua do Ouvidor. A euforia especulativa com os negócios com ações, levaram alguns especuladores a promoverem o lançamento da companhia “Banco da Bolsa”, que tinha como objetivo “[...] estabelecer uma bolsa livre à noite com todas as comodidades necessárias a este serviço. [...] Organizar na seção da Bolsa livre todo o movimento esportivo, fazendo

as operações necessárias [...]” (CARVALHO, 2004, p. 78,). O “Banco da Bolsa” centralizaria o movimento informal de negociações de ações e títulos, que ocorriam nas ruas e o movimento esportivo, que bancariam as apostas especialmente do turfe. A ideia de criação da companhia, apesar da euforia especulativa predominante, naufragou.

Aspecto importante que compôs a atmosfera do **Encilhamento**, tanto na corte do Império, quanto na Capital Federal da República, foi o fascínio das pessoas pelos jogos de azar pelas apostas. Por um lado, as corridas de cavalo no *Jockey* e as regatas de remos na praia de Botafogo nos fins de semana, eram sinônimo de elegância, sofisticação e apostas. Por outro, o jogo do bicho, iniciado pelo Barão de Drumond, figura importante no **Encilhamento**, e os cassinos, que se multiplicaram pela cidade. Como bem coloca Ney Carvalho (2004),

[...] era uma sociedade eminentemente lúdica. Não apenas no sentido das diversões e do prazer, mas na acepção de ludo, de jogo propriamente dito. Arriscava-se por tudo e qualquer coisa. E o vínculo que uniu os dois regimes foi, também, uma forma de criação ou assunção de riscos: o Encilhamento. Mesmo antes dele jogava-se, aventurava-se e apostava-se em todos os dias de todos os meses (CARVALHO, 2004, p, 80).

Os veículos de transportes, as carruagens, também foram apreciados e se transformam em objeto de ostentação, cobiça e desejo no **Encilhamento**. Durante o período da euforia especulativa e riqueza aparente, ressurgiu nas ruas da capital o *landau*, um *coche* (carruagem) com tração de quatro animais, preferido ao *coupé*, um coche de tração de dois animais, pela elite financeira da capital. Como afirma Raymundo Faoro (2001),

[...] Nada atesta melhor a transformação que se operava na vida urbana. As carruagens, puxadas por parselhas de cavalos raros, quebravam a pasmaiceira do Segundo Reinado e começo da República, publicando "deslumbramento e agitação, epopeia de ouro da cidade e do mundo" (ASSIS, 2012, p .162) (FAORO, 2001, p. 61).

Uma curiosidade bem representativa da euforia especulativa, foi patrocinada por Henry Lowndes, o Conde de Leopoldina, um extravagante financista que fundou a Companhia Geral de Estradas de Ferro do Brasil, muito cobiçada e que foi responsável, também, pela mais espetacular falência de uma companhia no **Encilhamento**. Desfilava pelas ruas do Rio de Janeiro com um de seus *coches*, um magnífico *landau* de quatro rodas, duas séries de bancos frente a frente e capota dupla móvel, puxado por uma “parselha de zebras”, que havia importado da África do Sul especialmente para esta finalidade. Como diziam à época, o homem mostra-se por

seu *coche*. Machado de Assis completa este quadro, quando o narrador “Conselheiro Ayres” no livro **Esau e Jacó** (1904) descreve as mudanças de hábitos nos transportes da cidade. Escreve:

[...] o que parece ser verdade é que as nossas **carruagens** brotavam do chão. Às tardes, quando uma centena delas se ia enfileirar no Largo de S. Francisco de Paula, à espera das pessoas, era um gosto subir a Rua do Ouvidor, parar e contemplá-las.

[...] As **parelhas** arrancavam os olhos à gente; todas pareciam descer das rapsódias de Homero, posto fossem corcéis de paz. As carruagens também.

[...] Juno certamente as aparelhara com suas correias de ouro, freios de ouro, rédeas de ouro, tudo de ouro incorruptível. Mas nem ela nem Minerva entravam nos veículos de ouro para os fins da guerra contra Ílion.

[...] Tudo ali respirava a paz. **Cocheiros e lacaios**, barbeados e graves, esperando tesos e compostos, davam uma bela ideia do ofício. Nenhum aguardava o patrão, deitado no interior dos carros, com as pernas de fora. A impressão que davam era de uma **disciplina rígida e elegante**, aprendida em alta escola e conservada pela dignidade do indivíduo (ASSIS, 2012, p. 164, grifo nosso).

Machado de Assis, buscou um olhar oblíquo, sobre os acontecimentos do **Encilhamento**, atento ao comportamento ambíguo dos homens. Diferentemente, o amigo Visconde de Taunay (1893) que os relatou de forma apaixonada. Ambos revelam por caminhos distintos a euforia especulativa da época. As crônicas machadianas relativizavam os temas em textos sutis, irônicos, provocando os leitores à reflexão, sem opinar sobre o assunto. Visconde de Taunay descreve os fatos, com tintas fortes, de uma forma direta e exagerada, apresentando o seu entendimento dos acontecimentos do **Encilhamento**. Escreve:

[...] A facilidade com que se ganhava dinheiro, o muito que acudia às **algibeiras**, nas repentinas transações de títulos com tendência sempre para a alta, acelerava de modo pasmoso a venda dos mais custosos adereços e de peregrinas gemas. Safiras, sobretudo, estavam muito em voga, graúdas, de darem bem na vista.

[...] Não havia marido que, depois de algum lance feliz no encilhamento, deixasse de levar para a casa uma dádiva de valor, com que ofuscava quase diariamente a esposa e a família embasbacadas.

[...] Além disto, o **gosto exibitivo, a ânsia de espetaculosa ostentação**, no intuito de parecer-se desde muito acostumado às grandezas e ao luxo, a todos levava para verdadeira insânia. Falava-se com admiração nos *pourboires* de Fulano, Sicrano, deste, daquele, daquele outro.

[...] **O mais simples objeto** ou o mais singelo serviço era **retribuído no quántuplo ou decuplo do seu valor**. Não se olhava a preços.

[...] Nesse empenho representavam **as mulheres papel proeminente**, incitando ardentemente os maridos ao lucro, aos azares do encilhamento e a todos os modos de empolgar dinheiro (TAUNAY, 1971, p. 114-115, grifo nosso).

No ano de 1890 a euforia especulativa dominou a cena econômico-financeiro da capital, tudo parecia superlativo e acelerado nos novos tempos, em especial as inovações bancárias. Assunto tratado por Machado de Assis em vários de seus textos

ora com ironia, ora com ceticismo. Gustavo Franco e Luiz Corrêa Lago (2012) apontam também:

[...] os lançamentos de novas companhias, com os mais variados termos e denominações, a "**autoconfiança**" da indústria, agora apresentada como atividade essencial para uma nação soberana, os investimentos estrangeiros, o comércio internacional, as mudanças institucionais a sacudir cada um dos aspectos em que se sustentava o preguiçoso ritmo da economia do Império e, mais que tudo, as polêmicas em tomo da nova ordem, sobretudo no terreno bancário, onde as alterações no modelo foram tão rápidas e contundentes quanto os espantosos resultados em matéria de **multiplicação das emissões, do crédito**, das empresas e dos sonhos (FRANCO; LAGO, 2012, P. 182, grifo nosso).

Em Crônica de 31 de julho de 1892, o cronista dialoga com um certo "amigo iletrado" chacareiro, dono de uma chácara e especulador que entendia tanto de *debêntures* quanto de *habeas corpus*. As *debêntures* da Companhia Geral eram a grande febre da fase final do **Encilhamento**, já que as ações das companhias incorporadas começavam a perder atratividade partir de 1891.

Uma pequena pausa em Machado de Assis, para como diz "aprender finanças". Há uma diferença básica entre *debêntures* e ações. A primeira são títulos de créditos representativos de empréstimos realizados pela companhia junto aos potenciais investidores, que são remunerados com juros. A segunda também são títulos, mas representam a menor parcela em que se divide o capital de uma companhia. No primeiro caso o investidor é credor, no segundo é sócio da companhia.

O narrador inicia a crônica falando que as *debêntures* estavam se valorizando, a ponto de serem alvo de furtos por "andar de boca em boca". O narrador especula que a ganância cega a razão, que todos especulam, mas as prováveis perdas recaem sobre o "iletrado" em momentos de euforia especulativa. Nosso cronista se preocupa mais em provocar os leitores a refletir sobre o comportamento humano, e menos com as características dos negócios do **Encilhamento**. Especulando com a máxima "se conselho fosse bom não se dava, se vendia", escreve:

[...] Esta semana furtaram a um senhor que ia pela rua mil *debêntures*; ele providenciou de modo que pôde salvá-los.

[...] A razão que me fez duvidar a princípio foi a noção que me ficou dos **negócios de *debêntures***. Quando este nome começou a andar de boca em boca, até fazer-se um coro universal, veio ter comigo um chacareiro aqui da vizinhança e confessou que, não sabendo ler, queria que lhe dissesse se aqueles papéis valiam alguma coisa.

[...] Eu, verdadeiro eco da opinião nacional, respondi **que não havia nada melhor**; ele pegou nas economias e comprou uma centena delas.

[...] Cresceu ainda o preço e ele quis vendê-las; mas eu acudi a tempo de suspender esse desastre.

[...] Vender o quê? Deixasse estar os papéis que o **preço ia subir por aí além**. [...] O homem confiou e esperou.

[...] Daí a tempo ouvi um rumor; eram as debêntures que caíam, caíam, caíam...

[...] Ele veio procurar-me, debilhado em lágrimas; ainda o fortaleci com uma ou duas parábolas, até que os dias correram, e o desgraçado ficou com os papéis na mão.

[...] Consolou-se um pouco quando eu lhe disse que metade da população não tinha outra atitude. (ASSIS, 2015, v. IV, p. 845-846, grifo nosso).

Prossegue utilizando-se do dialogismo e conversa com o “amigo iletrado”, que insiste em especular, agora em uma outra oportunidade. Retorna com um “cobrinho” e solicita mais um conselho sobre um tal *habeas corpus* e pergunta ao narrador se estes títulos são um bom negócio. Com uso da oralidade e ironia provoca os leitores a refletir, sobre a combinação explosiva de ganância com ignorância. Escreve:

[...] Pouco tempo depois (vejam o que é o amor a estas coisas!) veio ter comigo e proferiu estas palavras:

— Eu já agora perdi quase tudo o que tinha com as tais debêntures; mas ficou-me sempre um **cobrinho** no fundo do baú, e como agora ouço falar muito em **habeas corpus**, vinha, sim, vinha perguntar-lhe se esses títulos são bons, e se estão caros ou baratos.

— Não são títulos.

— Mas o nome também é estrangeiro.

— Sim, mas nem por ser estrangeiro, é título; aquele doutor que ali mora defronte é estrangeiro e não é título.

— Isso é verdade. Então parece-lhe que os habeas-corporis não são papéis?

— **Papéis são; mas são outros papéis** (ASSIS, 2015, v. IV, p. 846, grifo nosso).

Se sentindo envolvido pela euforia especulativa relativiza sua opinião e busca fazer também um “negociozinho”, aproveitar a oportunidade, afinal especular, é do comportamento humano. Mas entendendo que existe o outro lado em tudo, solicita proteção do Deus de Abraão, Isaac e Jacó. Uma referência ao texto bíblico muito presente em seus escritos. Diz, “como cai pode subir” e “tudo tem altos e baixos”, a ajuda divina será muito bem-vinda. O cronista explora no texto literário a oralidade e a ambiguidade do comportamento humano na relação dinheiro e religião, provocando os leitores à reflexão. Escreve:

[...] A ideia de debênture ficou sendo para mim a mesma coisa que nada, de modo que não compreendia que um senhor andasse com mil debêntures na algibeira, que outro as furtasse, e que ele corresse em busca do ladrão. Acreditei por estar impresso.

[...] Depois mostraram-me a lista das cotações. Vi que não se vendem tantas como outrora, nem pelo preço antigo, mas há algum **negociozinho**, pequeno, sobre alguns lotes. Quem sabe o que elas serão ainda algum dia?

[...] **Tudo tem altos e baixos.**

[...] O certo é que mudei de opinião.

[...] No dia seguinte, depois do almoço, tirei da gaveta algumas centenas de mil-réis, e caminhei para a Bolsa, encomendando-me (é inútil dizê-lo) ao **Deus de Abraão, Isaac e Jacó**. Comprei um lote, a preço baixo, e particularmente prometi uma debênture de cera a São Lucas, se me fizer ganhar um **cobrinho** grosso. Sei que é imitar aquele homem que, há dias, deu uma chave de cera a São Pedro, por lhe haver deparado casa em que

morasse; mas eu tenho outra razão (ASSIS, 2015, v. IV, p. 846, grifo nosso).

Em crônica de 25 de junho de 1893, o tema é “aprender finanças”. O debate entre “metalistas” e “papelistas” continuava intenso sem sinais de arrefecimento em função da fusão dos bancos de emissão, que resultou no Banco da República do Brasil (BRB) com prejuízos para a sociedade. Neste contexto em que “semana é finanças” o cronista especula com a complexidade das finanças, com a linguagem do mundo financeiro e com os inúmeros impasses e dúvidas dos financistas. O narrador consulta uma pessoa sobre métodos de aprender finanças, que lhe responde com ironia, dizendo haver dois métodos, um fácil é outro difícil, além do único, que seria falar qualquer coisa, pois ninguém se entende em finanças. Retorna ao texto bíblico quando compara “aprender finanças” com uma missa assistida em latim por um católico. “Tudo é missa, tudo são finanças” e ninguém se entende sobre os assuntos. Escreve:

[...] Mas a pessoa a quem consultei sobre o método de aprender finanças, disse-me que havia dois, **além do único**.

[...] O mais fácil ensinava-me em duas horas ou menos, muito a tempo de escrever estas linhas; consistia em decorar um pequeno vocabulário de algebreria, e não entender a teoria do câmbio.

[...] O segundo método pedia mais algum tempo; era escrever um opúsculo sobre o déficit ou sobre os salvados, publicá-lo, e confiá-lo aos amigos, que fariam o resto. Como a maior parte dos homens não sabe finanças, disse-me ele, ainda que os sabedores me atacassem, o público ficava em dúvida, se a razão estava comigo ou com eles, porque de ambas as partes ouvia falar em conversão de dívida e impostos.

[...] Quando o católico ouve missa, uma vez que o padre diga o que está no missal, não quer saber se ele sabe latim, ou se quem o sabe, é o padre do altar fronteiro. **Tudo é missa, tudo são finanças** (ASSIS, 2015, v. IV, p. 927-928, grifo nosso).

Atento aos assuntos do **Encilhamento**, o cronista não discute os planos econômico-financeiros, suas leis e decretos, mas aponta para o comportamento humano, a ambiguidade frente aos acontecimentos, sempre com um olhar oblíquo, com provocações e críticas, quaisquer que fossem os planos e seus mentores. No texto se refere aos planos e leis que objetivavam regular e organizar os bancos de emissão, como uma questão de escolha do vocábulo, uns preferem encampação outros fusão, “Salvo o diabo, tudo é missa”. Escreve:

[...] Há um ano ouvi dizer o diabo de um **plano financeiro**; ouço agora dizer o diabo do plano contrário, e provavelmente dir-se-á o diabo de algum terceiro plano que apareça e vingue.

[...] **Salvo o diabo, tudo é missa.**

[...] Já cheguei a suspeitar que todos estão de acordo, não havendo outra divergência mais que na escolha do vocábulo, querendo uns que se diga **encampação**, em vez de **fusão**; outros fusão, em vez de encampação;

[...] mas pessoa que reputo hábil nestas matérias, afirmou-me que as duas palavras exprimem coisas diferentes, — o que eu acredito por ser pessoa, além de hábil, sisuda (ASSIS, 2015, v. IV, p. 928, grifo nosso).

Joga com os vocábulos papel-moeda e moeda-papel, descobrindo a diferença anos depois da crise do Souto de 1864, a falência da Casa Bancária A. C. Souto & Cia., que causou a falência de muitas companhias e cita com ironia “simples Rothschilds”, o maior banqueiro à época, que financiou o Brasil na Guerra do Paraguai. Por conta destes empréstimos entre o fim do Império e as primeiras décadas da República, os Rothschild foram os principais credores do Brasil. Escreve:

[...] Conheci um banqueiro... Era no tempo em que um homem só, ou com outro, podia ser banqueiro, sem incomodar acionistas, sem gastar papel com estatutos, sem dividendos, sem assembleias.

[...] **Simplets Rotschids.**

[...] Era banqueiro e voou na tormenta de 1864. Anos depois, descobria que havia **diferença entre papel-moeda e moeda-papel**, e não encontrava um amigo a quem não repetisse as duas formas.

[...] Depois de as repetir, explicava-as; depois de as explicar, repetia-as. Se tem demorado em banqueiro, talvez não as soubesse nunca. O que ele fazia com os **dois papéis**, farei eu com a **fusão** e a **encampação** (ASSIS, 2015, p. 928). (grifo nosso).

O texto transicional permanece presente, relacionando os vários assuntos tratados no conjunto da crônica. O narrador diz que vai aprender finanças, mas igualmente vai aprender a teoria da propriedade intelectual se referindo ao debate na Câmara sobre o direito de propriedade e aprender a ourives para falar sobre joias. Mas quando narrador pergunta, “Que mais irei aprender?”, chama o leitor a uma reflexão crítica, quanto retrata jovens aparentemente despreocupados se divertindo, indiferentes à complexidade das **finanças**. Escreve:

[...] **Que mais irei aprender?**

[...] Vejo as moças e os moços em volta da mesa, livro de sortes aberto, dados no copo, copo na mão, e o leitor do livro lendo o título da página: “Se alguém lhe ama em segredo”. [...]

[...] E riam moços e moças, e continuavam o copo, os dados, as quadras, o leitor do livro, o Rangel, o gracioso,

[...] até que todos iam dormir os seus sonos **desambiciosos**, sem querer saber da fusão, nem de encampação, nem de tratados literários, nem de joias, nem de Cleópatras, nem de nada (ASSIS, 2015, v. IV, p. 929, grifo nosso).

Foram anos de muitas transformações, bem capturadas pela literatura de diversos escritores e cronistas da época. Alguns registraram os acontecimentos em cores espetaculosas de forma superficial não isenta e passional, como o Visconde de Taunay, embaralhando ficção e realidade. Outros, como Machado de Assis trouxeram uma visão mais equilibrada e abrangente, como no romance **Esaú e Jacó**, em que destacou o impasse entre os olhares monarquistas e republicanos sobre a modernização e as inovações tecnológicas de *fin de siècle*. Com um olhar oblíquo, o escritor mostrou os possíveis pontos de vista, trabalhando com textos ficcionais

escrevia sobre os fatos do momento histórico que vivenciou. Não narrava os simples acontecimentos do dia a dia, mas especulava e refletia sobre eles. As crônicas machadianas apoiadas no cotidiano, provocavam os leitores à reflexão sobre a realidade econômico-financeiros e social do país.

4.4 DESESPERO: A BANCARROTA COM O ESTOURO DA BOLHA ESPECULATIVA

“21º. Mas remetei os vossos tesouros para algum banco de Londres, onde nem a ferrugem, nem a traça os consomem, nem os ladrões os roubam, e onde ireis vê-los no dia do juízo.”

Machado de Assis, O Sermão do Diabo, A Semana, 4 de setembro de 1892.

Os jornais à época publicavam com frequência notícias e reportagens alvissareiras sobre o momento, escreviam “a riqueza é a república”. Houve uma mudança profunda nos padrões morais e de honestidade, que foram observados na euforia especulativa, que escandalizavam velhos monarquistas, como o Visconde de Taunay, que com um certo exagero entendiam o fenômeno como uma degradação da alma nacional. Para José Murilo de Carvalho (1987), “[...] se deu a vitória do espírito capitalista desacompanhado da ética protestante [...]” (CARVALHO, 1987, p. 26). Coloca que no **Encilhamento**,

[...] desabrochou o espírito aquisitivo solto de qualquer peia de valores éticos, ou mesmo de cálculo racional que garantisse a sustentação do lucro a médio prazo. Era um capitalismo predatório, [...]. O que antes era feito com discrição, ou mesmo às escondidas, para fugir à vigilância dos olhos imperiais, agora podia ser gritado das janelas ou dos coches, era quase motivo de orgulho pessoal e de prestígio público. **Os heróis do dia eram os grandes especuladores da bolsa** (CARVALHO, 1987, p. 27, grifo nosso).

O estouro da bolha financeira do Encilhamento atingiu a sociedade como um imenso desastre. Inúmeros relatos de tragédias familiares e pessoais foram narrados em romances, folhetins e crônicas. O texto **Diário de um Zangão**, supostamente ficcional, publicado no jornal **O Tempo** em 24 de novembro de 1891, bem relatou o processo de formação da mania especulativa do **Encilhamento**: da euforia, com a conquista da fortuna aparente e efêmera, à bancarrota, com o desencanto e desespero pelas perdas incalculáveis. Narra as aventuras, antes, durante e depois da

bolha financeira, de um zangão, pessoa conhecida por intermediar negócios no **Encilhamento**, considerados injustamente por muitos os vilões do fenômeno. O narrador escreve:

[...] Janeiro, 1890 - Como é árida e triste a vida de um pobre caixeiro de armarinho! Os negros tiveram a sua lei de 13 de maio e nós não temos durante o ano inteiro um só dia de descanso para este áspero mourejar [...]

[...] Setembro, 1890 - Como é bela e agradável a vida! O pobre caixeiro de armarinho que vegetava desconhecido, pisa hoje nas ruas com a insolência de todas as riquezas, a da saúde, a da mocidade e a do dinheiro. Meu nome figura todos os dias nos jornais, nas descrições das festas do *high-life*, e sou o elegante, o simpático boursier, o cavalheiro de esmerada educação, das mais nobres e distintas qualidades.

[...] Abandonei a escura loja, mandei o patrão ao diabo e estou na Bolsa a comprar e vender títulos, e o dinheiro cai-me na carteira em uma chuva incessante como no deserto caía do céu o maná para o faminto povo de Israel [...]

[...] Tenho porcentagem do que vendo, como as 'diferenças' e 'roo a corda', quando é preciso. É certo que estas tramoias me têm custado alguns socos de fregueses malcriados [...]

[...] Maio, 1891 - Como são passageiras e rápidas as ilusões de felicidade na vida! Do alto da minha fortuna, como uma pedra que se desprende da montanha e que por uma força irresistível rola à terra, rodei eu até ser um simples fiscal de '*bonds*' da companhia de Botafogo [...]

[...] Nunca previ este *krach*, esse desmoronamento de companhias. Julgava eterna a febre da especulação e como a cigarra da fábula - cantava somente nos dias da prosperidade, sem nada guardar para os dias de infortúnio [...] (O TEMPO, 1891 apud CARVALHO, 2004 p.191-192).

No final do ano de 1890, a situação política do Brasil país se mostrava muito instável, as emissões bancárias e a expansão do crédito e a especulação com ações e títulos atingiram o seu maior nível considerados alarmantes. assim como o nível de especulação com ações e títulos. Uma combinação perfeita para que a bolha financeira estourasse e transformasse em pânico. A fagulha que desencadearia o processo, segundo Gustavo Franco e Luiz Corrêa Lago seria,

[...] o panorama internacional prestes a azedar, em razão de **dificuldades na Argentina** repercutindo seriamente no banco Baring Brothers, um dos mais importantes na praça de Londres. A **Crise Baring** foi uma das primeiras e mais interessantes **crises financeiras de características globais**, e não poderia deixar de atingir fortemente o Brasil, que vinha recebendo grandes volumes de capital estrangeiro que, a partir do início de 1891, subitamente desaparecerem.

[...] O impulso especulativo na bolsa foi sucumbindo diante do **colapso da taxa de câmbio**, e o **Parlamento** se debruçou sobre o assunto das emissões e suas consequências numa atmosfera de crescente apreensão e radicalização (FRANCO; LAGO, 2012, p.182-183, grifo nosso).

A crise política se aprofundou e o Ministro Rui Barbosa deixou o Ministério da Fazenda. O colapso na taxa câmbio reduziu o ímpeto especulativo na Bolsa e o Parlamento entabulou uma calorosa discussão sobre as emissões bancárias fora de controle e suas consequências, numa atmosfera de muita radicalização. O Marechal

Deodoro da Fonseca renunciou em favor de Floriano Peixoto, num episódio conhecido como o “Golpe da Bolsa”, causado pelos impasses no Parlamento sobre o destino dos bancos de emissão, assuntos retratados por Machado de Assis em suas crônicas. Os investimentos realizados pelos bancos em companhias promissoras ou fictícias e na concessão de crédito, continham as virtudes e os pecados do **Encilhamento**. As condições para o estouro da bolha especulativa estavam dadas pela crise cambial e bancária. Gustavo Franco e Luiz Corrêa do Lago (2012) afirmam que a crise cambial,

[...] deu impulso decisivo à derrocada do Encilhamento. A euforia converteu-se em pânico e as dificuldades com os grandes bancos ganharam prioridade para o novo ministro da Fazenda de Floriano Peixoto, Rodrigues Alves. Este proporia pela primeira vez, no começo de 1892, um esquema de clara coloração deflacionista de “encampação” do papel-moeda bancário, que, na verdade, era um plano para evitar o colapso do sistema bancário, provavelmente com estatização (FRANCO; LAGO, 2012, p. 185).

Em crônica de 04 de setembro de 1892 a intertextualidade e a ironia estão representadas no texto literário. Recebeu de Machado de Assis o título de **O Sermão do Diabo**, quando foi republicada no livro **Páginas Recolhidas** (1899), sem os parágrafos finais do texto original, que foram suprimidos pelo cronista. Trata-se de uma alegoria do **Encilhamento** transferida para um contexto paródico-religioso, associando a euforia especulativa ao “primeiro dia da criação” e ao eterno confronto entre Deus e o Diabo. O autor se inspira nos capítulos cinco e sete do “Evangelho de São Mateus”, conhecido como Sermão da Montanha. Altamir Andrade e Terezinha Silva (2016) afirmam que,

[...] a uma primeira leitura, pode-se pensar que a crônica é uma cópia exata do texto evangélico, mas isso revelaria, de saída, uma ingenuidade na abordagem do texto machadiano. Na verdade, trata-se de uma reprodução irreverente/paródica, que – no que tange à Bíblia –, não é um procedimento estranho a Machado de Assis (ANDRADE; SILVA, 2016, p. 62).

Em alguns dos ensinamentos do Diabo apresentados pelo escritor, percebe-se claramente uma aproximação entre os dois sermões, um eco do texto do evangelista São Mateus. Mas observa-se também que Machado de Assis, segundo Altamir Andrade e Therezinha Silva, faz uso de uma tradução mais literal do Evangelho (ANDRADE; SILVA, 2016). O narrador inicia dizendo com ironia, que lá vai o sermão do Diabo, “[...]” “1º. E vendo o Diabo a grande multidão de povo, subiu a um monte, por nome **Corcovado**, e, depois de se ter sentado, vieram a ele os seus discípulos. “2º. E ele abrindo a boca, ensinou, dizendo as palavras seguintes.” (ASSIS, 2015, v. II, p. 609, grifo nosso). E o Diabo inicia seus ensinamentos:

“4º. Bem-aventurados os afoitos, porque eles possuirão a terra.

“7º. Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e disserem todo o mal, por meu respeito.

“9º. Vós sois o sal do **money market**. E se o sal perder a força, com que outra coisa se há de salgar?

“10º. Vós sois a luz do mundo. Não se põe uma vela acesa debaixo de um chapéu, pois assim se perdem o chapéu e a vela

“13º. Ouvistes que foi dito aos homens: Amai-vos uns aos outros. Pois eu digo-vos: Comei-vos uns aos outros; melhor é comer que ser comido; o lombo alheio é muito mais nutritivo que o próprio.

“10º. Também foi dito aos homens: não matareis a vosso irmão, nem a vosso inimigo, para que não sejais castigados. Eu digo-vos que não é preciso matar o vosso irmão para ganhades o reino da terra; basta arrancar-lhe a última camisa.

“15º. Assim, se estiveres fazendo as tuas contas, e te lembrar que teu irmão anda meio desconfiado de ti, interrompe as contas, sai de casa, vai ao encontro de teu irmão na rua, restitui-lhe a confiança, e tira-lhe o que ele ainda levar consigo.

“16º. Igualmente ouvistes que foi dito aos homens: Não jurareis falso, mas cumpri ao Senhor os vossos juramentos.

“18º. Não façais as vossas obras diante de pessoas que possam ir contá-lo à polícia.

“20º. Não queirais guardar para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem, e donde os ladrões os tiram e levam.

“21º. Mas remetei os vossos tesouros para algum banco de Londres, onde nem a ferrugem, nem a traça os consomem, nem os ladrões os roubam, e onde ireis vê-los no dia do juízo.

“24º. Não queirais julgar para que não sejais julgados; não examineis os papéis do próximo para que ele não examine os vossos, e não resulte irem os dois para a cadeia, quando é melhor não ir nenhum.

“30º. Todo aquele que ouve estas minhas palavras, e as observa, será comparado ao homem sábio, que edificou sobre a rocha e resistiu aos ventos; ao contrário do homem sem consideração, que edificou sobre a areia, e fica a ver navios...” (ASSIS, 2015, v. II, p. 609-610, grifo nosso).

Nos demais ensinamentos do Diabo, o narrador relaciona-os ao contexto histórico do **Encilhamento** e aos aspectos do comportamento humano, a euforia especulativa e suas consequências. Os atos ilegais e imorais dos governantes, as encapações e fusões dos bancos, as leis e decretos com claro viés para os interesses dos acionistas fundadores, as assembleias que não deliberam, as companhias fictícias, estão retratadas no texto. Altamir Andrade e Therezinha Silva (2016) observam que o discurso do Diabo “[...] se apresenta de modo mais pragmático que o de Jesus. Além disso, a tônica dada ao aspecto monetário salta aos olhos. O seu discurso aponta para o fato de que em tudo é preciso levar vantagem” (ANDRADE; SILVA, 2016, p, 66). E o Diabo prossegue seus ensinamentos:

“3º. Bem-aventurados aqueles que embaçam, porque eles não serão embaçados.

“5º. Bem-aventurados os limpos das algibeiras, porque eles andarão mais leves.

“6º. Bem-aventurados os que nascem finos, porque eles morrerão grossos.

“11º. Não julgueis que vim destruir as obras imperfeitas, mas refazer as desfeitas.

“12º. Não acrediteis em sociedades arrebetadas. Em verdade vos digo que

todas se concertam, e se não for com remendo da mesma cor, será com remendo de outra cor.

“19º. Quando, pois, quiserdes tapar um buraco, entendei-vos com algum sujeito hábil, que faça treze de cinco e cinco.

“22º. Não vos fiéis uns nos outros. Em verdade vos digo, que cada um de vós é capaz de comer o seu vizinho, e boa cara não quer dizer bom negócio.

“23º. Vendei gato por lebre, e concessões ordinárias por excelentes, a fim de que a terra se não despovoe das lebres, nem as más concessões pareçam nas vossas mãos.

“25º. Não tenhais medo às assembleias de acionistas, e afagai-as de preferência às simples comissões, porque as comissões amam a vangloria e as assembleias as palavras.

“26º. As percentagens são as primeiras flores do capital; cortai-as logo para que as outras flores brotem mais viçosas e lindas.

“27º. Não deis conta das contas passadas, porque passadas são as contadas, e perpétuas as contas que se não contam.

“28º. Deixai falar os acionistas prognósticos; uma vez aliviados, assinam de boa vontade.

“29º. Podeis excepcionalmente amar a um homem que vos arranjou um bom negócio; mas não até o ponto de o não deixar com as cartas na mão, se jogardes juntos (ASSIS, 2015, v. II, p. 609-610, grifo nosso).

A intertextualidade aparece no texto, quando o narrador da crônica se refere a “Mefistófeles” do poema trágico “Fausto” de Johann Wolfgang von Goethe. Relata na segunda parte do poema, menos conhecida, que “Fausto” e “Mefistófeles” emprestam suas mentes e magia ao Imperador com vistas a ajudá-lo a recuperar o poder, em troca recebem direitos ilimitados de exploração territorial e de trabalhadores. Numa noite de carnaval, em combinação com Fausto, Mefistófeles “cria o papel-moeda” com a intenção de salvar o reino que passava por dificuldades financeiras. Após uma curta sensação de euforia pela solução dos graves problemas o reino acorda arruinado na manhã seguinte. Em uma interpretação em prosa do Fausto II de Goethe de Pietro Citati, Fausto diz sobre o papel-moeda,

[...] rápidas e festivas como raios de primavera, essas levíssimas folhas de papel espalham-se pelo império, [...] a economia moderna nasce, pois, nas últimas horas de uma noite de carnaval, na fantasia de um diabo que procura distrair o tédio de um Imperador sem pensamentos. (CITATI, 1990, apud FRANCO, 2018, p. 116)

É razoável pensar que Machado de Assis associou a figura de Mefistófeles aos males do Encilhamento. As referências ao Diabo relacionadas às inovações e as tribofes financeiras da época, foram muitas ao longo das crônicas machadianas. O papel-moeda era constantemente descrito como uma “criatura do mal” e seu caráter profano assustava. Portanto como bem coloca Gustavo Franco (2008), “[...] o que poderia ser mais próprio para a aventura do Encilhamento, o objeto da alegoria machadiana, onde o “evangelho” do Diabo, que lhe foi entregue por alguém alto magro que falava alemão como Mefistófeles?” (FRANCO, 2008, p. 116). O narrador escreve,

[...] aqui acaba o manuscrito que me foi trazido pelo próprio Diabo, ou alguém por ele; mas eu creio que era o próprio. **Alto, magro, barbícula ao queixo, ar de Mefistófeles.** Fiz-lhe uma cruz com os dedos e ele sumiu-se. Apesar de tudo, não respondo pelo papel, nem pelas doutrinas nem pelos erros de cópia (ASSIS, 2015, v. II, p. 609-610, grifo nosso).

Em trecho suprimido pelo escritor na republicação no livro **Páginas Recolhidas** (1899), continua com intertextualidade e ironia, dizendo que está em “dia de fantasmas”, pois lhe apareceu um senhor, que disse ser um defunto e se chamava Barão Louis. Uma referência ao Barão Louis-Henri des Saucles de Freyceinet (1755-1837), Ministro da Fazenda da França imediatamente após as Guerras Napoleônicas. Citado por Machado de Assis em outros textos é autor da máxima, “dai-me boa política e eu vos darei boas finanças”. O Barão Louis-Henri solicita ajuda ao narrador na divulgação de uma troca das palavras da citação por já estar muito entediado em ouvi-la, sugerindo, “dai-me boas finanças e eu vos darei boa política”. O narrador com peculiar ironia convoca os leitores à reflexão sobre a relação dinheiro e política, especulando sobre a ordem destas escolhas. Escreve:

[...] Já agora parece que estou em dia de fantasmas. Mal pingava o ponto final do outro parágrafo, quando me apareceu um senhor, que me disse ser defunto e haver-se chamado Barão Luis.

— Conheço muito, disse-lhe eu: tenho ouvido a sua celebre máxima: “Dai-me boa política e eu vos darei finanças”.

— Ah! meu caro senhor, acudiu o barão; essa máxima tem-me tirado o sono da eternidade. Já não a posso ouvir, sem tédio. Quer ajudar-me a publicar uma troca de palavras que fiz, mudando o sentido, a ver se pegam na segunda forma e deixam-me em descanso a primeira?

— Senhor barão...

— Escute-me.

— Em vez de: “**dai-me boa política e eu vos darei boas finanças**”, arranjei esta outra forma: “**Dai-me boas finanças e eu vos darei boa política**”. Promete-me?

— Pois não!

— Não esqueça: “**Dai-me boas finanças e eu vos darei boa política**”. (GLEDSON, 2013, p. 140-141, grifo nosso).

Em outra crônica de 03 de junho de 1894, a intertextualidade também está presente no texto literário. Foi escolhida pelo escritor para ser republicada no livro **Páginas Recolhidas** (1899), com o título **A cena do cemitério**. Trata-se de uma paródia com a primeira cena do quinto ato de Hamlet de William Shakespeare. A cena passa-se no cemitério, onde dois coveiros preparam a sepultura de Ofélia que suicidara. Os coveiros cantam enquanto abrem a cova e retiram caveiras, nisso chegam Hamlet e Horácio. Hamlet lastima o descaso dos coveiros com os crânios, que em vida possuíam língua e podiam cantar, como Yorick o bobo da corte de infinita jocosidade e lamenta a decadência dos homens que depois de mortos apodrecem e

não tem mais valor. A cena termina com a chegada do cortejo fúnebre e a briga entre Hamlet e Laerte, irmão de Ofélia. O narrador inicia a crônica com um conselho “não mistureis alhos com bugalhos”, ler notícias do “ano terrível”, referindo-se ao ano do Encilhamento e depois pegar um livro de Hamlet, “[...] essa mistura de **poesia e cotação, gente morta e dinheiro vivo** não poderia gerar nada de bom; eram alhos com bugalhos. Sucedeu o que era de esperar; tive um pesadelo [...]” (ASSIS, 2015, v. II, p. 611, grifo nosso). Escreve:

[...] Sonhei que era Hamlet; trazia a mesma capa negra, as meias, o gibão e os calções da mesma cor. [...] tinha a própria alma do príncipe de Dinamarca. [...] Até aí nada houve que me assustasse. Também não me aterrou ver, ao pé de mim, vestido de Horácio, o meu fiel criado José. Achei natural: ele não o achou menos.

[...] Saímos de casa para o cemitério; atravessamos urna rua que nos pareceu ser a Primeiro de Março e entramos em um espaço que era metade cemitério, metade sala. Nos sonhos há confusões dessas, imaginações duplas ou incompletas, mistura de coisas opostas, dilacerações, desdobramentos inexplicáveis; mas, enfim, como eu era Hamlet e ele Horácio, tudo aquilo devia ser cemitério. Tanto era, que ouvimos logo a um dos coveiros esta estrofe:

**Era um título novinho,
Valia mais de oitocentos;
Agora que está velhinho**

Não chega a valer duzentos (ASSIS, 2015, v. II, p.611, grifo nosso).

O narrador como Hamlet e o “amigo José” como Horácio ficaram ouvindo a conversa dos coveiros, como na tragédia de Hamlet. Mas no pesadelo eram coveiros e corretores ao mesmo tempo que tratavam de ossos e papéis. Narravam cenas do Encilhamento, como de uma Companhia Promotora das Batatas em que os donos não foram plantar batatas, pois se plantassem era certa a decadência, uma possível referência ao famoso bordão da teoria do “humanitismo” de **Quincas Borba** (1891) “ao vencedor as batatas”. Escreveu:

[...] A um deles ouvia bradar que tinha trinta ações da Companhia Promotora das **Batatas** Econômicas. Respondeu-lhe outro que dava cinco mil réis por elas. Achei pouco dinheiro e disse isto mesmo a Horácio, que me respondeu, pela boca de José: “Meu senhor, as **batatas** desta companhia foram prósperas enquanto os portadores dos títulos não as foram plantar. A economia da nobre instituição consistia justamente em não plantar o precioso tubérculo; uma vez que o plantassem, era indício certo da decadência e da morte” (ASSIS, 2015, v. II, p.611, grifo nosso).

A conversa entre os coveiros prosseguiu, comentavam sobre os bancos e os respectivos títulos negociados que “não eram bem títulos nem bem caveiras”, eram as duas coisas juntas. Faziam trocadinhos, como os de William Shakespeare, diziam que o Banco Pontual “foi realmente pontual até o dia que passou do ponto à reticência”. Escreve:

[...] do Banco Único, do Banco Eterno, do Banco dos Bancos, e os respectivos títulos eram vendidos ou não, segundo oferecessem por eles sete tostões ou duas patacas. **Não eram bem títulos nem bem caveiras; eram as duas coisas juntas**, uma **fusão** de aspectos, **letras com buracos de olhos, dentes por assinaturas**. Demos mais alguns passos, até que eles nos viram. Não se admiraram; foram indo com o trabalho de cavar e vender. — Cem da Companhia Balsâmica! — Três mil réis. - São suas. — Vinte e cinco da Companhia Salvadora! — Mil réis! — Dois mil réis! — Dois mil e cem! — E duzentos! — E quinhentos! — São suas. [...]

[...] Dez do **Banco Pronto** Alívio! Não dão nada, meus senhores? -- Pronto Alívio! senhores... Quanto dão? Dois tostões! Oh! não! não! valem mais! Pronto Alívio! Pronto Alívio!” O homem calou-se afinal, não sem ouvir de outro coveiro que, como alívio, o banco não podia ter sido mais pronto. Faziam trocadilhos, como os coveiros de Shakespeare. Um deles, ouvindo apregoar sete ações do Banco Pontual, disse **que tal banco foi realmente pontual até o dia em que passou do ponto à reticência** (ASSIS, 2015, v. II, p.612, grifo nosso).

Continua ironicamente dizendo que outros títulos ou caveiras brotaram da terra, surgiu a Companhia Exploradora do Além-Túmulo, por exemplo, com o objetivo de comprar um lote de trinta metros quadrados no Paraíso, no entanto, dizem que o caixa da empresa resolveu fugir para a Europa com todo o capital subscrito. Enquanto um coveiro contava esta história o outro gritava “uma debênture! uma debênture!” Uma referência a Companhia Geral de Estradas de Ferro, a maior falência do Encilhamento. O narrador, cheio de melancolia como Hamlet diz,

[...] — Alas, poor Iorick! Eu a conheci, Horácio. Era um título magnífico. Estes buracos de olhos foram algarismos de brilhantes, safiras e opalas. Aqui, onde foi nariz, havia um promontório de marfim velho lavrado; eram de nácar estas faces, os dentes de ouro, as orelhas de granada e safira. Desta boca saíam as mais sublimes promessas em estilo alevantado e nobre. Onde estão agora as belas palavras de outro tempo? Prosa eloquente e fecunda, onde param os longos períodos, as frases galantes, a arte com que **fazias ver a gente cavalos soberbos com ferraduras de prata e arreios de ouro? Onde os carros de cristal, as almofadas de cetim?** (ASSIS, 2015, v. II, p.612, grifo nosso).

O cronista usou em seus textos literários os atributos estéticos da subjetividade, ficcionalidade, intertextualidade, relativismo, alegorias, transições, ironia, ceticismo, pessimismo para escrever sobre as questões fraudulentas, que uma mania especulativa é capaz de produzir ao longo de todo o processo, da euforia à bancarrota. Machado de Assis em crônica de 01 de maio de 1892 escreve que o finado tapume “[...] faz lembrar um tempo alegre e agitado, tão alegre e agitado quão triste e quieto é o tempo presente. [...] Cessou tudo por um efeito mágico. Os músicos foram-se embora, e os pares voltaram para casa. Só o acionista ficou, [...]” (ASSIS, 2015, v. IV, p. 824). O Encilhamento produziu a venda de ações e debêntures fictícias, a criação de companhias que não existiram de fato, a liquidação de empresas que beneficiavam apenas os fundadores.

Registrou em seus textos os acontecimentos, não como um simples relato da história econômico-financeira e social de uma época, mas retratando a ambiguidade do comportamento humano frente à bolha financeira. Não foi um analista dos fatos, não buscava defender causas, não se entregava a polêmicas, não propunha alternativas aos assuntos tratados. Com seu olhar oblíquo, sempre respondia às questões com alegorias e imagens, muitas vezes em transição com outros acontecimentos do dia a dia, especulava, criticava e provocava os leitores à reflexão.

5. CONCLUSÃO

“A vida, [...], é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra.”

Machado de Assis, Teoria do Medalhão, 18 de dezembro de 1881.

As argumentações, apresentadas nesta dissertação foram orientadas pela hipótese de que é possível analisar as crônicas machadianas deste período como elemento norteador para melhor compreender o olhar do escritor sobre as transformações econômico-financeiras das duas últimas décadas do século XIX, em especial o fenômeno do **Encilhamento**, uma mania especulativa. As reflexões, críticas, provocações do cronista tinham foco no comportamento humano, expressavam-se muitas vezes de uma maneira enganosa, utilizando dos fatos cotidianos como apoio ao olhar oblíquo sobre as transformações de seu tempo, falavam à alma.

As obras literárias selecionadas para o desenvolvimento do estudo permitiram observar o quanto podem ser atuais e relevantes para a percepção e ampliação do entendimento das relações humanas. Aqui, em especial, por se tratar do cânone Joaquim Maria Machado de Assis, que buscou ao longo de toda sua obra literária especular e refletir sobre o comportamento humano, a alma humana, frente às situações vivenciadas no dia a dia. Os conceitos escolhidos e que indicaram o caminho da dissertação foram os que trataram da relação entre literatura e sociedade, em que a criação literária seria uma relação entre grupos receptores, os leitores e grupos criadores, os autores.

O trabalho proporcionou um grande aprendizado ao longo do caminho percorrido durante o estudo, entendemos, também, o quanto ainda pode ser desenvolvido, já que o assunto finanças é dominante nas crônicas de Machado de Assis do período estudado. A transdisciplinaridade - aqui em especial entre economia, finanças, história e literatura -, evidencia a importância de projetos que relacionem os temas e suas respectivas áreas do conhecimento, dentro de um Programa de Mestrado em Letras.

Não se esgotou o objeto de estudo desta pesquisa, que merece novas

especulações e hipóteses de trabalho. Também não se tratou de uma pesquisa exaustiva, mas uma leitura literária das obras machadiana, em especial as crônicas, em diálogo com a economia e as finanças na época do **Encilhamento**, ressaltado o fato de que foram escritas por Machado de Assis *a posteriori* ao fenômeno. A relação entre os dois últimos romances do escritor, **Esau e Jacó** (1904) e **Memorial de Aires** (1908), e as crônicas, principalmente da última série **A Semana**, possibilita a colocação de uma hipótese, que o escritor ambientou os personagens no mundo financeiro e para tanto promoveu testes e ensaios com os textos das crônicas. Portanto, apresentam-se possibilidades de novas investigações e pesquisas, o que demonstra a importância do enfoque transdisciplinar, que norteou esta dissertação nos estudos de literatura.

Cabe ressaltar os autores e seus pensamentos que contribuíram sobremaneira para uma melhor compreensão do horizonte traçado para a pesquisa. Antônio Candido destacou que o estudo sociológico da arte, aqui a literatura, nos apresenta instrumentos para o entendimento da formação e do destino das obras literárias, apesar de não explicar a essência do fenômeno artístico. Considerar só os fatores internos das obras, mostra-se incompleto, fatores externos são necessários para entender as obras e seus autores, as correntes e os períodos. Raymundo Faoro entendia Machado de Assis além de uma visão do processo histórico e conhecedor dos costumes da sociedade, para o autor seus textos indicavam um olhar cético, as vezes pessimista e com uma carga de nostalgia, mas mediado por sua estética e atributos literários.

Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi, reforçam em seus estudos críticos as relações entre a obra de Machado de Assis e os processos sociais e históricos do Brasil, reforçando as características realistas do escritor. Schwarz indica que a ironia machadiana é alimentada por uma visão crítica da sociedade brasileira e pela vontade política do escritor. Gledson associa o realismo machadiano à intenção de uma crítica social, mas oblíqua e enganosa que comporta uma dimensão social, psicológica e satírica, demonstrando uma clara intencionalidade em seus textos. Bosi trabalha com a ideia de um realismo aberto de Machado de Assis, indicando que o escritor não apresenta uma visão apriorística a respeito das coisas, sendo difícil imputar com exatidão uma posição ideológica ao escritor. O social neste sentido se tornaria uma das dimensões do realismo machadiano, mas destaca a importância de outras como as psicológicas, filosóficas e existenciais nos textos machadianos.

Esta dissertação representada pelas crônicas machadianas procurou mostrar as transformações de uma época, em especial os acontecimentos do Encilhamento, evidenciadas entre os textos literários e o contexto. Nota-se que as relações entre o texto e o ambiente histórico-social não são explicitamente colocadas por Machado de Assis, dependendo da interpretação e percepção dos leitores, o que torna o estudo relevante. O escritor através de seus textos, utilizando-se da forma textual com atributos literários, da formação de escritor e crítico e do contexto, possibilitou aos leitores refletir sobre os fatos, sempre com um olhar oblíquo, muitas vezes enganoso, que especulava sobre as dificuldades do assunto finanças.

Na segunda seção desta dissertação discutiu-se literatura e sociedade na obra de Machado de Assis, relacionando o escritor e sua obra com seus olhares e pensamentos e o homem e seu contexto, o seu tempo e posições. Realizou-se um levantamento detalhado da fortuna crítica das obras, com teses, artigos, ensaios e análises dos textos machadianos, imprescindíveis para a compreensão da vida e obra de Machado de Assis. Neste percurso surgiram opiniões divergentes sobre o escritor, alguns diziam que não se posicionava sobre as questões de seu país, outros que sempre esteve atento as transformações de seu tempo, com críticas e reflexões em textos elegantes e estéticos.

Foi abordada na terceira seção desta dissertação a crônica, um gênero literário, sua importância para a literatura, em especial a brasileira, suas origens, características e atributos e sua estreita conexão com o cotidiano. No início tratava-se de relatos históricos, que se transformaram ao longo do tempo em textos ficcionais e filosóficos sobre temas variados. Discutiu-se também as crônicas machadianas, a forma e os atributos estéticos de sua escrita literária, que versavam sobre uma diversidade de assuntos tratados nos jornais da época, dos costumes à política, passando pelos caminhos tortuosos das finanças e dos negócios. O escritor narrava os fatos do cotidiano, não apenas como um relato da história, mas com um olhar oblíquo retratava o comportamento humano face às transformações de seu tempo.

Na seção final contemplaram-se os conceitos e os processos de formação de uma mania (euforia, bolha) especulativa (financeira) no Brasil e no mundo, da euforia à bancarrota. Realizou-se uma anatomia do fenômeno do **Encilhamento**, consequência das transformações econômico-financeiras, políticas e sociais, que dominaram a atmosfera do *fin de siècle*, em que a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República acabaram por impulsionar reformas com a aprovação de

leis e decretos, que visavam à expansão do crédito, abertura da economia e criação de companhias, com o objetivo de promover a industrialização e o crescimento do país. Neste período os títulos, debêntures, companhias anônimas, assembleias de acionistas, emissões de dinheiro, bancos de emissão, fusões, encampação, tornaram-se os assuntos preferenciais nas conversas dos salões e nas notícias publicada nos jornais. Também foram retratadas pelas crônicas de Machado de Assis, que especulava com os assuntos, apresentando um olhar oblíquo sobre o comportamento humano frente aos acontecimentos. Analisou-se nas crônicas selecionadas os atributos estéticos da subjetividade, ficcionalidade, intertextualidade, relativização, alegorias, transições, ironia, ceticismo, pessimismo, utilizados pelo cronista para narrar, em primeira pessoa, os fatos ocorridos durante o **Encilhamento**.

O exame proposto por esta dissertação contribui para um melhor entendimento das transformações de uma época através das crônicas machadianas. Machado de Assis, com foco no comportamento humano, utilizava os fatos do cotidiano, estes como sustentação para suas provocações à reflexão dos leitores. Relativizava os pontos de vistas, especular era essencial para o escritor, forma textual e realidade social estavam juntas em seus textos, criar polêmica, provocar, desafiar os leitores era uma constante. O olhar do escritor foi, como os fatos do cotidiano narrados, importante na análise das crônicas. Muitos autores o definiam como lateral, arrevesado, móvel, oblíquo, irônico e crítico, que não narrava um único ponto de vista, que não se vinculava a uma determinada ideologia, mas encenava o drama de vários pontos de vista e ideologias, provocando nos leitores uma reflexão crítica, que buscava a interpretação dos fatos sobre vários ângulos. Firme em suas convicções, não usava a imprensa como uma tribuna, mantendo uma distância crítica do poder e da política, mas sem se ausentar da história que ajudava a construir.

Machado de Assis, sempre à frente de seu tempo, nos auxilia a pensar o nosso tempo pela sua enorme capacidade de mostrar a complexidade de sua época e por um profundo conhecedor da alma humana. Seus textos literários se mostram atuais, por refletirem o comportamento humano frente às situações do cotidiano. A dissertação foi escrita em um período de grandes desafios e dificuldades na História da humanidade, após o surgimento da Pandemia do coronavírus, uma nova crise sanitária mundial de grandes proporções, que assusta e provoca profundas reflexões sobre o comportamento humano. Algumas semelhanças podem ser observadas entre os dois períodos, o do **Encilhamento**, narrado nas crônicas por Machado de Assis e

o da Pandemia, uma crise sanitária, ambos com graves consequências econômico-financeiras e sociais. A primeira está na ausência de conexão das pessoas com as gerações futuras, o individualismo selvagem sobrepondo o coletivo, os ganhos oportunistas, fáceis e rápidos do **Encilhamento** e o lucro nos negócios acima da preservação da vida e da saúde. A segunda refere-se à prática de corrupção, do favor, que em crises como estas despertam sentimentos pouco nobres na busca de vantagens (lambujens) indevidas, as fraudes aumentam às custas da ganância de uns e da inocência e desinformação de muitos. Ambas as crises geram incertezas com grande potencial de afetar negativamente as expectativas quanto ao futuro.

Mergulhar nos textos machadianos durante a realização desta pesquisa foi uma experiência gratificante, enriquecedora e transformadora. Machado de Assis, se não é indispensável, é imperdível, para aqueles que buscam perceber e talvez compreender o comportamento humano, a alma humana, seus desvios e atalhos. O Bruxo do Cosme Velho me encontrou, foi professor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Altamir C.; SILVA, Terezinha V. Z. O Sermão do Diabo: uma irreverência machadiana. **VERBO DE MINAS**, Juiz de Fora, v. 17, n. 30, p. 60-70, ago./dez. 2016.

ARRIGUCCI JR, David. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. **Enigma e comentário**: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memorial de Aires**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

_____. **Esau e Jacó**. 5. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

_____. O jornal e o livro. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 2015. p. 991-996. Publicado originalmente em Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 10 e 12 de Janeiro de 1859.

_____. A reforma pelo jornal. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 2015. p. 1017-1019. Publicado originalmente em O Espelho, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1859.

_____. O Folhetinista. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 2015. p. 1005-1007. Publicado originalmente em O Espelho, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1859.

_____. Crônicas. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 72-75. Publicado originalmente em O Futuro, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1862.

_____. O ideal do crítico. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 2015. p. 1080-1083. Publicado originalmente em Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1865.

_____. Notícia da atual literatura brasileira - Instinto de nacionalidade. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 2015, p. 1177-1184. Publicado originalmente em O Novo Mundo, Rio de Janeiro, 10 e 24 de março de 1873.

_____. Balas de Estalo. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 2015. p. 562-563. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1885.

_____. A semana. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 757-758. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1888.

_____. A semana. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 823-825. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1892.

_____. A semana. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 836-838. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1892.

_____. A semana. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 845-847. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1892.

_____. A semana. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 850-851. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1892.

_____. O sermão do Diabo. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. II, 2015. p. 609-610. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 04 de setembro 1892.

_____. A semana. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 855-856. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1892.

_____. A semana. In:_____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 866-868. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1892.

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 879-880. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 11 de dezembro 1892.

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 881-883. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1892.

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 884-886. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 01 de janeiro 1893.

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 893-894. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1893.

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 919-920. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 21 de maio 1893.

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 927-929. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1893.

_____. A cena do cemitério. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. II, 2015. p. 611-613. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 03 de junho 1894.

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 1053-1055. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 16 de dezembro 1894

_____. A semana. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. v. IV, 2015. p. 1141-1142. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1895.

_____. O Velho Senado. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa.** Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. II, 2015. p. 580-586. Publicado originalmente em Revista Brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1898.

_____. Última crônica. In: _____. ASSIS. Machado de. **Obra completa.** Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 2015. p. 1300-1302. Publicado originalmente em Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1900.

BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. **Crônica: História, Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Scipione Ltda, 1993.

BETELLA K. Gabriela. **Bons Dias!** O funcionamento da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

_____. **Narradores de Machado de Assis.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Nankin, 2007.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis: o enigma do olhar.** 4. ed. São Paulo: Editora Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2007.

BRAYNER, Sônia. Machado de Assis: Um cronista de quatro décadas. In: _____. et al: **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.407- 417.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

_____. A vida ao rés-do-chão. In: _____. et al. **A crônica: sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.12-22.

_____. **Esquema Machado de Assis** In: _____. Vários Escritos. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 15-32.

CARVALHO. José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Ney. **O encilhamento: anatomia de uma bolha brasileira.** São Paulo: Bolsa de Valores de São Paulo, 2004.

CHANCELLOR, Edward. **Salve-se quem puder**: uma história da especulação financeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: _____. ASSIS, Machado de Assis de. *Obra Completa*. Organização de Afrânio Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1994. p. 327.

CRUZ JR, Dilson F. **Estratégias e Máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo: Nankin Editorial/ Humanitas FFLCH/USP, 2002.

FACIOLI, Valentim. A crônica. In: _____. et al. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FRANCO, H. B. Gustavo. **A economia em Machado de Assis**: o olhar oblíquo do acionista. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FRANCO, H. B. Gustavo; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O Progresso Econômico / A Economia da Primeira República, 1889-1930. In: _____. **A abertura para o mundo: 1889-1930. História do Brasil Nação: 1808-2010**. v. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GIANNETTI, Eduardo. Um prefácio para Dom Casmurro. In: _____. **O elogio do vira-Lata e outros ensaios**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.121-133.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Machado de Assis, o escritor que nos lê**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GLEDSON, John. "A semana" 1892-93. Uma introdução aos primeiros dois anos da série. In: _____. **Por um novo Machado de Assis**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 207-235.

_____. **50 contos de Machado de Assis**: seleção, introdução e notas. John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Machado de Assis**: Impostura e Realismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Machado de Assis**: A semana, crônicas (1892-1893). Edição, introdução e Notas de John Gledson. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

_____. **Machado de Assis, Crônicas Escolhidas**: Seleção, organização, introdução e notas de John Gledson. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2013.

GRANJA, Lúcia. Machado de Assis, jornalista: o homem, o texto, o tempo. In: _____. **Revista Olho d'Água**. São José do Rio Preto, SP: UNESP, v. 1, n. 2, p.75- 81, 2009.

_____. **A Rodas dos Jornais (e teatros)**: Machado de Assis escritor em formação. 1997. 310 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, São Paulo, 1997.

KINDLEBERGER Charlie P; ALIBER Robert Z. **Manias, pânico e crises**. 6 ed. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPES, Leandro de Oliveira. Machado de Assis, a crítica e o jornalismo: O papel do jornal segundo a crítica machadiana. In: _____. **Linguagens. Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, SC: v.11, n.3, p. 586-598, set./dez 2017.

MOISÉS, Massaud. A crônica. In: _____. **A criação Literária**: 9. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1978, p. 245-258.

NOGUEIRA, Eloisa Alves. **O eu e o outro**: o legado de dois pais contato por Machado de Assis e Godofredo Rangel. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Centro Universitário UniAcademia, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis**: estudo crítico e biográfico. 6. ed. 1. reimp. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

_____. **Prosa de ficção (de 1870 a 1920)**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1957.

PEREIRA, Wellington. **Crônica**: Arte do útil e do fútil? João Pessoa. Paraíba: Ideia Editora Ltda, 1994.

PONCIONI, Cláudia. **Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade cronistas**. Revista Verbo de Minas. Juiz de Fora, MG. v. 7, n. 13, jan/jun. 2008.

PIZA, Daniel. **Machado de Assis: um gênio brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

REDMOND, William Valentine. Aspectos da Crônica no Brasil: Uma reflexão crítica. **VERBO DE MINAS**, Juiz de Fora, v. 9, n. 17. p. 133-142, jan./jun. 2010.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. 6. ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1999.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis 4. ed. 1. reimp. 2001. São Paulo: Editora 34, 2000.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Escritas do "EU": A crônica Machadiana entre a literatura e o jornalismo. **Revista de Literatura, História e Memória. Narrativas de extração histórica**. Cascavel, PR: Unioeste, v. 4, n. 4, p. 171-183, 2008.

SILVA, Ivete Helau da. **Machado de Assis: o cronista míope**. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2002.

VERÍSSIMO, José. **Um novo livro do Sr. Machado de Assis**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1892, p. 1-2.

TAUNAY, Visconde de. **O Encilhamento: Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1971.

ANEXOS

Crônica de 31 de julho de 1892, A Semana, Gazeta de Notícias.

Esta semana furtaram a um senhor que ia pela rua mil debêntures; ele providenciou de modo que pôde salvá-los. Confesso que não acreditei na notícia, a princípio; mas o respeito em que fui educado para com a letra redonda fez-me acabar de crer que se não fosse verdade não seria impresso. Não creio em verdades manuscritas. Os próprios versos, que só se fazem por medida, parecem errados, quando escritos à mão. A razão por que muitos moços enganam as moças e vice-versa é escreverem as suas cartas, e entregá-las de mão a mão, ou pela criada, ou pela prima ou por qualquer outro modo, que no meu tempo, era ainda inédito. Quem não engana é o namorado da folha pública: “Querida X, não foste hoje ao lugar do costume; esperei até às três horas. Responde ao teu Z.” E a namorada: “Querido Z. Não fui ontem por motivos que te direi à vista. Sábado, com certeza, à hora costumada; não faltes. Tua X”. Isto é sério, claro, exato, cordial.

A razão que me fez duvidar a princípio foi a noção que me ficou dos negócios de debêntures. Quando este nome começou a andar de boca em boca, até fazer-se um coro universal, veio ter comigo um chacareiro aqui da vizinhança e confessou que, não sabendo ler, queria que lhe dissesse se aqueles papéis valiam alguma coisa. Eu, verdadeiro eco da opinião nacional, respondi que não havia nada melhor; ele pegou nas economias e comprou uma centena delas. Cresceu ainda o preço e ele quis vendê-las; mas eu acudi a tempo de suspender esse desastre. Vender o quê? Deixasse estar os papéis que o preço ia subir por aí além. O homem confiou e esperou. Daí a tempo ouvi um rumor; eram as debêntures que caíam, caíam, caíam... Ele veio procurar-me, debulhado em lágrimas; ainda o fortaleci com uma ou duas parábolas, até que os dias correram, e o desgraçado ficou com os papéis na mão. Consolou-se um pouco quando eu lhe disse que metade da população não tinha outra atitude.

Pouco tempo depois (vejam o que é o amor a estas coisas!) veio ter comigo e proferiu estas palavras:

— Eu já agora perdi quase tudo o que tinha com as tais debêntures; mas ficou-me sempre um cobrinho no fundo do baú, e como agora ouço falar muito em habeas corpus, vinha, sim, vinha perguntar-lhe se esses títulos são bons, e se estão caros ou baratos.

— Não são títulos.

— Mas o nome também é estrangeiro.

— Sim, mas nem por ser estrangeiro, é título; aquele doutor que ali mora defronte é estrangeiro e não é título.

— Isso é verdade. Então parece-lhe que os habeas-corpus não são papéis? — Papéis são; mas são outros papéis.

A ideia de debênture ficou sendo para mim a mesma coisa que nada, de modo que não compreendia que um senhor andasse com mil debêntures na algibeira, que outro as furtasse, e que ele corresse em busca do ladrão. Acreditei por estar impresso. Depois mostraram-me a lista das cotações. Vi que não se vendem tantas como outrora, nem pelo preço antigo, mas há algum negociozinho, pequeno, sobre alguns lotes. Quem sabe o que elas serão ainda algum dia? Tudo tem altos e baixos.

O certo é que mudei de opinião. No dia seguinte, depois do almoço, tirei da gaveta algumas centenas de mil-réis, e caminhei para a Bolsa, encomendando-me (é inútil dizê-lo) ao Deus Abraão, Isaac e Jacó. Comprei um lote, a preço baixo, e particularmente prometi uma debênture de cera a São Lucas, se me fizer ganhar um cobrinho grosso. Sei que é imitar aquele homem que, há dias, deu uma chave de cera a São Pedro, por lhe haver deparado casa em que morasse; mas eu tenho outra razão. Na semana passada falei de uns casais de pombas, que vivem na igreja da Cruz dos Militares, aos pés de São João e São Lucas. Uma delas, vendo-me passar, quando voltava da Bolsa, desferiu o vôo, e veio pousar-me no ombro; mostrou-se meio agastada com a publicação, mas acabou dizendo que naquela rua, tão perto dos bancos e da praça, tinham elas uma grande vantagem sobre todos os mortais. Quaisquer que sejam os negócios, — arrulhou-me ao ouvido, — o câmbio para nós está sempre a 27.

Não peço outra coisa ao apóstolo; câmbio a 27 para mim como para elas, e terá a debênture de cera, com inscrições e alegorias. Veja que nem lhe peço a cura da tosse e do coriza que me afligem, desde algum tempo. O meu talentoso amigo Dr. Pedro Américo disse outro dia na Câmara dos Deputados, propondo a criação de um teatro normal, que, por um milagre de higiene, todas as moléstias desaparecessem, “não haveria faculdade, nem artifícios de retórica capazes de convencer a ninguém das belezas da patologia nem da utilidade da terapêutica”. Ah! meu caro amigo! Eu dou todas as belezas da patologia por um nariz livre e um peito desabafado. Creio na utilidade da terapêutica; mas que deliciosa coisa é não saber que ela existe, duvidar dela e até negá-la! Felizes os que podem respirar! bem-aventurados os que não tosem! Agora mesmo interrompi o que ia escrevendo para tossir; e, continuo a escrever de boca aberta para respirar. E falam-me em belezas da patologia... Francamente, eu prefiro as belezas da Batalha de Avaí.

A rigor, devia acabar aqui; mas a notícia que acaba de chegar do Amazonas obriga-me a algumas linhas, três ou quatro. Promulgou-se a Constituição, e, por ela, o governador passa-se a chamar presidente do Estado. Com exceção do Pará e Rio Grande do Sul, creio que não falta nenhum. Sono tutti fatti marchesi. Eu, se fosse presidente da República, promovia a reforma da Constituição, para o único fim de chamar-me governador. Ficava assim um governador cercado de presidentes, ao contrário dos Estados Unidos da América, e fazendo lembrar o imperador Napoleão, vestido com a modesta farda lendária, no meio dos seus marechais em grande uniforme.

Outra notícia que me obriga a não acabar aqui, é a de estarem os rapazes do comércio de São Paulo fazendo reuniões para se alistarem na guarda nacional, em desacordo com os daqui, que acabam de pedir dispensa de tal serviço. Questão de meio; o meio é tudo. Não há exaltação para uns nem depressão para outros. Duas coisas contrárias podem ser verdadeiras e até legítimas conforme a zona. Eu, por exemplo, execro o mate chimarrão, os nossos irmãos do Rio Grande do Sul acham que não há bebida mais saborosa neste mundo. Segue-se que o mate deve ser sempre uma ou outra coisa? Não; segue-se o meio; o meio é tudo.

Crônica de 14 de agosto de 1892, A Semana, Gazeta de Notícias.

Semana e finanças são hoje a mesma coisa. E tão graves são os negócios financeiros, que escrever isto só, pingar-lhe um ponto e mandar o papel para a

imprensa, seria o melhor modo de cumprir o meu dever. Mas o leitor quer os seus poetas menores. Que os poetas magnos tratem os sucessos magnos; ele não dispensa aqui os assuntos mínimos, se os houve, e, se os não houve, a reflexões leves e curtas. Força é reproduzir o famoso Marche! Marche! de Bossuet... Perdão, leitor! Bossuet! eis-me aqui mais grave que nunca.

E por que não sei eu finanças? Por que, ao lado dos dotes nativos com que aprouve ao céu distinguir-me entre os homens, não possuo a ciência financeira? Por que ignoro eu a teoria do imposto, a lei do câmbio, e mal distingo dez mil-réis de dez tostões? Nos bonds é que me sinto vexado. Há sempre três e quatro pessoas (principalmente agora) que tratam das coisas financeiras e econômicas, e das causas das coisas, com tal ardor e autoridade, que me oprimem. É então que eu leio algum jornal, se o levo, ou rôo as unhas, — vício dispensável; mas antes vicioso que ignorante.

Quando não tenho jornal, nem unhas, atiro-me às tabuletas. Miro ostensivamente as tabuletas, como quem estuda o comércio e a indústria, a pintura e a ortografia. E não é novo este meu costume, em casos de aperto. Foi assim que um dia, há anos, não me lembra em que loja, nem em que rua, achei uma tabuleta que dizia: Ao Planeta do Destino. Intencionalmente obscuro, este título era uma nova edição da esfinge. Pensei nele, estudei-o, e não podia dar com o sentido, até que me lembrou virá-lo do avesso: Ao Destino do Planeta. Vi logo que, assim virado, tinha mais senso; porque, em suma, pode admitir-se um destino ao planeta em que pisamos... Talvez a ciência econômica e financeira seja isto mesmo, o avesso do que dizem os discutidores de bonds. Quantas verdades escondidas em frases trocadas! Quanto fiz esta reflexão, exultei. Grande consolação é persuadir-se um homem de que os outros são asnos.

E aí estão quatro tiras escritas, e aqui vai mais uma, cujo assunto não sei bem qual seja, tantos são eles e tão opostos. Vamos ao Senado. O Senado discutiu o chim, o arroz, e o chá, e naturalmente tratou da questão da raça chinesa, que uns defendem e outros atacam. Eu não tenho opinião; mas nunca ousei falar de raças, que me não lembre do Honório Bicalho. Estava ele no Rio Grande do Sul, perto de uma cidade alemã. Iam com ele moças e homens a cavalo — viram uma flor muito bonita no alto de uma árvore, Bicalho ou outro quis colhê-la, apoiando os pés no dorso do cavalo, mas não alcançava a flor. Por fortuna, vinha da povoação um moleque, e o Bicalho foi ter com ele.

— Vem cá, trepa àquela árvore, e tira a flor que está em cima...

Estacou assombrado. O moleque respondeu-lhe em alemão, que não entendia português. Quando Bicalho entrou na cidade, e não ouviu nem leu outra língua senão a alemã, a rica e forte língua de Goethe e de Heine, teve uma impressão que ele resumia assim: “Achei-me estrangeiro no meu próprio país!” Lembram-se dele? Grande talento, todo ele vida e espírito.

Isto, porém, não tem nada com os chins, nem os judeus, nem particularmente com aquela moça que acaba de impedir a canonização de Colombo. Hão de ter lido o telegrama que dá notícia de haver sido posta de lado a ideia de canonização do grande homem, por motivo de uns amores que ele trouxera com uma judia. Todos os escrúpulos são respeitáveis, e seria impertinência querer dar lições ao Santo Padre em matéria de economia católica. Colombo perdeu a canonização sem perder a glória, e a própria Igreja o sublima por ela. Mas...

Mas, por mais que a gente fuja com o pensamento ao caso, o pensamento escapa-se, rompe os séculos e vai farejar essa judia que tamanha influência devia ter na posteridade. E compõe a figura pelas que conhece. Há-as de olhos negros e de

olhos garços, umas que deslizam sem pisar no chão, outras que atam os braços ao descuido com a simples corda das pestanas infinitas. Nem faltam as que embebedam e as que matam. O pensamento evoca a sombra da filha de Moisés, e pergunta como é que aquele grande e pio genovês, que abriu à fé cristã um novo mundo, e não se abalçou ao descobrimento sem encomendar-se a Deus, podia ter consigo esse pecado mofento, esse fedor judaico, — deleitoso, se querem, mas de entontecer a perder uma alma por todos os séculos dos séculos.

Eu ainda quero crer que ambos, sabendo que eram incompatíveis, fizeram um acordo para dissimular e pecar. Combinaram em ler o Cântico dos Cânticos; mas Colombo daria ao texto bíblico o sentido espiritual e teológico, e ela o sentido natural e molemente hebraico.

— O meu amado é para mim como um cacho de Chipre, que se acha nas vinhas de Engadi.

— Os teus olhos são como os das pombas, sem falar no que está escondido dentro. Os teus dois peitos são como dois filhinhos gêmeos da cabra montesa, que se apascentam entre as açucenas.

— Eu me levantei para abrir ao meu amado; as minhas mãos destilavam mirra.

— Os teus lábios são como uma fita escarlate, e o teu falar é doce.

— O cheiro dos teus vestidos é como o cheiro do incenso.

Quantas uniões danadas não se mantêm por acordos semelhantes, em consciência, às vezes! Há uma grande palavra que diz que todas as coisas são puras para quem é puro.

Tornemos à gente cristã, às eleições municipais, à senatorial, aos italianos de São Paulo que deixam a terra, a D. Carlos de Bourbon que aderiu à República Francesa, em obediência ao Papa, aos bonds elétricos, à subida ao poder do old great man, a mil outras coisas que apenas indico, tão aborrecido estou. Pena da minha alma, vai afrouxando os bicos; diminui esse ardor, não busques adjetivos, nem imagens, não busques nada, a não ser o repouso, o descanso físico e mental, o esquecimento, a contemplação que prende com o cochilo que expira no sono...

Crônica de 04 de setembro de 1892, Sermão do Diabo, A Semana, Gazeta de Notícias.

Nem sempre respondo por papéis velhos; mas aqui está um que parece autêntico; e, se o não é, vale pelo texto, que é substancial. É um pedaço do evangelho do Diabo, justamente um sermão da montanha, à maneira de S. Mateus. Não se apavorem as almas católicas. Já Santo Agostinho dizia que “a igreja do Diabo imita a igreja de Deus”. Daí a semelhança entre os dois evangelhos. Lá vai o do Diabo:

“1. E vendo o Diabo a grande multidão de povo, subiu a um monte, por nome Corcovado, e, depois de se ter sentado, vieram a ele os seus discípulos.

“2. E ele abrindo a boca, ensinou, dizendo as palavras seguintes:

“3. Bem-aventurados aqueles que embaçam, porque eles não serão embaçados.

“4. Bem-aventurados os afoitos, porque eles possuirão a terra.

“5. Bem-aventurados os limpos das algibeiras, porque eles andarão mais leves.

“6. Bem-aventurados os que nascem finos, porque eles morrerão grossos.

“7. Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e disserem todo o mal, por meu respeito.

“8. Folgai e exultai, porque o vosso galardão é copioso na terra.

“9. Vós sois o sal do *money market*. E se o sal perder a força, com que outra coisa se há de salgar?

“10. Vós sois a luz do mundo. Não se põe uma vela acesa debaixo de um chapéu, pois assim se perdem o chapéu e a vela.

“11. Não julgueis que vim destruir as obras imperfeitas, mas refazer as desfeitas.

“12. Não acrediteis em sociedades arrebetadas. Em verdade vos digo que todas se concertam, e se não for com remendo da mesma cor, será com remendo de outra cor.

“13. Ouvistes que foi dito aos homens: Amai-vos uns aos outros. Pois eu digo-vos: Comei-vos uns aos outros; melhor é comer que ser comido; o lombo alheio é muito mais nutritivo que o próprio.

“14. Também foi dito aos homens: não matareis a vosso irmão, nem a vosso inimigo, para que não sejais castigados. Eu digo-vos que não é preciso matar o vosso irmão para ganhades o reino da terra; basta arrancar-lhe a última camisa.

“15. Assim, se estiveres fazendo as tuas contas, e te lembrar que teu irmão anda meio desconfiado de ti, interrompe as contas, sai de casa, vai ao encontro de teu irmão na rua, restitui-lhe a confiança, e tira-lhe o que ele ainda levar consigo.

“16. Igualmente ouvistes que foi dito aos homens: Não jurareis falso, mas cumpri ao Senhor os vossos juramentos.

“17. Eu, porém, vos digo que não jureis nunca a verdade, porque a verdade nua e crua, além de indecente, é dura de roer; mas jura e sempre e a propósito de tudo, porque os homens foram feitos para crer antes nos que juram falso, do que nos que não juram nada. Se disserdes que o sol acabou, todos acenderão velas.

“18. Não façais as vossas obras diante de pessoas que possam ir contá-lo à polícia.

“19. Quando, pois, quiserdes tapar um buraco, entendei-vos com algum sujeito hábil, que faça treze de cinco e cinco.

“20. Não queirais guardar para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem, e donde os ladrões os tiram e levam.

“21. Mas remetei os vossos tesouros para algum banco de Londres, onde nem a ferrugem, nem a traça os consomem, nem os ladrões os roubam, e onde ireis vê-los no dia do juízo.

“22. Não vos fiéis uns nos outros. Em verdade vos digo, que cada um de vós é capaz de comer o seu vizinho, e boa cara não quer dizer bom negócio.

“23. Vendei gato por lebre, e concessões ordinárias por excelentes, a fim de que a terra se não despovoe das lebres, nem as más concessões pareçam nas vossas mãos.

“24. Não queirais julgar para que não sejais julgados; não examineis os papeis do próximo para que ele não examine os vossos, e não resulte irem os dois para a cadeia, quando é melhor não ir nenhum.

“25. Não tenhais medo às assembleias de acionistas, e afagai-as de preferência às simples comissões, porque as comissões amam a vangloria e as assembleias as palavras.

“26. As percentagens são as primeiras flores do capital; cortai-as logo para que as outras flores brotem mais viçosas e lindas.

“27. Não deis conta das contas passadas, porque passadas são as contadas, e perpétuas as contas que se não contam.

“28. Deixai falar os acionistas prognósticos; uma vez aliviados, assinam de boa vontade.

“29. Podeis excepcionalmente amar a um homem que vos arranjou um bom negócio; mas não até o ponto de o não deixar com as cartas na mão, se jogardes juntos.

“30. Todo aquele que ouve estas minhas palavras, e as observa, será comparado ao homem sábio, que edificou sobre a rocha e resistiu aos ventos; ao contrário do homem sem consideração, que edificou sobre a areia, e fica a ver navios...”

Aqui acaba o manuscrito que me foi trazido pelo próprio Diabo, ou alguém por ele; mas eu creio que era o próprio. Alto, magro, barbícula ao queixo, ar de Mefistófeles. Fiz-lhe uma cruz com os dedos e ele sumiu-se. Apesar de tudo, não respondo pelo papel, nem pelas doutrinas nem pelos erros de cópia.

Já agora parece que estou em dia de fantasmas. Mal pingava o ponto final do outro parágrafo, quando me apareceu um senhor, que me disse ser defunto e haver-se chamado Barão Luis.

— Conheço muito, disse-lhe eu: tenho ouvido a sua celebre máxima: “Dai-me boa política e eu vos darei finanças”.

— Ah! meu caro senhor, acudiu o barão; essa máxima tem-me tirado o sono da eternidade. Já não a posso ouvir, sem tédio. Quer ajudar-me a publicar uma troca de palavras que fiz, mudando o sentido, a ver se pegam na segunda forma e deixam-me em descanso a primeira?

— Senhor barão...

— Escute-me.

— Em vez de: “dai-me boa política e eu vos darei boas finanças”, arranjei esta outra forma: “Dai-me boas finanças e eu vos darei boa política”. Promete-me?

— Pois não!

— Não esqueça: “Dai-me boas finanças e eu vos darei boa política”.

Crônica de 11 de setembro de 1892, A Semana, Gazeta de Notícias.

Já uma vez dei aqui a minha teoria das ideias grávidas. Vou agora à das ações grávidas, não menos interessante, posto que mais difícil de entender.

Em verdade, há de custar a crer que uma ação nasça pejada de outra, e, todavia, nada mais certo. Para não nos perdermos em exemplos estranhos, meditemos no caso de Chaucer. O Chaucer vinha entrando a nossa barra, quando da fortaleza de Santa Cruz lhe fizeram alguns sinais, a que ele não atendeu e veio entrando. A fortaleza disparou um tiro de pólvora seca, ele veio entrando; depois outro, e ele ainda veio entrando; terceiro tiro, e ele sempre entrando. Quando vinha já entrando de uma vez, a fortaleza soltou a bala do estilo, que lhe furou o costado. Correram a socorrê-lo, mas já a gente de bordo tinha por si mesma tapado o buraco, e a companhia escreveu aquela carta, declarando protestar e esperar que tudo acabasse bem e depressa, sem intervenção diplomática. Pólvora seca, à espera de bala.

Nega o Chaucer que visse sinais nem ouvisse tiros. Devo crer que fala verdade, pois que nada o obriga a mentir, tanto mais quanto, antes de ser navio, Chaucer era um velhíssimo poeta inglês, que já perdeu a vista e as orelhas, tendo perdido a saúde e a vida. Mas nem todos pensam assim; e, para muita gente, a ação do navio foi antes de pouco caso da terra e seus moradores. Ora, tal ação ainda que sem esse sentido, desde que parecia tê-lo, podia nascer grávida de outra, e foi o que aconteceu; daí a dias, dava-se a ocorrência da bandeira da rua da Assembleia. Desdém chama desdém. Um homem a quem se puxa o nariz, acaba recebendo um rabo de papel.

Ação pejada de ação. Felizmente o movimento de indignação pública e as palavras patrióticas que produziu, e mais a pena do culpado, farão esperar que esta outra ação haja nascido virgem e estéril.

Podia citar mais exemplos, e de primeira qualidade; mas, se o leitor não entende a teoria com um, não a entenderá com três. Direi só um caso, por estar, como lá se diz, no tapete da discussão. A emissão bancária nasceu tão grossa, que era de adivinhar a gravidez da encampação. Nem falta quem diga que estes gritos que estamos ouvindo, são as dores do parto. Uns crêem nele, mas afirmam que a criança nasce morta. Outros pensam que nasce viva, mas aleijada. Há até um novo encilhamento, onde as apostas crescem e se multiplicam, como nos belos dias de 1890. Eu, sobre esse negócio de encampação, sei pouco mais que o leitor, porque sei duas coisas, e o leitor saberá uma ou nenhuma. Sei, em primeiro lugar, que é uma medida urgente e necessária, para que se restaure o nosso crédito; e, em segundo lugar, sei também que é um erro e um crime. Aristote dit oui et Galien dit non.

Quiseram explicar-me porque é que era crime; mas eu ando tão aflito com a simples notícia dos narcotizadores, que não quis ouvir a explicação do crime. Basta de crimes. Demais, são finanças. E as finanças vão chegando ao estado da jurisprudência. Muitas famílias, quando viram que os bacharéis em Direito eram em demasia, começaram a mandar ensinar Engenharia aos filhos. Hoje, família precavida não deve esperar que venha o excesso de financeiros. A concorrência é já extraordinária. Antes a medicina. Antes a própria jurisprudência.

Demais, eu gosto de explicações palpáveis, concretas. Desde que um homem começa a raciocinar e quer que eu o acompanhe pelos corredores do espírito, digolhe adeus. Debêntures, por exemplo. Um deputado disse há dias na câmara que certo banco do interior os emitira clandestinamente. Não lhe dei crédito. Mas uma senhora, que jantou comigo ontem, disse-me rindo e agitando uns papéis entre os dedos: Aqui estão debêntures. O crédito que neguei ao deputado, dei-o à minha boa amiga. A razão é que, sobre este gênero de papéis, tive duas ideias consecutivas antes da última. A primeira é que debênture era uma simples expressão, uma senha, uma palavra convencional, como a da conjuração mineira: Amanhã é o batizado. A segunda é que era efetivamente um bilhete, mas um bilhete que seria entregue pelo agente policial, por pessoa de família, ou pelo próprio alienista, um atestado, em suma, para legalizar a reclusão. Quando vi, porém, que aquela senhora tinha tais papéis consigo, e peguei neles, e os li, adquiri uma terceira ideia, exata e positiva, que a minha amiga completou dizendo com rara magnanimidade: — O que lá vai, lá vai.

E agora, adeus, querida semana! Adeus, cálculos do Sr. Oiticica, que dizem estar errados! adeus, feriados! adeus, níqueis!

Os níqueis voltam certamente; mas há de ser difícil. Ou estarão sendo desamoedados, como suspeita o governo, ou andam nas mãos de alguma tribo, que pode ser a dos narcotizadores, e também pode ser a de Shylock. Creio antes em Shylock. Se assim for, ó níqueis, não há para vós habeas-corpus, nem tomadas da Bastilha. Não perdeis com a reclusão, meus velhos; ficais luzindo, fora das mãos untadas do trabalho, que vos enxovalham. Para sairdes à rua, é preciso alguma coisa mais que boas razões ou necessidades públicas; e não saireis em tumulto, nem todos, mas devagarinho e aos poucos, conforme a taxa. “Trezentos ducados, bem!”

Também não digo adeus aos chins, porque é possível que eles venham, como que não venham. O Diário de Notícias, contando os votos da Câmara prováveis e desfavoráveis, dá 64 para cada lado. Numa questão intrincada era o que melhor podia acontecer; as opiniões entestavam umas com outras, na ponte, como as cabras da fábula. Mas pode haver alterações, e há de havê-las. Para isso mesmo é que se

discute. E a balança está posta em tal maneira, que a menor palha fará pender uma das conchas. Nunca um só homem teve em suas mãos tamanho poder, isto é, o futuro do Brasil, que ou há de ser próspero com os chins, conforme opinam uns, ou desgraçado, como querem outros. Espada de Breno, bengala de Breno, guarda-chuva de Breno, lápis, um simples lápis de Breno, agora ou nunca é a tua ocasião.

A vós, sim, tumultos de circo, a vós digo eu adeus, porque se adotarem o que proponho aos homens, não há mais tumultos nesse gênero de espetáculos, ou seja nos próprios circos, ou seja nas casas cá de baixo, onde se aposta e se espera a vitória pelo telefone; modo que me faz lembrar umas senhoras do meu conhecimento, que têm ouvido todas as óperas desta estação lírica, indo para a praia de Botafogo ver passar as carruagens das senhoras assinantes. Não haverá tumultos, porque faço evitar a fraude ou suspeita dela aposentando os cavalos e fazendo correr os apostadores com os seus próprios pés. Cansa um pouco mais que estar sentado, mas cada um ganha o seu pão com o suor do seu rosto.

Crônica de 23 de outubro de 1892, A Semana, Gazeta de Notícias.

Todas as coisas têm a sua filosofia. Se os dois anciãos que o bond elétrico atirou para a eternidade esta semana, houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bond, não teriam entestado com o progresso que os eliminou. É duro dizer; duro e ingênuo, um pouco à La Palisse; mas é verdade. Quando um grande poeta deste século perdeu a filha, confessou, em versos doloridos, que a criação era uma roda que não podia andar sem esmagar alguém. Por que negaremos a mesma fatalidade aos nossos pobres veículos?

Há terras, onde as companhias indenizam as vítimas dos desastres (ferimentos ou mortes) com avultadas quantias, tudo ordenado por lei. É justo; mas essas terras não têm, e deviam ter, outra lei que obrigasse os feridos e as famílias dos mortos a indenizarem as companhias pela perturbação que os desastres trazem ao horário do serviço. Seria um equilíbrio de direitos e de responsabilidades. Felizmente, como não temos a primeira lei, não precisamos da segunda, e vamos morrendo com a única despesa do enterro e o único lucro das orações.

Falo sem interesse. Dado que venhamos a ter as duas leis, jamais a minha viúva indenizará ou será indenizada por nenhuma companhia. Um precioso amigo meu, hoje morto, costumava dizer que não passava pela frente de um bond, sem calcular a hipótese de cair entre os trilhos e o tempo de levantar-se e chegar ao outro lado. Era um bom conselho, como o Doutor Sovina era uma boa farsa, antes das farsas do Pena. Eu, o Pena dos cautelosos, levo o cálculo adiante: calculo ainda o tempo de escovar-me no alfaiate próximo. Próximo pode ser longe, mas muito mais longe é a eternidade.

Em todo caso, não vamos concluir contra a eletricidade. Logicamente, teríamos de condenar todas as máquinas, e, visto que há naufrágios, queimar todos os navios. Não, senhor. A necrologia dos bonds tirados a burros é assaz comprida e lúgubre para mostrar que o governo de tração não tem nada com os desastres. Os jornais de quinta-feira disseram que o carro ia apressado, e um deles explicou a pressa, dizendo que tinha de chegar ao ponto à hora certa, com prazo curto. Bem; poder-se-iam combinar as coisas, espaçando os prazos e aparelhando carros novos, elétricos ou muares, para acudir à necessidade pública. Digamos mais cem, mais duzentos carros. Nem

só de pão vive o acionista, mas também da alegria e da integridade dos seus semelhantes.

Convenho que, durante uns quatro meses, os bonds elétricos andem muito mais aceleradamente que os outros, para fugir ao riso dos vadios e à toleima dos ignaros. Uns e outros imaginam que a eletricidade é uma versão do processo culinário à la minute, e podem vir a enlamear o veículo com alcunhas feias. Lembra-me (era bem criança) que, nos primeiros tempos do gás no Rio de Janeiro, houve uns dias de luz frouxa, de onde os moleques sacaram este dito: o gás virou lamparina. E o dito ficou e impôs-se, e eu ainda o ouvi aplicar aos amores expirantes, às belezas murchas, a todas as coisas decaídas.

Ah! se eu for a contar memórias da infância, deixo a semana no meio, remonto os tempos e faço um volume. Paro na primeira estação, 1864, famoso ano da suspensão de pagamentos (ministério Furtado); respiro, subo e paro em 1867, quando a febre das ações atacou a esta pobre cidade, que só arribou à força do quinino do desengano. Remonto ainda e vou a...

Aonde? Posso ir até antes do meu nascimento, até Law. Grande Law! Também tu tiveste um dia de celebridade; depois, viraste embromador e caíste na casinha da história, o lugar dos lava-pratos. E assim irei de século a século, até o paraíso terrestre, forma rudimentária do encilhamento, onde se vendeu a primeira ação do mundo. Eva comprou-a à serpente, com ágio, e vendeu-a a Adão, também com ágio, até que ambos faliram. E irei ainda mais alto, antes do paraíso terrestre, ao Fiat lux, que, bem estudado ao gás do entendimento humano, foi o princípio da falência universal.

Não; cuidemos só da semana. A simples ameaça de contar as minhas memórias diminuiu-me o papel em tal maneira, que é preciso agora apertar as letras e as linhas.

Semana quer dizer finanças. Finanças implicam financeiros. Financeiros não vão sem projetos, e eu não sei formular projetos. Tenho ideias boas, e até bonitas, algumas grandiosas, outras complicadas, muito 2%, muito lastro, muito resgate, toda a técnica da ciência; mas falta-me o talento de compor, de dividir as ideias por artigos, de subdividir os artigos em parágrafos, e estes em letras a b c; sai-me tudo confuso e atrapalhado. Mas por que não farei um projeto financeiro ou bancário, lançando-lhe no fim as palavras da velha praxe: salva a redação? Poderia baralhar tudo, é certo; mas não se joga sem baralhar as cartas; de outro modo é embaraçar os parceiros.

Adeus. O melhor é ficar calado. Sei que a semana não foi só de finanças, mas também de outras coisas, como a crise de transportes, a carne, discursos extraordinários ou explicativos, um projeto de estrada de ferro que nos põe às portas de Lisboa, e a mulher de César, que reapareceu no seio do parlamento. Vi entrar esta célebre senhora por aquela casa, e, depois de alguns minutos, via-se sair. Corri à porta e detive-a: — “Ilustre Pompéia, que vieste fazer a esta casa?” — “Obedecer ainda uma vez à citação da minha pessoa. Que queres tu? meu marido lembrou-se de fazer uma bonita frase, e entregou-me por todos os séculos a amigos, conhecidos e desconhecidos.”

Crônica de 11 de dezembro de 1892, A Semana, Gazeta de Notícias.

Dizem as sagradas letras que o homem nasceu simples, mas que ele próprio se meteu em infinitas questões. O mesmo direi das questões. Nascem simples; depois

complicam-se... Vede a questão Chopim.

A questão Chopim é a mais antiga de todas as questões deste mundo. Nasceu com o primeiro homem. Toda gente sabe que o paraíso terreal foi obra de um sindicato composto de Adão e Eva, para o fim de pôr a caminho a concessão da vida. O serviço da organização era gratuito; mas a serpente persuadia aos dois organizadores da companhia que o art. 3.º § 3.º do decreto nº 8 do primeiro ano da criação (data transferida mais tarde para 17 de janeiro de 1890) autorizava a tirar as vantagens e prêmios do capital realizado, e não dos lucros líquidos.

Adão e Eva recusaram crer, a princípio; achavam o texto claro. Não desanimou a serpente, e provou-lhes: 1.º que as publicações do Senhor eram incorretas pela ausência obrigada da imprensa; 2.º que muitas outras companhias se tinham organizado, de acordo com a explicação que ela dava, a das abelhas, a dos castores, a das pombas, a dos elefantes, e a dos lobos e cordeiros; estes fizeram uma sociedade juntos, assaz engenhosa, porque não havia dividendos, mas divididos. Adão e Eva cederam à evidencia. Não faço, ao cristão que me lê, a injustiça de supor que não conhece as palavras do Senhor a Adão: "Pois que comeste da árvore que eu te havia ordenado que não comeces (o art. 3.º § 3.º), a terra te produzirá espinhos e abrolhos." Daí as calamidades deste mundo; e, para só falar de Chopim, um processo, uma reunião, uma desunião, lutas, capotes rasgados, capotes cerzidos, capotes outra vez rasgados, o diabo!

Agora, se notarmos que ao pé de uma tal questão teve esta semana muitas outras de vários gêneros... Melhor é não falar de nenhuma. Que direi do conflito Paula Ramos, se o não entendo? Há telegramas que atribuem o não desembarque daquele cavalheiro a agentes da autoridade; outros afirmam que foi o povo. Os primeiros dizem que a indignação é geral; outros que, ao contrário, só é geral a alegria.

Outra questão complicada é (ornitologicamente falando) a dos pica-paus e dos vira-bostas, que são os nomes populares dos partidos do Rio Grande do Sul. Eu, quanto à política daquela região, sei unicamente um ponto, é que a Constituição política do Estado admite o livre exercício da medicina. Conquanto seja lei somente no Estado, não faltará quem deseje vê-la aplicada, quando menos ao distrito federal; eu, por exemplo. Neste caso, entendo que não se pode cumprir a notícia dada pelo Tempo de hoje, a saber, que vai ser preso um curandeiro conhecidíssimo, do qual é vítima uma pessoa de posição e popular entre nós.

Não há curandeiros. O direito de curar é equivalente ao direito de pensar e de falar. Se eu posso extirpar do espírito de um homem certo erro ou absurdo, moral ou científico, por que não lhe posso limpar o corpo e o sangue das corrupções? A eventualidade da morte não impede a liberdade do exercício. Sim, pode suceder que eu mande um doente para a eternidade; mas que é a eternidade se não uma extensão do convento, ao qual posso muito bem conduzir outro enfermo pela cura da alma? Não há curandeiros, há médicos sem medicina, que é outra coisa.

Não menos complexa foi a ressaca. Deixem-me confessar um pecado; eu gosto de ver o mar agitado, encapelado, comendo e vomitando tudo diante de si. Compreendo a observação de Lucrécio. Há certo prazer em ver de terra os naufragos lutando com o temporal. Nem sempre, é verdade; agora, por exemplo, não gostei de ver naufragar uma parte da ponte da Companhia de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, — não porque seja acionista, nem por qualquer sentimento estético; mas, porque tenho particular amor às obras paradas. As montanhas russas da Glória são a minha consolação. O tapume da Carioca deu-me horas deliciosas.

E não param aqui as questões complicadas. Um telegrama de França, noticiando os trabalhos da comissão de inquérito parlamentar acerca do canal do Panamá,

acrescenta: “Documentos achados por ela constituem novas provas da pirataria exercida em torno daquele extraordinário empreendimento. Os jornais de maior circulação bradam que os crimes cometidos precisam de um castigo correspondente à lesão enorme que sofre o povo com o processo da empresa”.

Tudo o que abala aquele país, pode dizer-se que abala também o nosso. Pelo que respeita especialmente à patifaria Panamá, repitamos, com o Times de 16 do mês passado, que a decisão que mandou meter em processo Lesseps e outros diretores da companhia, “é um choque para o mundo civilizado”.

Na verdade, será triste e duro que Lesseps, carregado de glórias e de anos (oitenta e oito!) vá acabar os seus dias na cadeia. Esperemos que nada lhe seja achado. Oremos pelo autor de Suez. Oxalá que, no meio das provas descobertas e das que vierem a descobrir-se, nada haja que obrigue a justiça a puni-lo. A lei que se desafronte com outros, saindo ileso e sem mácula o nome do grande homem, que a folha londrina considera o maior dos franceses vivos. Não faltam réus na porcaria Panamá; sejam eles castigados, como merecem. O que eu desejo, e o que a França não me pode levar a mal, porque não lhe aconselho frouxidões próprias de uma sociedade inconsciente, é que Lesseps saia puro. Quando um homem tem a glória de Suez e o perpétuo renome, é triste vê-lo metido com papeluchos falsos.

Crônica de 18 de dezembro de 1892, A Semana, Gazeta de Notícias.

Ontem, querendo ir pela Rua da Candelária, entre as da Alfândega e Sabão (velho estilo), não me foi possível passar, tal era a multidão de gente. Cuidei que havia briga, e eu gosto de ver brigas; mas não era. A massa de gente tomava a rua, de uma banda a outra, mas não se mexia; não tinha a ondulação natural dos cachações. Procissão não era; não havia tochas acesas nem sobrepelizes. Sujeito que mostrasse artes de macaco ou vendesse drogas, ao ar livre, com discursos, também não.

Estava neste ponto, quando vi subir a Rua da Alfândega um digno ancião, a quem expus as minhas dúvidas.

— Não é nada disso, respondeu-me cortesmente. Não há aqui procissão nem macaco. Briga, no sentido de murros trocados, também não há, pelo menos, que me conste. Quanto à suposição de estar aí alguma pessoa apregoando medalhinhas e vidrinhos, como os bufarinheiros da Rua do Ouvidor, esquina da do Carmo ou da Primeiro de março, menos ainda.

— Já sei, é uma seita religiosa que se reúne aqui para meditar sobre as vaidades do mundo, um troço de budistas...

— Não, não.

— Adivinhei: é um meeting.

— Onde está o orador?

— Esperam o orador.

— Que orador? que meeting? Ouça calado. O senhor parece ter o mau costume de vir apanhar as palavras dentro da boca dos outros. Sossegue e escute.

— Sou todo ouvidos.

— Este é o célebre encilhamento.

— Ah!

— Vê? Há mais tempo teria tido o gosto dessa admiração, se me ouvisse calado. Este é o encilhamento.

— Não sabia que era assim.

— Assim como?

— Na rua. Cuidei que era uma vasta sala ou um terreno fechado, particular ou público, não este pedaço de rua estreita e aborrecida. E olhe que nem há meio de passar; eu quis romper, pedi licença... Entretanto, creio que temos a liberdade de circulação.

— Não.

— Como não?

— Leia a Constituição, meu senhor, leia a Constituição. O art. 72 é o que compendia os direitos dos nacionais e estrangeiros; são trinta e um parágrafos; nenhum deles assegura o direito de circulação... O direito de reunião, porém é positivo. Está no § 8º: “A todos é lícito reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia, senão para manter a ordem pública”. Estes homens que aqui estão trazem armas?

— Não as vejo.

— Estão desarmados, não perturbam a ordem pública, exercem um direito, e, enquanto não infringirem as duas cláusulas constitucionais, só a violência os poderá tirar daqui. Houve já uma tentativa disso. Eu, se fosse comigo, recorria aos tribunais, onde há justiça. Se eles ma negassem, pedia o júri, onde ela é indefectível, como na velha Inglaterra. Note que a violência da polícia já deu algum lucro. Como as moléculas do encilhamento, por uma lei natural, tendiam a unir-se logo depois de dispersados, a polícia, para impedir a recomposição, fazia disparar de quando em quando duas praças de cavalaria. Mal sabiam elas que eram simples animais de corrida. As pessoas que as viam correr, apostavam sobre qual chegaria primeiro a certo ponto. — É a da esquerda. — É a da direita. — Quinhentos mil-réis. — Aceito. — Pronto. — Chegou a da esquerda: dê cá o dinheiro.

— De maneira que a própria autoridade...

— Exatamente. Ah! meu caro, dinheiro é mais forte que amor. Veja o negócio do chocolate. Chocolate parece que não convida à falsificação; tem menos uso que o café. Pois o chocolate é hoje tão duvidoso como o café. Entretanto, ninguém dirá que os falsificadores sejam homens desonestos nem inimigos públicos. O que os leva a falsificar a bebida não é o ódio ao homem. Como odiar o homem, se no homem está o freguês? É o amor da pecúnia.

— Pecúnia? chocolate?

— Sim, senhor, um negócio que se descobriu há dias. O senhor, ao que parece, não sabe o que se passa em torno de nós. Aposto que não teve notícia da revolução de Niterói?

— Tive.

— Eu tive mais que notícia, tive saudades. Quando me falaram em revolução de Niterói, lembrei-me dos tempos da minha mocidade, quando Niterói era Praia Grande. Não se faziam ali revoluções, faziam-se patuscadas. Ia-se de falua, antes e ainda depois das primeiras barcas. Quem ligou nunca Niterói e São Domingos a outra idéia que não fosse noite de luar, descantes, moças vestidas de branco, versos, uma ou outra charada? Havia presidente, como há hoje; mas morava do lado de cá. Ia ali às onze horas, almoçado, assinava o expediente, ouvia uma dúzia de sujeitos cujos negócios eram todos a salvação pública, metia-se na barca, e vinha ao Teatro Lírico ouvir a Zecchini. Havia também uma assembleia legislativa; era uma espécie do antigo Colégio de Pedro II, onde os moços tiravam carta de bacharel político, e marchavam para São Paulo, que era a assembleia geral. Tempos! tempos!

— Tudo muda, meu caro senhor. Niterói não podia ficar eternamente Praia

Grande.

— De acordo; mas a lágrima é livre.

— É talvez a coisa mais livre deste mundo, senão a única. Que é a liberdade pessoal? O senhor vinha andando, rua acima, encontra-me, faço-lhe uma pergunta, e aqui está preso há vinte minutos.

— Pelo amor de Deus! Tomara eu destes grilhões! São grilhões de ouro.

— Agradeço-lhe o favor. Nunca o favor é tão honroso e grande como quando sai da boca unvida pelo saber e pela experiência; porque a bondade é própria dos altos espíritos.

— Julga-me por si; é o modo certo de engrandecer os pequenos.

— O que engrandece os pequenos é o sentimento da modéstia, virtude extraordinária; o senhor a possui.

— Nunca me esquecerei deste feliz encontro.

— Na verdade, é bom que haja encilhamento; se o não houvesse, a rua era livre, como a lágrima, eu teria ido o meu caminho, e não receberia este favor do Céu, de encontrar uma inteligência tão culta. Aqui está o meu cartão. Aqui está o meu cartão.

— Aqui está o meu. Sempre às suas ordens.

— Igualmente.

— (À parte) Que homem distinto!

— (À parte) Que estimável ancião!

Crônica de 01 de janeiro de 1893, A Semana, Gazeta de Notícias.

Inventou-se esta semana um crime. O nosso século tem estudado criminologia como gente. Os italianos estão entre os que mais trabalham. Um dos meus vizinhos fronteiros, velho advogado, com as reminiscências que lhe ficaram do antigo teatro Provisório (O' bel'alma innamorata! — Gran Dio, morir si giovane — Eccomi in Babilonia, etc, etc.), vai entrando pelos livros florentinos e napolitanos, como o leitor e eu entramos por um almanaque. Pois assegurou-me esse homem, há poucos minutos, que o crime agora inventado não existe em tratadista algum moderno, seja de Parma ou da Sicília.

Julgue o leitor por si mesmo. O crime foi inventado em sessão pública do conselho municipal. Três intendentess, não concordando com a verificação de poderes, a qual se estava fazendo entre os demais eleitos, tinham recorrido ao presidente da República e aos tribunais judiciários, os quais todos se declararam incompetentes para decidir a questão. Não alcançando o que pediam, resolveram tomar assento no conselho municipal. Um deles, em discurso cordato, moderado e elogiativo, declarou que, no ponto a que as coisas chegaram, ele e os companheiros tinham de adotar um destes dois alvitre: renunciar ou tomar posse das cadeiras. “Renunciar (disse), entendemos que não podíamos fazê-lo, porquanto seria um crime...”

Deus me é testemunha de ter vivido até hoje na persuasão de que renunciar um mandato qualquer, político ou não político, era um dos direitos do homem. Cincinnatus foi o primeiro que me meteu esta ideia na cabeça, quando renunciou, ao cabo de seis dias, a ditadura que lhe deram por seis meses. Agora mesmo, um deputado inglês, e dos melhores, Balfour, sendo presidente de uma companhia que faliu, julgou-se inabilitado para a Câmara dos Comuns, e renunciou a cadeira, como se falência e parlamento fossem incompatíveis; mas cada um tem a sua opinião.

Hoje, não digo que tenha mudado inteiramente de parecer, mas vacilo. Talvez a

renúncia seja realmente um crime. Os crimes nascem, vivem e morrem como as outras criaturas. Matar, que é ainda hoje uma bela ação nas sociedades bárbaras, é um grande crime nas sociedades polidas. Furtar pode não ser punido em todos os casos; mas em muitos o é. Nunca me há de esquecer um sujeito que, com o pretexto (aliás honesto) de estar chovendo, levou um guarda-chuva que vira à porta de uma loja; o júri provou-lhe que a propriedade é coisa sagrada, ao menos, sob a forma de um guarda-chuva e condenou-o não sei a quantos meses de prisão.

Pode ter havido excesso no grau da pena; mas a verdade é que de então para cá não me lembra que se haja furtado um só guarda-chuva. As amostras vivem sossegadas às portas das fabricas. É assim que os crimes morrem; é assim que a própria idéia de furto ou fraude (sinônimos neste escrito) irá acabando os seus dias de labutação na terra. Um publicista inglês, tratando do recém-finado Jay Gould, rei das estradas de ferro, aplica-lhe o dito atribuído a Napoleão Bonaparte: “Os homens da minha estofa não cometem crimes”. Dito autocrático: a democracia, que invade tudo, há de pô-lo ao alcance dos mais modestos espíritos.

Não falando na renúncia atribuída ao presidente do Estado do Rio de Janeiro, notícia desmentida, — tivemos esta semana a do Banco da República, relativamente à sua personalidade, e vamos ter, na que entra, a do Banco do Brasil, para formarem o banco do Estado. Já se fala na fusão de outros, não porque os alcance o recente decreto, mas porque um pão com um pedaço é pão e meio. Primo vivere. Crer que tornará o banquete de 1890-1891 é grande ilusão. “Acabaram-se os belos dias de Aranjuez”. Sintamos bem a melancolia dos tempos. Compreendamos a inutilidade das brigas diárias e públicas entre companhias e trechos de companhia, entre diretorias e trechos de diretoria. Melhor é ajuntar os restos do festim, mandar fazer o que a arte culinária chama roupa velha, e comê-la com os amigos, sem vinho. Café sim, mas de carnaúba e milho podre.

Há fatos mais extraordinários que a desolação de Babilônia. Há o fato de um preto de Uberaba, que, fugindo agora da casa do antigo senhor, veio a saber que estava livre desde 1888, pela lei da abolição. Faz lembrar o velho adágio inglês: “Esta cabana é pobre, está toda esburacada; aqui entra o vento, entra a chuva, entra a neve, mas não entra o rei”. O rei não entrou na casa do ex-senhor de Uberaba, nem o presidente da República. O que completa a cena, é que uns oito homens armados foram buscar o João (chama-se João) à casa do engenheiro Tavares, onde achara abrigo. Que ele fosse agarrado, arrastado e espancado pelas ruas, não acredito; são floreios telegráficos. Ainda se fosse de noite, vá; mas às 2 horas da tarde... Creio antes que a polícia prendesse já dois dos sujeitos armados e esteja procedendo com energia. Agora, se a energia irá até o fim, é o que não posso saber, porque (emendemos aqui o nosso Schiler), os belos dias de Aranjuez ainda não acabaram.

Renunciar ao escravo é um crime, terá dito o senhor de Uberaba, e já é outro voto para a opinião do nosso intendente. Também os mortos não renunciam ao seu direito de voto, como parece que sucedeu na eleição da Junta Comercial. Vieram os mortos, pontuais como na bailada, e sem necessidade de tambor. Bastou a voz da chamada; ergueram-se, derrubaram a laje do sepulcro e apresentaram-se com a cédula escrita. Se assinaram o livro de presença, ignoro; a letra devia ser tremula, — tremula, mas bem pensante.

Quem me parece que renuncia, sem admitir que comete um crime, é o Senhor Deus Sabbaoth, três vezes santo, criador do céu e da terra. Consta-me que abandonou completamente este mundo, desgostoso da obra, e que o passou ao diabo pelo custo. O diabo pretende organizar uma sociedade anônima, dividindo a propriedade em infinitas ações e prazo eterno. As ações, que ele dirá nos anúncios

serem excelentes, mas que não podem deixar de ser execráveis, conta vendê-las com grande ágio. Há quem presuma que ele fuja com a caixa para outro planeta, deixando o nosso sem diabo nem Deus. Outros pensam que ele reformará o mundo, contraindo um empréstimo com Deus, sem lhe pagar um centil. Adeus, boas saídas do outro e melhores entradas deste.

Crônica de 25 de junho de 1893, A Semana, Gazeta de Notícias.

Desde criança, ouço dizer que aos condenados à morte cumprem-se os últimos desejos. Dá-se-lhes doce de coco, lebre, tripas, um cálice de Tokay, qualquer coisa que eles peçam. Nunca indaguei se isto era exato ou não, e já agora ficaria aborrecido se o não fosse. Há nesse uso uma tal mescla de piedade e ironia, que entra pela alma da gente. A piedade, só por si, é triste; a ironia, sem mais nada, é dura; mas as duas juntas dão um produto brando e jovial.

Li até que um condenado à morte, perguntando-se-lhe, na manhã do dia da execução, o que queria, respondeu que queria aprender inglês. Há de ser invenção; mas achei o desejo verossímil, não só pelo motivo aparente de dilatar a execução, mas ainda por outro mais sutil e profundo. A língua inglesa é tão universal, tem penetrado de tal modo em todas as partes deste mundo, que provavelmente é a língua do outro mundo. O réu não queria entrar estrangeiro no reino dos mortos.

Pois, senhores, antes de pegar na pena para contar-lhes a semana, vendo que esta foi, entre todas, financeira, tive ideia de ir aprender primeiro finanças. O meu cálculo era fino; suspendia por algum tempo esta obrigação hebdomadária, e descansava. Mas a pessoa a quem consultei sobre o método de aprender finanças, disse-me que havia dois, além do único. O mais fácil ensinava-me em duas horas ou menos, muito a tempo de escrever estas linhas; consistia em decorar um pequeno vocabulário de algibeira, e não entender a teoria do câmbio. O segundo método pedia mais algum tempo; era escrever um opúsculo sobre o déficit ou sobre os salvados, publicá-lo, e confiá-lo aos amigos, que fariam o resto. Como a maior parte dos homens não sabe finanças, disse-me ele, ainda que os sabedores me atacassem, o público ficava em dúvida, se a razão estava comigo ou com eles, porque de ambas as partes ouvia falar em conversão de dívida e impostos. Quando o católico ouve missa, uma vez que o padre diga o que está no missal, não quer saber se ele sabe latim, ou se quem o sabe, é o padre do altar fronteiro. Tudo é missa, tudo são finanças.

Considerarei que realmente esse homem tinha razão, ou parecia tê-la, o que vem a dar na mesma. Há um ano ouvi dizer o diabo de um plano financeiro; ouço agora dizer o diabo do plano contrário, e provavelmente dir-se-á o diabo de algum terceiro plano que apareça e vingue. Salvo o diabo, tudo é missa. Já cheguei a suspeitar que todos estão de acordo, não havendo outra divergência mais que na escolha do vocábulo, querendo uns que se diga encampação, em vez de fusão; outros fusão, em vez de encampação; mas pessoa que reputo hábil nestas matérias, afirmou-me que as duas palavras exprimem coisas diferentes, — o que eu acredito por ser pessoa, além de hábil, sisuda.

Conheci um banqueiro... Era no tempo em que um homem só, ou com outro, podia ser banqueiro, sem incomodar acionistas, sem gastar papel com estatutos, sem dividendos, sem assembleias. Simples Rotschilts. Era banqueiro e voou na tormenta de 1864. Anos depois, descobria que havia diferença entre papel-moeda e moeda-

papel, e não encontrava um amigo a quem não repetisse as duas formas. Depois de as repetir, explicava-as; depois de as explicar, repetia-as. Se tem demorado em banqueiro, talvez não as soubesse nunca.

O que ele fazia com os dois papéis, farei eu com a fusão e a encampação. Já lá vão alguns anos, deu-se na câmara dos deputados um incidente que devia ser gravado em letras de bronze na memória da nação, se nós tivéssemos outra memória além da que nos faz lembrar o que almoçamos hoje. Um deputado desenvolvia as suas ideias políticas, e era interrompido por dois colegas, um liberal, outro conservador. A cada coisa que ele dizia querer, acudia o liberal “é liberal!” e o conservador: “é conservador!” Isto durou cerca de dez minutos calculados pelo trecho impresso e dificilmente se imaginará mais completo acordo de espíritos. Quantos desconcertos seriam evitados, se todos imitassem aqueles três membros do parlamento!

Repito, vou aprender finanças. Vou aprender igualmente a teoria da propriedade, e particularmente a da propriedade intelectual, para assistir ao debate do trabalho literário na câmara esta semana. A maioria da comissão nega o tratado, que os Srs. Nilo Peçanha e Spencer defendem, defendendo o direito de propriedade. A sessão há de ser brilhante. A matéria não é das que inflamam os homens; ao contrário, é um tema para dissertações pausadas, sossegadas, em que Homero, se for chamado, desarmará primeiro Aquiles e Heitor, para que eles possam ocupar um lugar na tribuna dos diplomatas. Vênus, se baixar aos combates, não sairá ferida pelas armas dos combatentes, a não ser com beijos. Será uma ressurreição dos torneios à maneira da que fizeram agora em Roma, — espetáculo sem sangue, rutilante e festivo.

Vou também aprender a ourives, para falar das joias de Sarah Bernhardt, e aprender também um pouco de história (pelos livros de Dumas) para compará-las ao colar da rainha. Onde estarão essas esquivas joias? Como é que diamantes, em terra de diamantes, se lembram de deixar o colo, o cinto e os pés de Cleópatra?

Oh! bela filha do Egito! Talvez haja no roubo um símbolo. Pode ser até que seja menos um roubo que uma ideia, como se o autor quisesse dizer que todas as joias do mundo não valem a única joia do Nilo. Não confundas com a de Sardou. Quem sabe se não vai nisso também uma lição? A Cleópatra falsa de Sardou pedia pedras verdadeiras; a de Shakespeare contentar-se-ia com pedras falsas, como devem ser as de cena, porque as verdadeiras seriam unicamente ele e tu. Em cena, ó grande imperatriz, tudo é postigo, exceto o gênio.

Que mais irei aprender? Nada mais que tirar o chapéu com graça, arrastar o pé e sair. Não posso aprender sequer a acender pistolas e tirar sortes de S. João, companheiro do romantismo, da idade em flor, e de várias relíquias que os santos de outra idade levaram consigo. Vejo as moças e os moços em volta da mesa, livro de sortes aberto, dados no copo, copo na mão, e o leitor do livro lendo o título da página: “Se alguém lhe ama em segredo”. A moça deitava os dados: cinco e dois. O leitor corria ao número sete, onde se dizia por verso que sim, que havia uma pessoa, um moço que, por sinal, estava com fome. “É o Rangel! bradava um gracioso; tragam o chá, que o Rangel está com fome”. E riam moços e moças, e continuavam o copo, os dados, as quadras, o leitor do livro, o Rangel, o gracioso, até que todos iam dormir os seus sonos desambiciosos, sem querer saber da fusão, nem de encampação, nem de tratados literários, nem de joias, nem de Cleópatras, nem de nada.

Crônica de 03 de junho de 1894, A cena do cemitério, A Semana, Gazeta de Notícias.

Não mistureis alhos com bugalhos; é o melhor conselho que posso dar às pessoas que lêem de noite na cama. A noite passada, por infringir essa regra, tive um pesadelo horrível. Escutai; não perdereis os cinco minutos de audiência.

Foi o caso que, como não tinha acabado de ler os jornais de manhã, fi-lo à noite. Pouco já havia que ler, três notícias e a cotação da praça. Notícias da manhã, lidas à noite, produzem sempre o efeito de modas velhas, donde concluo que o melhor encanto das gazetas está na hora em que aparecem. A cotação da praça, conquanto tivesse a mesma feição, não a li com igual indiferença, em razão das recordações que trazia do ano terrível (1890-91). Gastei mais tempo a lê-la e relê-la. Afinal pus os jornais de lado, e, não sendo tarde, peguei de um livro, que acertou de ser Shakespeare. O drama era Hamlet. A página, aberta ao acaso, era a cena do cemitério, ato V. Não há que dizer ao livro nem à página; mas essa mistura de poesia e cotação de praça, de gente morta e dinheiro vivo, não podia gerar nada bom; eram alhos com bugalhos.

Sucedeu o que era de esperar; tive um pesadelo. A princípio, não pude dormir; voltava-me de um lado para outro, vendo as figuras de Hamlet e de Horácio, os coveiros e as caveiras, ouvindo a bailada e a conversação. A muito custo, peguei no sono. Antes não pegasse! Sonhei que era Hamlet; trazia a mesma capa negra, as meias, o gibão e os calções da mesma cor. Não sei se vos lembrais ainda de Rossi e de Salvino? Pois era a mesma figura. Era mais: tinha a própria alma do príncipe de Dinamarca. Até aí nada houve que me assustasse. Também não me aterrou ver, ao pé de mim, vestido de Horácio, o meu fiel criado José. Achei natural: ele não o achou menos. Saímos de casa para o cemitério; atravessamos urna rua que nos pareceu ser a Primeiro de Março e entramos em um espaço que era metade cemitério, metade sala. Nos sonhos há confusões dessas, imaginações duplas ou incompletas, mistura de coisas opostas, dilacerações, desdobramentos inexplicáveis; mas, enfim, como eu era Hamlet e ele Horácio, tudo aquilo devia ser cemitério. Tanto era, que ouvimos logo a um dos coveiros esta estrofe:

Era um título novinho,
Valia mais de oitocentos;
Agora que está velhinho
Não chega a valer duzentos.

Entramos e escutamos. Como na tragédia, deixamos que os coveiros falassem entre si, enquanto faziam a cova de Ofélia. Mas os coveiros eram ao mesmo tempo corretores, e tratavam de ossos e papéis. A um deles ouvia bradar que tinha trinta ações da Companhia Promotora das Batatas Econômicas. Respondeu-lhe outro que dava cinco mil réis por elas. Achei pouco dinheiro e disse isto mesmo a Horácio, que me respondeu, pela boca de José: “Meu senhor, as batatas desta companhia foram prósperas enquanto os portadores dos títulos não as foram plantar. A economia da nobre instituição consistia justamente em não plantar o precioso tubérculo; uma vez que o plantassem, era indício certo da decadência e da morte”.

Não entendi bem; mas os coveiros, fazendo saltar caveiras do solo, iam dizendo graças e apregoando títulos. Falavam de bancos, do Banco Único, do Banco Eterno, do Banco dos Bancos, e os respectivos títulos eram vendidos ou não, segundo oferecessem por eles sete tostões ou duas patacas. Não eram bem títulos nem bem

caveiras; eram as duas coisas juntas, urina fusão de aspectos, letras com buracos de olhos, dentes por assinaturas. Demos mais alguns passos, até que eles nos viram. Não se admiraram; foram indo com o trabalho de cavar e vender. — Cem da Companhia Balsâmica! — Três mil réis. - São suas. — Vinte e cinco da Companhia Salvadora! — Mil réis! — Dois mil réis! — Dois mil e cem! — E duzentos! — E quinhentos! — São suas.

Cheguei-me a um, ia a falar-lhe, quando fui interrompido pelo próprio homem: “— Pronto Alívio! meus senhores! -Dez do Banco Pronto Alívio! Não dão nada, meus senhores? -- Pronto Alívio! senhores... Quanto dão? Dois tostões! Oh! não! não! valem mais! Pronto Alívio! Pronto Alívio!” O homem calou-se afinal, não sem ouvir de outro coveiro que, como alívio, o banco não podia ter sido mais pronto. Faziam trocadilhos, como os coveiros de Shakespeare. Um deles, ouvindo apregoar sete ações do Banco Pontual, disse que tal banco foi realmente pontual até o dia em que passou do ponto à reticência. Como espírito, não era grande coisa; daí a chuva de túbias que caiu em cima do autor. Foi uma cena lúgubre e alegre ao mesmo tempo. Os coveiros riam, as caveiras riam, as árvores, torcendo-se aos ventos da Dinamarca, pareciam torcer-se de riso, e as covas abertas riam, à espera que fossem chorar sobre elas.

Surdiram muitas outras caveiras ou títulos. Da Companhia Exploradora de Além Tumulo apareceram cinquenta e quatro, que se venderam a dez réis. O fim desta companhia era comprar para cada acionista um lote de trinta metros quadrados no Paraíso. Os primeiros títulos, em março de 1891, subiram a conto de réis; mas se nada há seguro neste mundo conhecido, pode havê-lo no incognoscível? Esta dúvida entrou no espírito do caixa da companhia, que aproveitou a passagem de um paquete transatlântico, para ir consultar um teólogo europeu, levando consigo tudo o que havia mais cognoscível entre os valores. Foi um coveiro que me contou este antecedente da companhia. Eis aqui, porém, surdiu uma voz do fundo da cova, que estavam abrindo. Uma debênture! Uma debênture!

Era já outra coisa. Era uma debênture. Cheguei-me ao coveiro, e perguntei que era que estava dizendo. Repetiu o nome do título. Uma debênture? — Uma debênture. Deixe ver, amigo. E, pegando nela, como Hamlet, exclamei, cheio de melancolia:

— Alas, poor Iorick! Eu a conheci, Horácio. Era um título magnífico. Estes buracos de olhos foram algarismos de brilhantes, safiras e opalas. Aqui, onde foi nariz, havia um promontório de marfim velho lavrado; eram de nácar estas faces, os dentes de ouro, as orelhas de granada e safira. Desta boca saíam as mais sublimes promessas em estilo alevantado e nobre. Onde estão agora as belas palavras de outro tempo? Prosa eloquente e fecunda, onde param os longos períodos, as frases galantes, a arte com que fazias ver a gente cavalos soberbos com ferraduras de prata e arreios de ouro? Onde os carros de cristal, as almofadas de cetim? Dize-me cá, José Rodrigues.

— Meu senhor...

— Crês que uma letra de Sócrates esteja hoje no mesmo estado que este papel?

— Seguramente.

— Assim que, uma promessa de dívida do nobre Sócrates não será hoje mais que uma debênture escangalhada?

— A mesma coisa.

— Até onde podemos descer, Horácio! Uma letra de Sócrates pode vir a ter os mais tristes empregos deste mundo; limpar os sapatos, por exemplo. Talvez ainda valha menos que esta debênture.

— Saberá Vossa Senhoria que eu não dava nada por ela.

— Nada? Pobre Sócrates! Mas espera, caemos-nos, aí vem um enterro. Era o

enterro de Ofélia. Aqui o pesadelo foi-se tornando cada vez mais aflitivo. Vi os padres, o rei e a rainha, o séquito, o caixão. Tudo se me fez turvo e confuso. Vi a rainha deitar flores sobre a defunta. Quando o jovem Laertes saltou dentro da cova, saltei também; ali dentro atracamo-nos, esbofeteamo-nos. Eu suava, eu matava, eu sangrava, eu gritava...

— Acorde, patrão! acorde!